

**UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO – UNINOVE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - PPGE**

**INCLUSÃO DIGITAL: UM POSSÍVEL CAMINHO PARA A INCLUSÃO SOCIAL**

**ANDRÉIA DE OLIVEIRA SILVA**

**SÃO PAULO  
2008**

**ANDRÉIA DE OLIVEIRA SILVA**

**INCLUSÃO DIGITAL: UM POSSÍVEL CAMINHO PARA A INCLUSÃO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE da Universidade Nove de Julho - UNINOVE, como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE em Educação.

Orientador|: Profa. Dra. Maria da Glória Marcondes Gohn.

**SÃO PAULO**  
**2008**

## FICHA CATALOGRAFICA

Silva, Andréia de Oliveira

Inclusão digital: um possível caminho para a inclusão social. Andréia de Oliveira Silva. 2008.

176 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Nove de Julho, 2008.

Orientador: Profa. Dra. Maria da Glória Marcondes Gohn.

1. Inclusão digital; 2. Inclusão social; 3. Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs; 4. Organização Não-Governamentais - ONGs.

CDU. 37

# **INCLUSÃO DIGITAL: UM POSSÍVEL CAMINHO PARA A INCLUSÃO SOCIAL**

**POR**

**ANDRÉIA DE OLIVEIRA SILVA**

Dissertação apresentada ao Centro  
Universidade Nove de Julho, Programa de  
Pós-Graduação em Educação, para obtenção  
do grau de Mestre em Educação, pela Banca  
examinadora formada por:

---

Presidente: Prof<sup>a</sup>. Maria da Glória Marcondes Gohn, Dra. – Orientador, Uninove

---

Membro: Prof. Marcos Antonio Lorieri, Dr. – Uninove

---

Membro: Prof<sup>a</sup>. Suely Aparecida Galli Soares, Dra. – Uninove

---

Membro: Prof. Carlos Bauer de Souza, Dr. – Uninove

São Paulo, 18 de Agosto de 2008

## **AGRADECIMENTOS**

À minha orientadora, Prof. Dra. Maria da Glória Gohn, que me conduziu por caminhos que me fizeram buscar não só o educacional, mas também a vida social de cada ator deste cenário chamado “sociedade”. Os meus sinceros agradecimentos por me guiar por meio de uma luz teórica que me direcionou à saída da caverna (Platão) em que me encontrava.

Aos amigos e colegas que colaboraram com as suas idéias, sugestões, revisões e considerações em diversos momentos: Ruth, Quequeto, Célia e Kátia.

Aos professores da Banca Prof. Dr. Ladislau Dowbor e Prof. Dr. Marcos Antonio Lorieri, que tornaram o momento e o local da qualificação um espaço de reflexão, por meio

de suas valiosas observações, para que eu a tivesse como patamar para um avanço em minha pesquisa.

À professora Suely Galle Soares, que aceitou participar da Banca de defesa. A todas as pessoas que aceitaram responder às entrevistas e ao questionário, permitindo que as reflexões fossem ampliadas por seus pareceres e opiniões sobre o tema.

Aos amigos do mestrado, em especial à Rosana, por todos os momentos que passamos.

À Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, pelo incentivo por meio do projeto Bolsa Mestrado.

A Deus, que, acredito, foi minha maior fonte de energia.

À minha família, que sempre esteve ao meu lado, dando-me forças nos momentos de desânimo.

Ao meu marido, Edvaldo, e às minhas filhas, Amanda e Anelize, que nunca reclamaram pelos momentos que não lhes dei atenção e deixamos de realizar muitas atividades de família.

Aos meus pais, Antonio e Antonia, por quem sou e pelo amor, dedicação, apoio e incentivo em todos os momentos.

Aos meus irmãos, Vilma, Silvia e Anderson, por serem as pessoas especiais que são em minha vida.

A todos que acreditam que podemos viver num mundo melhor se todos fizermos a nossa parte de maneira honesta.

## RESUMO

Esta dissertação investiga programas de promoção social desenvolvidos em parcerias entre ONGs, Comunidade e Governo objetivando propiciar a inclusão social a partir da inclusão digital. Indagam-se as reais possibilidades de a inclusão digital ser um caminho para a inclusão social. A pesquisa foi feita em uma escola do bairro de Guaianases, cidade de São Paulo - SP, onde se desenvolve o programa selecionado para esta investigação. Neste programa atuam duas ONGs: Plugados na Educação e o Comitê de Democratização da Informática - CDI; elas foram objeto de investigação empírica desta dissertação, por meio de entrevistas com seus gestores/coordenadores e aplicação de questionários para uma amostra de seus alunos. Para efeitos da análise, foram construídas duas matrizes explicativas das práticas de inclusão digital desenvolvidas pelas instituições, as quais compõem o referencial teórico de apoio desta dissertação: a matriz mercadológica - baseada em argumentos e práticas em que se destacam o indivíduo, a competição, a separação, e a finalidade das atividades de inclusão destaca a preparação para o mercado de trabalho; e a matriz cidadã - que trabalha com a perspectiva da construção de espaços coletivos e encontros de grupos sociais nos quais os sujeitos neles se reconhecem com vidas, propósitos, objetivos e problemas comuns. A matriz cidadã tem por finalidade contribuir para a formação dos sujeitos envolvidos nos programas de inclusão digital, de forma a se ter uma ferramenta para construir a vida dos indivíduos, e não apenas para o mundo do trabalho. À luz do referencial teórico adotado, dos pressupostos formulados e das orientações presentes nas legislações e publicações governamentais e das ONGs, a pesquisa analisou o sentido e os rumos que as práticas da inclusão digital tomam nas ONGs investigadas, dentro de um universo argumentativo de possíveis caminhos para a inclusão social. As principais conclusões foram: 1- a inclusão digital contribui para a inclusão social somente quando estruturada segundo a matriz cidadã; 2- Ela pode permitir a apropriação do conhecimento por meio da apreensão das técnicas e do uso das TICs, mas a inclusão é um processo e os cursos em si não garantem que ela ocorrerá, pois

depende de vários fatores, além da continuidade do acesso aos equipamentos, uso da Internet etc; 3- Quando a inclusão social se realiza via a inclusão digital, ela pode ser uma ferramenta de transformação social por meio da busca de soluções que contribuam para o desenvolvimento local.

**Palavras-chave:** Inclusão digital; Inclusão social; Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs; Organização Não-Governamentais - ONGs.



## ABSTRACT

This dissertation investigates social promotional programs developed in partnership of NGOs, community and the government to propitiate social inclusion from digital inclusion. Real possibilities of digital inclusion are a way to social inclusion, this is asked here. The research was made in a school of Guaianases neighborhood in the city of São Paulo, where the selected programs for this investigation is developed. Two NGOs – Plugados na Educação and Comitê de Democratização da Informática (CDI) were the object of investigation to this empiric issertation through interviewing their manager/ coordinator and the application of questionnaires for a sample of students. For analysis effect there were two explain matrixes for the practice of digital inclusion developed by the institutions that compose the theoretical reference to support this dissertation: marketing matrix – based on arguments and practice where person, competition, separation are detached and the goal of the inclusion activities prepare for job market. The other matrix we call it Citizen – it works with construction of collective spaces perspective, social group meetings where people recognize themselves with customary life, purpose, aim and problems. The citizen matrix has as main purpose to contribute to upbringing the subject involved in the digital inclusion programs as a tool to build individual life not only for market labor. This research analyzed, by theoretical reference adopted, pretext formulated and present orientation in government legislation and publication and the NGOs, the sense and ways that inclusion practice made on NGO investigated in an argumentative universe of possible ways to digital inclusion. Main conclusions were: 1 - digital inclusion contributes to social inclusion only when structured on a matrix citizen; 2 - It can permit knowledge appropriation by technical apprehension and use of CIT (communication and information technology) but inclusion is a process and the courses itself cannot guarantee that it occurs because it depends on many facts beside continuity of access to equipment, Internet and others; 3 - When social

inclusion is done by digital inclusion it can be a tool of social transformation by searching solution that contributes to local development.

**Key-words:** Digital Inclusion; Social inclusion; Communication and Information Technology TIC; Non Governmental Organization - NGO.

## SUMÁRIO

Lista de Gráficos.....	09
Lista de Siglas.....	11
INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I – O PROCESSO DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO SOCIAL.....	20
1.1 – INCLUSÃO X EXCLUSÃO – O CONCEITO.....	20
1.2 – INCLUSÃO SOCIAL.....	22
1.3 – CULTURA.....	26
1.4 – ONG – UM BREVE CONTEXTO ACERCA DO TEMA.....	30
CAPÍTULO II – O PROCESSO DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO DIGITAL.....	35
2.1 – INCLUSÃO DIGITAL.....	35
2.1.1 – Matrizes para a análise do fenômeno de Inclusão Digital....	37
2.2 – TRANSCULTURALISMO DIGITAL.....	40
2.3 – O ACESSO.....	42
2.4 – O MOVIMENTO DO PROCESSO DE INCLUSÃO DIGITAL.....	44
CAPÍTULO III – AS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O PROCESSO DE INCLUSÃO DIGITAL.....	49
3.1 – A EVOLUÇÃO E SEUS IMPACTOS.....	49

3.2 – AS TICs NA ATUALIDADE E O CONTEXTO EDUCACIONAL.....	52
3.3 – O MUNDO DO TRABALHO E A REALIDADE ESCOLAR.....	56
3.4 – O MUNDO DO TRABALHO E AS TICs.....	61
3.5 – EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL.....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	126
ANEXOS.....	135

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Idade.....	94
Gráfico 2 – Sexo.....	95
Gráfico 3 – Cor.....	95
Gráfico 4 – Estado Civil.....	96
Gráfico 5 – Religião.....	96
Gráfico 6 – Origem.....	97
Gráfico 7 – Escolaridade.....	97
Gráfico 8 – Situação Profissional.....	98
Gráfico 9 – Renda Familiar Mensal.....	99
Gráfico 10 – Ajuda do Governo.....	99
Gráfico 11 – Pessoas com quem mora o participante.....	100
Gráfico 12 – Quantidade de pessoas na residência.....	100
Gráfico 13 – Papel do participante na família.....	101
Gráfico 14 – Número de filhos.....	101
Gráfico 15 – Filhos que moram com pai e/ou mãe.....	101
Gráfico 16 – Tipo de Moradia.....	102
Gráfico 17 – Número de cômodos da moradia.....	102
Gráfico 18 – Tipo de construção da moradia.....	102
Gráfico 19 – Utensílios domésticos.....	103
Gráfico 20 – Participantes que possuem celular.....	103
Gráfico 21 – Pessoas da família que possuem celular.....	104
Gráfico 22 – Percentual de participantes que possuem carro.....	104
Gráfico 23 – Modo de locomoção dos participantes que não possuem carro.....	105
Gráfico 24 – Percentual de participantes que possuem computador em casa.....	105
Gráfico 25 – Uso do computador.....	106
Gráfico 26 – Local em que se faz uso do computador.....	106
Gráfico 27 – Freqüência do uso do computador.....	107

Gráfico 28 – Número de horas em frente ao computador.....	107
Gráfico 29 – Finalidade do tempo de uso do computador.....	108
Gráfico 30 – Nível de conhecimento sobre informática.....	108
Gráfico 31 – Com quem adquiriu conhecimentos sobre informática.....	109
Gráfico 32 – Percentual de participantes que fazem uso da Internet.....	109
Gráfico 33 – Nível de conhecimento sobre Internet.....	110
Gráfico 34 – Com quem adquiriu conhecimentos sobre Internet.....	110
Gráfico 35 – Finalidade do uso da Internet.....	111
Gráfico 36 – Principais usos da Internet/informática.....	111
Gráfico 37 – Outras pessoas da casa que utilizam a Internet.....	112
Gráfico 38 – Identificação das pessoas da casa que utilizam a Internet.....	112
Gráfico 39 – Meio de conhecimento do projeto.....	113
Gráfico 40 – Tempo de participação no projeto.....	113
Gráfico 41 – Frequência da participação no projeto.....	114
Gráfico 42 – Modalidade de participação no projeto.....	114
Gráfico 43 – Finalidade da participação no projeto.....	115
Gráfico 44 – O que aprendeu no projeto.....	115
Gráfico 45 – Opinião sobre ajuda do projeto.....	116
Gráfico 46 – Setores em que o projeto auxiliou ou auxilia.....	116
Gráfico 47 – Sentimento em relação à Informática.....	117
Gráfico 48 – Representação do computador.....	117
Gráfico 49 – Idéia do que é estar incluído digitalmente.....	118
Gráfico 50 – Visão de si sobre estar incluído no mundo digital.....	118
Gráfico 51 – Aprendizado que o projeto já proporcionou.....	119

## **LISTA DE SIGLAS**

- TICs – Tecnologias de Informação e Comunicação
- CDI – Comitê de Democratização da Informática
- EIC – Escola de Informática e Cidadania
- ONG – Organização Não-Governamental
- ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
- ONU – Organização das Nações Unidas
- OSCIP – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

## INTRODUÇÃO

Diferentes olhares, diferentes ângulos de apreensão dos fatos da realidade: esta é uma necessidade imperiosa, numa era na qual tudo se desfaz rapidamente, tudo fica obsoleto em frações de tempo muito menores que nossa capacidade de memorização. (GOHN, 2004, p.337)

Em decorrência da globalização<sup>1</sup> e de uma nova (des)ordem mundial, vivemos numa era permeada de mudanças, num ritmo acelerado e incontrolável. Mudanças tecnológicas, científicas, nas relações e nas concepções de trabalho, trabalhador, emprego e empregador. Transformações econômicas e sociais. Reconfigurações no que se refere às concepções de mundo e de educação, num “sistema capitalista que também passa por uma reformulação” (GOHN, 2002, p.91).

Neste cenário de intensas mutações, as políticas públicas em geral e, mais especificamente, as de educação e de outras áreas do social, como assistência e saúde, vêm sofrendo, ainda que lentamente, significativas transformações, requerendo uma alteração de perfil por parte dos segmentos da sociedade, que devem buscar comprometidamente a consolidação da transformação sócio-político-educacional em contribuição à melhoria das condições de vida. Observa-se, neste contexto, a necessidade, por parte dos pesquisadores, do exercício de reflexão e conscientização, especialmente junto aos novos sujeitos sociais mais vulneráveis aos processos de exclusão social, para que não fiquem simplesmente numa posição de “explorados pelo capital”, de forma que sejam capazes de desenvolver práticas emancipatórias para fazerem a diferença como sujeitos coletivos e históricos, e é nessa instância que a educação exercerá seu fundamental papel.

Cabe à educação, formal ou não-formal, refutar a “educação bancária” (FREIRE, 1976), que faz com que o cidadão seja submisso, que castra sua autonomia e criatividade, considerando-o depositário do saber. Ela deve mediar o processo de conhecimento para que acompanhe a rapidez das conquistas científicas e tecnológicas, buscando compreender as constantes mudanças do mundo científico e tecnológico e propiciando à sociedade o acesso à

---

<sup>1</sup> Harvey (1992) também concebe a globalização como um fenômeno que envolve uma mudança em nossa experiência de tempo e espaço, mas ele reforça a velocidade ou a intensificação da “compressão do espaço-tempo”. Para esse autor, a globalização é menos um processo de desenvolvimento que uma descontinuidade histórica associada com uma periódica crise do capitalismo, a mais recente delas ocorrida nos anos 70 e 80.



informação e sua democratização. Deve, portanto, oferecer espaços adequados para que estas informações se tornem realmente conhecimentos.

A educação pode ser o caminho que permite aos educandos e à comunidade tornarem-se sujeitos de seu processo e de seu tempo histórico. A experiência, a vivência e a aprendizagem se transformarão em conhecimento, tornando aqueles sujeitos capazes de compreender o mundo e construir territórios de pertencimento dentro deles.

Outro aspecto muito importante a ser considerado se refere ao atual momento histórico de pobreza e de exclusão social e às dificuldades de inclusão da sociedade no mundo do trabalho, em função das mudanças diante da “nova forma de apropriação do saber fazer intelectual do trabalho pelo capital” (ANTUNES, 2002, p.42) e da inserção do Brasil no cenário mundial de crise contemporânea.

O atual desenvolvimento social só será alterado quando se estabelecer uma interação contínua entre a inovação tecnológica e os valores humanos, a partir da qual serão criadas novas relações de participação social. Segundo Castells (1996), o futuro será indicado pela capacidade de assimilar e processar informações complexas. A grande contradição dessa interação contínua é, por um lado, a busca em facilitar a vida e, por outro, a exclusão de uma grande parcela da população da vida econômica e do acesso ao trabalho. Como o país entrará para a era do conhecimento, superando a atual era da informação, dependerá do modo como esta nova sociedade será, ou estará, preparada em face da mudança do perfil do sistema econômico e, principalmente, das transformações no mercado de trabalho. Tudo isto ocorre dentro de um sistema que impõe a necessidade de competências flexíveis aos sujeitos, pois qualificações especializadas já não são tão necessárias para este mercado.

A introdução da tecnologia no mundo do trabalho tem sido vista por muitos analistas apenas como um processo de exclusão de trabalhadores, pois vem servindo às causas da acumulação, à classe dominante. Mas há outras formas de olhar esta questão, e, nesse sentido, a educação poderá contribuir para alterar este cenário à medida que novas práticas e relações sociais venham a ser desenvolvidas em espaços societários em que a tecnologia seja introduzida como uma ferramenta auxiliar na formação dos indivíduos enquanto cidadãos. Por exemplo, a *Comunidade Educativa* (GOHN, 2002, p.90), composta pela escola e pelos atores do seu entorno, indica que este quadro pode ser revertido à proporção que haja um processo de conscientização e reivindicação para que o acesso às informações e a construção de conhecimentos por meio das tecnologias sejam em prol da melhoria das condições sociais e econômicas de todos, não deixando de lado os que vivem de forma deficiente.

Hoje se percebem lacunas e deficiências no sistema educacional brasileiro por não ter acompanhado os fenômenos de variações do sistema econômico, as mudanças do mundo do trabalho e, por conseguinte, as transformações na sociedade como um todo. Para Del Pino (2002), em várias ocasiões, este sistema estabelece uma parceria com as políticas econômicas neoliberais e capitalistas, formulando alternativas por meio de programas de natureza assistencial, como o extinto “Parceiros do Futuro” e na atualidade seu substituto, o “Programa Escola da Família”. Estes programas estabelecem parcerias com o setor informal da economia por intermédio de organizações não-governamentais - ONGs. Estas, por sua vez, podem trazer de volta o modelo do voluntarismo combinado com o trabalho assalariado, estabelecendo, conforme indica Gohn (2005), novas formas de trabalho. E transferem responsabilidades estatais, na execução de atividades sociais, para a sociedade civil organizada.

Torna-se importante observar a atuação de programas, como os citados anteriormente, em parceria com determinadas ONGs no processo de ensino-aprendizagem, de maneira a se diagnosticar até que ponto essas ONGs, enquanto organizações não-governamentais sem fins lucrativos, e programas como “Escola da Família”, gerados a partir das políticas públicas, podem estar propiciando, ou não, o ambiente necessário para que a educação formal e não-formal se constituam em portas de acesso e formação para a cidadania. Nesse sentido, esta dissertação busca verificar se tais programas promovem a inclusão social ao utilizarem as Tecnologias da Informação e Comunicação - TICs.

Tanto o Programa “Escola da Família” quanto as ONGs têm construído seus argumentos ao caracterizarem seus objetivos como centrados na ação de mobilizar os segmentos excluídos da sociedade para a transformação de sua realidade. Por isso, afirmam que trabalham, principalmente, em parceria com comunidades de baixa renda, bem como que o domínio das TICs não só abre oportunidades de trabalho e de geração de renda, como também possibilita o acesso a fontes de informação e a espaços de sociabilidade.

Entretanto, o universo das ONGs é muito diversificado. Segundo Leher (2002), as ONGs, em sua forma de inserção na educação, não se opõem aos ideais do capitalismo, pelo contrário, muitas delas seguem a ótica dominante. Não tencionam demarcar posições e compromissos no plano da política. Segundo Gohn (2002), a maioria delas atua de acordo com a lógica do mercado, não lutando contra esse modelo de exclusão. Atuam para incluir alguns sujeitos, pois seus trabalhos são focalizados e tópicos.

No contexto histórico dos anos 90, no Brasil, muitas ONGs entraram em cena para suprir necessidades sociais que o governo deixou de patrocinar, dadas as reformas que se operaram nas máquinas e estruturas estatais. Muitas destas organizações se apresentam apenas como entidades do Terceiro Setor e, enquanto instituições, trabalham segundo as regras do mercado. Ao atuarem de forma focalizada, deixam de tratar os sujeitos atendidos de forma universal, para considerar as necessidades em termos de sujeitos individuais – como pessoas específicas. Destarte, nesta dissertação observa-se que certos programas de inclusão digital, quando atuam em caráter focalizado, buscam que o indivíduo tenha um “lugar” no mercado de trabalho, visto como competitivo e seletivo, absorvendo apenas os mais fortes e aptos. A inclusão digital, dessa forma, traz a falsa impressão de competência para a competição no mundo capitalista. Entretanto, é sabido que a qualificação não dá garantias de inserção trabalhista num mundo que não tem emprego para todos.

Nesta perspectiva, permeada pela flexibilização, para Del Pino (2002), as conquistas tecnológicas estão a serviço de uma classe dominante em detrimento de uma grande maioria. Busca-se incluir os dominados em projetos sociais, para que esta pequena parcela de “incluídos” possa sentir-se integrada ao sistema econômico vigente. Todavia, o que não fica esclarecido à grande maioria é que a formação no que se refere à capacitação em TICs, por si só, não é suficiente. As TICs são ferramentas, instrumentos, e, se não forem utilizadas pelos indivíduos com consciência de suas possibilidades e limitações, podem ser coniventes quanto à manutenção dos processos de exclusão social, criando um movimento de ilusão de inclusão – um processo simplesmente mecânico, limitando-se a um contato com a máquina.

A escolha do tema desta dissertação justifica-se também pelo meu trajeto profissional. Estive, por um grande período de minha vida, com a atenção voltada unicamente para a prática em sala de aula e a coordenação de professores. Contudo, em 2000, integrei-me a projetos para apoiar o desenvolvimento de programas de informática educacional criados pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo - SEE/SP, em parceria com o Ministério da Educação e do Desporto - MEC. Criaram-se os Núcleos Regionais de Tecnologia Educacional - NRTEs, que, subordinados às Diretorias de Ensino, funcionam como oficinas de difusão das novas tecnologias. Nesse momento, tive a possibilidade de unir duas atividades que já despertavam meu interesse – informática e educação –, estudando as implicações das TICs no processo de ensino-aprendizagem. Neste tempo de trabalho nos NRTEs, concluí três cursos de aperfeiçoamento: A Linguagem Audiovisual na Escola - Uma Ação Educomunicativa - Educom.TV - NCE/ECA-USP; TV na Escola e os Desafios de Hoje -

UNESP, os dois em 2002; e Utilização Inovadora das Tecnologias em Educação - Vanzolini - USP, em 2001. Além disso, fui membro da equipe de elaboração da Oficina “More Than Words” - SEE/SP.

A rigor, desde os primórdios da minha formação escolar, já me interessava pelas questões da área de informática. Esse interesse veio a marcar minha atuação no Magistério, influenciando de forma significativa minha postura enquanto educadora. No decorrer de meu desenvolvimento profissional, tive a possibilidade de avaliar a formação técnica em Processamento de Dados, constatando que o computador, na época, não teve grande significado para a formação nesta área, ou seja, embora o curso fosse voltado à formação profissional, esse objetivo não se concretizava. E só muito tempo depois, atuando como educadora, é que estes equipamentos tiveram uma verdadeira razão para o percurso estudantil e profissional.

Com estes antecedentes, foi elaborada esta dissertação, que tem como título *Inclusão digital: um possível caminho para a inclusão social*, investigando como os programas de promoção social desenvolvidos nas parcerias entre ONGs, Comunidade e Governo tentam propiciar a inclusão social a partir da inclusão digital. A pesquisa foi feita em uma escola do bairro de Guaianases, na cidade de São Paulo - SP, onde acontece o projeto, sendo que nele também atuam duas ONGs: *Plugados na Educação* e *Comitê de Democratização da Informática - CDI*.

Para se entender o processo de inclusão social, esta dissertação teve como referência duas matrizes, sendo uma delas baseada no individualismo, na competição, na separação e na divisão de todo e qualquer bem. Essa vertente está ligada ao pessoal, individual, e é chamada de “mercadológica”. A outra matriz, a “cidadã”, constrói-se sob a perspectiva da construção ou conservação de espaços coletivos, encontros de grupos sociais, nos quais os sujeitos neles se reconhecem com vidas, propósitos, objetivos e até problemas comuns.

A dissertação pesquisou e analisou o trabalho de promoção social desenvolvido nas parcerias entre ONGs, Comunidade e Governo Estadual. As questões principais formuladas foram: Como estes programas utilizam as ferramentas midiáticas, no âmbito educacional – seja ele formal ou não-formal –, para a autoconscientização dos indivíduos sobre sua real condição e, conseqüentemente, sua inserção no mercado de trabalho? Como se dá este processo na comunidade escolar do bairro de Guaianases, periferia do município de São Paulo, desenvolvido pela parceria das ONGs *Plugados na Educação* e *CDI* com o Governo Estadual pelo Programa Escola da Família na Escola Estadual Major Cosme de Faria?

Para subsidiar a pesquisa, foi feito também um estudo dos pressupostos e orientações presentes nas legislações e publicações do Governo Estadual e dos Órgãos Não-Governamentais, além de analisadas as publicações específicas no que se refere ao objeto proposto para esta pesquisa.

A pesquisa de campo foi realizada a partir de procedimentos específicos, e contou com: visita à unidade escolar com o objetivo de acompanhar o trabalho realizado; entrevista com o presidente da ONG *Plugados a Educação*; visita ao CDI São Paulo e acompanhamento de uma capacitação aos educadores comunitários; aplicação de questionário com alunos e pessoas da comunidade que participam do processo oferecido pela parceria anteriormente citada; e entrevista com o presidente do CDI.

As questões propostas no questionário (vide anexos) buscaram evidenciar até que ponto as propostas do Governo Estadual e das ONGs têm sido, efetivamente, aplicáveis e qual a avaliação que os participantes fazem delas. Após a coleta de dados, foram tabuladas e sintetizadas todas as informações colhidas. As entrevistas foram semi-estruturadas, partindo de um roteiro pré-elaborado, flexível, de forma a permitir a inclusão de um leque maior de questões que se fizeram necessárias.

Por último, foi realizada a análise do material coletado à luz do referencial teórico, buscando-se a relação entre a teoria e a prática, de maneira a contribuir para a discussão sobre como as ações propostas têm se articulado. As categorias principais para se realizar a análise foram: inclusão/exclusão, inclusão social e inclusão digital, e outras categorias de apoio ao objeto de pesquisa, a saber: Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC, cultura, educação não-formal, ONGs e mundo do trabalho.

Em vista disso, a dissertação está organizada em quatro capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “O processo de inclusão/exclusão Social”, aborda o referencial teórico de apoio e conceitos sobre a inclusão ou exclusão social. Discute esta categoria e reflete sobre o que é a inserção social por meio do desenvolvimento da conjuntura, do contexto e das ações presentes neste campo.

No segundo capítulo, “O processo de inclusão/exclusão Digital”, apresenta-se o debate entre as diferentes perspectivas do tema, observando-se tanto as definições teóricas divergentes como as representações empíricas, e até algumas do senso comum, existentes sobre a temática. As categorias inclusão/exclusão social são analisadas, também, seguindo o desenvolvimento da conjuntura, contexto e ações presentes neste campo, principalmente na

questão do acesso às TICs. Busca-se, assim, vislumbrar a inclusão digital a partir da análise do processo que a constrói, desde o acesso e a aprendizagem até a digitação propriamente dita e a condição de transformação social quando resulta em aprendizagem e uso das ferramentas para alavancar a vida dos sujeitos participantes.

O terceiro capítulo, “As novas tecnologias de informação e comunicação e sua relação com o processo de inclusão digital”, aborda as novas tecnologias na era do conhecimento/ informação, tanto no âmbito da educação formal, quanto no da educação não-formal. Discutem-se também suas conseqüências na sociedade, no que se refere à questão da inclusão digital para inserção no mundo do trabalho. Indagam-se, ainda, as possibilidades de seu uso na resolução de problemas locais da comunidade onde vivem os sujeitos da ação.

O quarto capítulo, “Cenários e atores envolvidos no processo de inclusão digital”, faz um histórico dos agentes e atores envolvidos nos programas da parceria analisada visando à inclusão social por meio da inclusão digital, bem como discute suas práticas atuais de inclusão, seus efeitos, sua importância e seu alcance por meio de uma rápida apresentação teórica. Nesse sentido, é feita a análise sobre a contribuição dos programas sociais para a inserção do cidadão na sociedade, identificando-se os limites e as possibilidades do projeto implementado em uma região carente, situada no bairro de Guaianases, na zona leste da cidade de São Paulo - SP, bem como sua apropriação pela comunidade local.

Por fim, nas considerações finais, a análise localiza e tenta responder a questão central colocada no início: a inclusão digital é uma forma de inclusão social? De acordo com as matrizes apresentadas, conclui-se que a inclusão digital pode possibilitar caminhos para outras formas de inclusão social, mas não há como garanti-las. Contudo, verifica-se também que não há como se ter uma definição única sobre a inclusão ou exclusão digital, pois esta tem várias definições de acordo com seu movimento, sua utilização, camada social que atinge etc. O que vai defini-la é o que busca o ator que a deseja ou o que propõe o agente que a disponibiliza. Nesta dissertação, definiu-se, como ponto de partida, a inclusão digital como caminho para a inclusão social. Ela é aquela que permite a apropriação do conhecimento por meio da apreensão das técnicas e do uso das TICs, embora dependa da disponibilidade dos equipamentos e da Internet. Mas ela pode ser uma via para a conscientização da realidade, dadas as portas que podem abrir aos sujeitos participantes, e uma ferramenta de transformação social por meio da busca de soluções que contribuem para o desenvolvimento local.

A pesquisa apresenta ainda como anexos: a entrevista realizada com o idealizador da ONG *Plugados na Educação*, realizada no dia 29/05/2006, na Escola Estadual Major Cosme de Faria, situada no bairro Guaianases - São Paulo; a entrevista com o idealizador e fundador do *Comitê para Democratização de Informática - CDI*, realizada no dia 09/07/2007; e o questionário respondido pelos alunos participantes do projeto de inclusão digital, com o respectivo percentual de escolha das respostas.

## CAPÍTULO I – O PROCESSO DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO SOCIAL

### 1.1 – INCLUSÃO X EXCLUSÃO – O CONCEITO

Estudar as categorias “Inclusão/Exclusão Social” e “Inclusão/Exclusão Digital” – esta última, tema do próximo capítulo – implica examinar os conceitos de inclusão e exclusão em si, pois muitos são os debates que suscitam. Destarte, tenciona-se abordá-los de forma dialética, trabalhando suas duas faces. Seja na forma de inclusão ou exclusão, separadamente ou unificadas, sabe-se que estes conceitos não podem existir um sem o outro, ou seja, só existe inclusão se houver excluído, e só existe exclusão se houver quem deva ser incluído em um determinado grupo permeado por certas relações sociais.

Segundo Sawaia (2001, p.7), a exclusão é o tema da atualidade, sendo “usado hegemonicamente nas diferentes áreas do conhecimento”. Muitos são os significados que diferentes autores atribuem ao termo. Assim, discutir esta categoria exige um esforço em percorrer seus vários valores semânticos e posicionar-se perante o que melhor explicar o fenômeno social determinado por um novo paradigma de desenvolvimento que o mercado nos impõe: a “globalização”<sup>2</sup>.

Para se entender o significado da inclusão é preciso focar a análise no fenômeno oposto, ou seja, a exclusão. Este termo possui características que se alteram, tendo sido apropriado por grupos sociais com as mais diversas culturas, pois é “polissêmico, complexo e movediço” (SAWAIA, 2001, p.8) em sua definição. Em seu sentido mais restrito, refere-se ao acesso diferenciado às “estruturas econômicas que geram desigualdades absurdas de qualidade de vida” (WANDERLEY, 2001, p.18), focalizando de forma mais incisiva os contingentes populacionais crescentes que não encontram lugar no mercado. Considera-se que todos os cidadãos devam ter direito ao trabalho; todavia, considera-se também que eles possam usá-lo a fim de obter maior participação na sociedade. Segundo Wanderley:

[A exclusão] Não é resultante apenas da ausência de renda; incluem-se aí outros fatores como o precário acesso aos serviços públicos e especialmente, a ausência de poder. (WANDERLEY, 2001, p.23).

---

<sup>2</sup> “A globalização é um modelo de administração de empresas que, respondendo à crescente complexidade do ambiente da concorrência, procede da criação e da exploração de competências em nível mundial, objetivando maximizar os lucros e consolidar suas fatias de mercado.” (MATTELART, 2000)



Para a autora, há de se ter o cuidado de não tomar pobreza e exclusão como sinônimos, uma vez que excluídos são aqueles que estão aquém de certos “valores” e “representações” de determinados grupos. De acordo com Sawaia (2001, p.12), “o excluído não está à margem da sociedade, mas repõe e sustenta a ordem social, sofrendo muito neste processo de inclusão social”. Dessa forma, muitos autores afirmam a não-existência da exclusão propriamente dita, argumentando que o fato de determinado indivíduo estar excluído de um segmento não significa que não está incluído em outro. Logo, é necessário que se reflita sobre a abordagem da relação dialética entre tais termos e sua superação, uma vez que a exclusão e a inclusão, como categorias, não podem existir isoladamente.

Segundo Wanderley (2001), não se pode tratar do tema “exclusão” sem precisar o espaço e o tempo histórico em que ocorre a rejeição. Verás (2001) complementa esta análise exprimindo variados enfoques da questão em diferentes períodos históricos. Conforme a autora, nas décadas de 60 e 80 foi chamada atenção para os grupos sociais designados “favelados” e “migrantes” como “excluídos” “pelo aumento da pobreza e recessão econômica”. Nos anos 80 muito se discutiu sobre o território, o espaço, a habitação e a luta pelo direito à moradia. Em tais debates estava inserida a idéia de acesso a bens e serviços indispensáveis à qualidade de vida, bem como a noção de que deveriam ser assegurados à coletividade. Já nos anos 90, Paugam influenciou o conceito formulado por Atkinson de *exclusão viável e coerente*, por meio de três idéias de pobreza: integrada, marginal e desqualificante. Esta última, a pobreza desqualificante<sup>3</sup>, será tomada como ponto de partida para o desenvolvimento do presente escrito, por se tratar de um tipo de exclusão que gera os programas para a chamada inclusão social.

Verás (2001, p.35) afirma ainda que os anos 90 também reeditaram “[...] o conceito de exclusão como a não-cidadania, principalmente a idéia de processo abrangente, dinâmico e multidimensional”. Gohn (2005a, p.9), por sua vez, assevera que, com a “mudança da conjuntura econômica, o desemprego se tornará o ponto central da Questão Social, expressa em miséria e exclusão social”. Segundo esta autora, a grande velocidade das mudanças desta nova era e a crise no que diz respeito ao mercado e à economia fazem com que a questão social e, juntamente com ela, o processo de exclusão social fiquem em evidência.

---

<sup>3</sup> Para Paugam (2001, p.71), “a pobreza desqualificante é uma relação de interdependência entre ‘pobres’ e o restante da sociedade que gera angústia coletiva, porque mais e mais pessoas são consideradas como pertencentes à categoria de ‘pobres’ ou de ‘excluídos’ e muitos, pois a situação é instável, temem o futuro. Este tipo tem uma probabilidade maior de se desenvolver nas sociedades que podemos chamar de ‘pós-industriais’ ”.

O movimento de reflexão sobre os diferentes aspectos que envolvem o eixo temático inclusão/exclusão ultrapassa os limites das atividades específicas da pobreza econômica. No centro do debate sobre os mecanismos do processo de inclusão está a sedimentação de idéias caracterizadas pela valorização do ser humano. Segundo Paugam (2001, p.77), todos os indivíduos passam por um processo de desqualificação social que os empurra “[...] para a esfera da inatividade e de dependência dos serviços sociais” e sua relação com a camada “excluída”. Para o autor, há um movimento gradativo de expulsão do mercado de trabalho de cada vez mais pessoas e segmentos da sociedade.

Conforme Gohn (2005a, p.9), “a crise atual [...] criou novas categorias de excluídos, desta vez no próprio acesso ao mercado de trabalho”, devido sobretudo ao fato de categorias trabalhistas simplesmente terem deixado de existir. Dessa forma, os indivíduos envolvidos neste cenário se vêem despreparados para enfrentar as novas “categorias funcionais” (GOHN, 2005a, p.10) e, parafraseando Paugam (2001), surge uma nova categoria, que é a dos *desqualificados profissionalmente*, de acordo com um novo modelo empregatício no qual os empregos e as funções mudaram, fazendo determinadas profissões serem suprimidas e outras surgirem em consonância com as novas solicitações do mercado atual.

Portanto, há várias maneiras de se focar a dialética exclusão/inclusão, seja tornando-a uma problemática da modernidade, seja passando pelos seus diversos significados durante a história. Contudo, a perspectiva da não qualificação profissional para o mercado de trabalho da atualidade tem sido enunciada como principal dificuldade para a grande maioria da população obter um emprego. Sabe-se que na atualidade o mercado impõe aos sujeitos competências flexíveis, não tão democráticas, pois qualificações especializadas já não são tão necessárias para este mercado.

## 1.2 – INCLUSÃO SOCIAL

Esta dissertação tem como objeto de estudo a possibilidade de inclusão social por meio da inclusão digital. Nessa perspectiva, cabe perguntar se a exclusão digital pode acirrar a exclusão social. Assim, essa relação de causa e efeito entre estas categorias fundamenta, primeiramente, o estudo da inclusão social como pré-requisito para se entender a questão da inclusão digital.

A dialética da exclusão social está na negação de direitos a uns e afirmação de privilégios a outros (SAWAIA, 2001). Enquanto se inclui uma determinada parcela, exclui-se outra ainda maior, o que faz com que esta última seja, ao mesmo tempo, incluída em um grupo que tem negado seus direitos de cidadania. Segundo Guareschi (2001), um grupo é formado pelas relações nele estabelecidas. Portanto, o que muda ou exclui determinados indivíduos de certo grupo não são as pessoas, e sim as relações, pois, conforme o autor, há “[...] hoje uma nova relação, que cada vez mais se torna definidora do tipo de sociedade em que passamos a viver: é a relação de exclusão” (GUARESCHI, 2001, p.144).

O autor lembra ainda que atualmente há um “desenvolvimento fantástico das novas tecnologias”, tendo como consequência a criação de determinados postos de trabalho e o desaparecimento de outros, especialmente em função da substituição da mão-de-obra por máquinas, hoje muito mais rápidas e eficazes do que na era industrial. Por conseguinte, o cenário de exploração e dominação do trabalhador está sendo substituído pela exclusão do trabalhador da prática produtiva. Ou seja, com a modificação do tipo de trabalho, muitos nem chegam ao mercado de trabalho.

Neste contexto está exposta a *palavra de ordem*, que, segundo Guareshi (2001), é a *competitividade*. Esta, por sua vez, requer a exclusão e o individualismo, características do liberalismo, bem atuante em nossa sociedade capitalista. O autor ainda afirma que há “uma ‘individualização’ do social” e o individual é visto como supremo, visto que “[...] quando se fala em competitividade, dificilmente se assumem as consequências que tal prática pressupõe, principalmente na construção do mundo da exclusão” (GUARESCHI, 2001, p.150).

Assim, o ser humano, como indivíduo, é responsabilizado pela situação caótica em que vive uma sociedade que não prioriza o social e na qual as políticas sociais, segundo Gohn (2005a, p.12), “perdem o caráter universalizante e passam a ser formuladas de forma particularista”. Surgem, neste panorama, entidades que têm por objetivo gerenciar tais políticas e criar programas de inclusão para a inserção de indivíduos no mercado competitivo por meio da “qualificação”, por exemplo. Todavia, esta concepção oculta a mais perversa forma de exclusão, expressa mediante a idéia de que, sem a aquisição de determinadas novas habilidades e competências, os indivíduos são descartáveis no mercado de trabalho, no qual parece não haver mais a possibilidade de serem inseridos (WANDERLEY, 2001, p.11). Nesse

sentido, Paugan (2001, p.10) conclui que “o descrédito social<sup>4</sup> atormenta os excluídos tanto quanto a fome”.

Destarte, pode-se observar que a exclusão social tem uma característica includente, já que pode oferecer ao indivíduo o acesso a espaços que proporcionam uma idéia de inclusão, ainda que possa ser falsa, pois o simples acesso a um curso não lhe garante transformações sociais e culturais significativas por si, tampouco o usufruto do direito à cidadania.

Se, de um lado, a crítica às organizações ou instituições não assegura aos cidadãos o acesso aos seus direitos, de outro, a existência delas, de forma criativa e participativa, pode vir a garanti-los. Existe, portanto, a possibilidade de estas organizações cumprirem um papel transformador, atuando como agentes e fontes de aprendizagem cidadã.

Sabe-se que as políticas de inclusão social formuladas pelos órgãos públicos são falhas. Muitas vezes, são implementadas medidas erradas que nem sempre trazem oportunidades. Hoje, as novas estruturas sociais e as novas identidades criam uma forte tensão entre o individual e o social – são estas as duas matrizes que servirão de base para a análise dos dados examinados nesta pesquisa, chamadas aqui de mercadológica e cidadã. Assim, buscar alternativas não significa simplesmente suscitar formulações especulativas, e sim procurar caminhos que possam ajudar a pensar em espaços verdadeiramente democráticos.

A inclusão social deve ter como objetivo substancial fazer com que a sociedade seja formada por cidadãos que, efetivamente, compartilhem os mesmos espaços, de forma a buscarem seus direitos a partir de necessidades coletivas. Ela deve atuar pluralmente para transformar esta sociedade, suas organizações, seu conjunto de regras e leis, visando à melhoria do sistema social e das ações.

A inclusão social é também uma questão de políticas públicas, que, por sua vez, necessitam de atualizações. A política social, segundo Demo (2000), só será social se for emancipatória. Ela não deve somente servir para a sobrevivência, e sim levar o indivíduo ao papel de sujeito autônomo, pertinaz e consciente. Muitos dos pensamentos e idéias sobre esta categoria estão em conflito ideológico com as novas situações. É primordial que se mude a perspectiva de assistência pela qual são observados os direitos, substituindo os paradigmas utilizados, como, por exemplo, a relação de mercado como um fim. A inclusão social deve ser um processo voltado para a construção de um novo tipo de sociedade, por meio de

---

<sup>4</sup> Serge Paugam (2001) considera como descrédito social a não-participação plena na vida social, considerando esse descrédito ligado ao estatuto de pessoa assistida.

transformações nos ambientes, nas mentes e em todos os campos do sistema social, como educação, saúde, trabalho, segurança, lazer, transporte, moradia etc. Assim, há de se poder falar também em educação inclusiva, ou seja, em uma educação que leve à construção de uma sociedade também inclusiva, uma sociedade para todos.

Já a exclusão social tem diversas análises, tais como as focadas no fator econômico, que têm a exclusão como sinônimo de pobreza, e aquelas que destacam socialmente a discriminação. Nesta dissertação pensar-se-á nela principalmente em dois aspectos: o primeiro envolve o pior tipo das exclusões, que é, segundo Demo (2000), aquela em que o indivíduo nem sequer consegue e é coibido de saber que é excluído, estando impedido de transformar-se em sujeito construtor de sua própria história; e o segundo, que, de acordo com Sawaia (2001), está mais presente na sociedade globalizada da atualidade, é o da exclusão social que tem como forma a injustiça social.

A exclusão social, mesmo após o desenvolvimento e a implementação de muitos projetos e políticas sociais tendo-a como foco, não vem se dissipando. Ao invés disso, está cada vez mais acirrada, uma vez que surgem a cada dia novas formas de exclusão, além das já existentes, tais como: miséria, fome, ignorância, desemprego etc. A partir do final do século passado, passou-se a notar a forma de exclusão dos que não têm acesso às TICs, tema ao qual será dedicado o próximo capítulo.

Desse modo, é importante definir o que é inclusão social para se compreender em que proporção a inclusão digital irá possibilitar, ou não, mudanças na conjuntura social e na economia atual. Concluir que ocorrerá melhora nas condições sociais seria no mínimo precipitado, pois não há muitos estudos e fundamentos teóricos comprobatórios sobre o tema. Daí a necessidade deste capítulo e suas conceituações para se buscar um melhor entendimento, no próximo capítulo, no que se refere à Inclusão/Exclusão Digital.

Para a análise do material coletado, tanto a inclusão social quanto a inclusão digital serão vistas sob o prisma de duas matrizes formuladas por Gohn (2004). A primeira está baseada no individualismo, na competição, na separação e na divisão de todo e qualquer bem. Tudo está ligado ao pessoal, ao individual, ou seja, não há uma preocupação ou um respeito pelo espaço do outro. A segunda matriz possui a perspectiva da conservação de espaços coletivos e de encontros de grupos sociais que permitam aos sujeitos se reconhecerem com vidas, propósitos, objetivos e problemas similares, havendo neste cenário o reconhecimento de uma cultura comum.

Tendo em vista que o acesso ao mundo digital envolve uma nova cultura, novos costumes, novos comportamentos e novas formas de relacionamento com os outros, vale conferir, a seguir, a conceituação de cultura, indispensável para o desenvolvimento do tema desta dissertação.

### 1.3 – CULTURA

A exclusão social não se reduz à falta do trabalho, aos direitos violados e à injusta redistribuição de renda. Ela vai além, pois tem estreita relação com a cultura de um povo, suas interações, diferenças e diversidades acerca do seu modo de vida e suas organizações.

A cultura também pode ter várias acepções, dependendo do contexto abordado. Segundo Williams (2000, p.11), pode ser considerada como um processo, sendo, nesse sentido, sinônimo de cultivo, seja de plantas ou animais, ou ainda referindo-se ao “cultivo ativo da mente humana”. Também pode ser considerada o “modo de vida global de determinado povo”, tendo como sentido “civilização”.

Ainda segundo Williams (2000, p.11), existe uma grande produção de significados convincentes para o termo “cultura” dentro e a partir da antropologia, tais como: “espírito formador, cultura vivida, certos tipos de ordem econômica e política”. No seu uso mais geral, dentro do já citado “cultivo da mente humana” há uma série de significados, como: “um estado mental desenvolvido”, reportando-se à questão do conhecimento; “pessoa de cultura”, indicando a questão de interesses e atividades culturais; ou ainda “os meios desses processos”, referindo-se ao trabalho intelectual do homem. Este último, conforme o autor, existe simultaneamente e desconfortavelmente com um sentido mais comum e também anteriormente citado, ou seja, com o “modo de vida global de um determinado povo ou de algum outro grupo social”.

Já Gohn (2005a, p.21) afirma que este termo é fundamental para explicar a sociedade e a política, “independentemente da matriz teórica”, acrescentando, contudo, que a palavra “cultura” pode ter vários significados, tendo sido interpretada de diversas maneiras na história e apresentando vários modelos explicativos para a realidade social.

Em consulta ao Dicionário Aurélio Eletrônico, podem-se conferir dezoito significados para o termo, entre os quais: “ato de cultivar o solo” e “atividade econômica dedicada à criação, desenvolvimento e procriação de plantas ou animais, ou à produção de certos derivados seus”. Ou seja, nesse sentido, cultura é aquilo que se deve estimular para que haja desenvolvimento. Outro significado indicado pelo referido Dicionário para o termo é: “complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e de outros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade”. Esta definição de cultura resume bem uma discussão tão ampla que abrange todas as características da sociedade em construção no que se refere a um caminho claro e ao mesmo tempo implícito no qual um indivíduo, como membro de um grupo, recebe e transmite por meio da linguagem, de signos, visões de mundo; e como nele deve se relacionar com outros indivíduos e com outros grupos sociais.

Guareschi (s/d), entretanto, assevera que a melhor definição para o termo é “tudo o que o homem faz”, argumentando que ele cria uma infinidade de “coisas” para se relacionar com o mundo, para sobreviver e para criar sua identidade social. Dessa forma, cultura é a língua, a vestimenta, a religião, as credences etc. Conforme este autor, “todo o povo se afirma como povo na medida em que consegue produzir sua fortificação”, ou seja, sua cultura. Segundo Gohn (2005a), no senso comum popular o termo refere-se ao estudo, à escolaridade, ao mundo das artes e dos artistas ou ainda aos meios de comunicação de massa. A autora assinala que “cultura” também é utilizada para designar o folclore e as crenças, assim como já foi utilizado para denominar períodos dos antepassados da civilização humana.

Williams (2000) inicia suas definições do termo indicando-o como um “processo”, no mesmo sentido abordado pela primeira explicitação do supracitado Dicionário. Refere-se, assim, ao cultivo de plantas ou animais e, ainda, ao cultivo da mente humana, o que o autor chama de “espírito” que informa “o modo de vida global de determinado povo” (WILLIAMS, 2000, p.11).

Segundo Gohn (2005a), a palavra vem do latim medieval “colere”, que significa “cultivo” e “cuidado com plantas e animais”, isto é, relaciona-se com tudo o que está ligado à terra e à agricultura. Ainda segundo a autora, o próprio Williams articula o termo “cultura” à civilização, também com a etimologia provinda do latim “cives” (cidadão) e “civitas” (cidade).

A antropologia está estreitamente ligada à categoria “cultura”, na medida em que seus estudos sempre a tiveram como questão fundamental em suas discussões. Segundo Gohn (2005a), atrelada a ela surgiram outros campos de estudos dados por diversas áreas do conhecimento, sendo que aqui tais campos serão chamados de subcategorias da cultura, podendo-se citar entre elas: cultura de massa, cultura da pobreza, cultura e sociedade, cultura e personalidade, cultura e civilização, entre outras. De acordo com a autora, Kroeber e Kluckhohn, em 1952, classificaram 164 definições diferentes de “cultura”: descritiva, normativa, psicológica, estrutural, histórica etc.

Por essa multiplicidade de sentidos, pode-se verificar que a cultura e sua definição sofreram variações por influência de diversos pensadores durante os tempos: desde o século XIX, os darwinistas sociais, o evolucionismo e suas influências na sociologia francesa de Durkheim e Mauss; o marxismo e a sociologia de Marx Weber; e o estruturalismo de Lévi-Strauss. O funcionalismo inglês e as vertentes culturalistas americanas também se inserem neste campo.

Ainda de acordo com Gohn (2005a), Rousseau destacou a contraposição entre cultura e civilização. As reflexões sobre o termo tiveram como ponto de partida as descontinuidades sociais e nacionais no contexto europeu. A ideia de “civilização” apontava para as realizações materiais do povo e referia-se também aos aspectos espirituais, à bondade natural da vida em comunidade, estando fortemente firmada na noção de tradição cultivada pelo povo. Já a civilização seria o término da barbárie e o início de um novo tempo. Na visão de alguns autores tradicionais, civilização seria o modo de vida das classes superiores, a tecnologia industrial e seus avanços.

Conforme Gohn (2005a, p.24), Hegel compreendia a cultura como “conjunto articulado dos modos de vida concebido como trabalho do Espírito Mundial”; já para Marx e Engels (1999, apud GOHN, 2005a, p.24) ela é interpretada como “relação material determinada por sujeitos sociais com as condições dadas ou produzidas por eles [...]”; e para Hobsbawm (2000, apud GOHN, 2005a, p.24) como “força social transformadora para liberdade humana”.

Existe, porém uma diferença entre a cultura erudita tradicional do século XIX e a cultura de massa contemporânea [...]. A cultura tradicional se difunde por meio de um modelo europeu que foi adotado por toda parte e tornou-se, assim, globalizada [...]. No campo



da cultura popular, por outro lado, estamos [...] diante do sincretismo. (HOBSBAWM, 2000, p.132)

Hobsbawm exemplifica a diferença entre a cultura erudita tradicional e a cultura de massa contemporânea por meio da música, mais especificamente indicando as diferenças entre a música erudita, que tem o mesmo repertório em qualquer parte do mundo e em qualquer tempo, e a música popular, esta caracterizada pela assimilação de elementos diversos, como a cultura dos negros americanos, do country, dos latino-americanos etc. Afirma também que o que circula no mundo é uma “combinação de todas as diferentes tradições”, ou seja, uma mistura de elementos advindos de todas as partes do planeta.

Segundo o autor, outra diferença marcante entre tais culturas está no fato de que todos podem ter acesso à cultura popular, enquanto nem todos podem acessar a cultura erudita. Outro ponto interessante apontado pelo autor é que este fenômeno não se aplica à literatura, por conta da diferença entre as línguas, sendo esta uma grande limitação para a globalização.

Hobsbawm (2000) também observa que não há nenhuma forma de cultura que esteja reagindo contra a globalização e sua homogeneização de culturas. Há apenas alguns casos restritos em que, juntamente com a assimilação de valores ocidentais, gerações mais velhas preservam práticas e tradições.

Outro aspecto citado por Gohn (2005a) é o da diversidade cultural, com o conseqüente reconhecimento dos indivíduos como diferentes. No entanto, para o estruturalismo de Lévi-Strauss, segundo Gohn (2005a), a diversidade humana não é importante, e sim a similaridade humana de pensamento e os modos de vida do homem, considerando-se que a identidade de grupo é fundamental na ação coletiva. A autora ainda passa por Saussure, que aborda a cultura como um conjunto de regras comuns ao grupo para a interpretação da realidade, sendo ela um produto social, e por Malinowski, que via a sociedade e as instituições com as mesmas funções que os órgãos e sistemas do corpo humano. O autor, segundo Gohn (2005a, p.28), “demarcou a necessidade de ser ver qualquer objeto, costume, ação ou símbolo em relação ao contexto da vida social do grupo”. Em Touraine, a autora apresenta as diferenças da cultura de um grupo para outro e sua identidade cultural construída neste processo, em que a cultura também se configura como “uma força enquanto prática plena de significados”.

Para se compreender o conceito de cultura e sua diversidade nas sociedades humanas, mesmo no atual período de modernidade, é necessário estudar as diferentes vertentes abordadas ao longo da história por inúmeros autores, vertentes estas que, como se pôde verificar neste capítulo, não são poucas. Contudo, para melhor entendimento do tema desta dissertação – que, vale lembrar, tem como propósito identificar se a inclusão digital pode ser uma possibilidade para a inclusão social –, optar-se-á pelo conceito de cultura no que se refere ao “modo de vida” e às categorias advindas da globalização. O grande crescimento das TICs e como estas influenciaram e influenciam as culturas nesta nova era são elementos importantes nesta pesquisa. Assim, no segundo capítulo, pretende-se continuar a abordagem sobre este tema tão importante, a cultura, desta vez examinando-se uma subcategoria desta, o *Transculturalismo digital*, esquadrihado no interior do referido capítulo por apresentar maior relação com o seu enfoque, o processo de inclusão/exclusão digital.

#### 1.4 – ONG<sup>5</sup> – UM BREVE CONTEXTO ACERCA DO TEMA

Assim como para se compreender a inclusão é necessário que se fale de exclusão, também há a necessidade de um estudo, ainda que breve, sobre o tema ONGs, pois, como se verá posteriormente, duas delas fazem parte desta dissertação. Dessa maneira, perceber-se-á que este assunto tem relação direta com o objeto de estudo deste trabalho – que, vale lembrar, busca identificar se a inclusão digital pode ser uma possibilidade para a inclusão social –, já que a inclusão digital é afirmada e desempenhada por muitas organizações que se intitulam “sem fins lucrativos”.

De acordo com a Enciclopédia Ilustrada da Folha<sup>6</sup>, ONGs são:

[...] organizações internacionais que consistem em representações não-governamentais de Estados, o que as distingue das organizações internacionais governamentais, como a ONU, que é uma representação de governos. As ONG reúnem grupos, associações, organizações e indivíduos de diferentes países, e são de cunho religioso, profissional, esportivo ou humanitário, englobando grupos de sindicatos, partidos políticos, instituições beneficentes e outras organizações voluntárias.

---

<sup>5</sup> Para saber mais sobre ONGs, vale ler o livro “O Protagonismo da sociedade civil: Movimentos sociais, ONGs e redes solidárias”, de Maria da Glória Gohn, publicado, pela editora Cortez, em 2005.

<sup>6</sup> Cf.: PUBLIFOLHA. Nova Enciclopédia Ilustrada da Folha. Disponível em: <<http://www1.uol.com.br/bibliot/enciclop/>>. Acesso em: Junho de 2008.

Já a ABONG<sup>7</sup> indica que a sigla ONG “corresponde a organização não-governamental”, definindo-a como sendo “aquilo que não é do governo”. Porém, afirma ainda que essa definição “é tão ampla que abrange qualquer organização de natureza não-estatal”. Ademais, a ABONG apresenta a definição de ONG apontada em estudo realizado pela Consultoria do Senado Federal, em 1999:

ONG seria um grupo social organizado, sem fins lucrativos, constituído formal e autonomamente, caracterizado por ações de solidariedade no campo das políticas públicas e pelo legítimo exercício de pressões políticas em proveito de populações excluídas das condições da cidadania.

Digitando-se a sigla ONG no site de pesquisa Google<sup>8</sup>, verifica-se que ela aparece em aproximadamente 42.100.000 (quarenta e dois milhões e cem mil) sites. Já o termo “o que é ONG”, digitado entre aspas, aparece em aproximadamente 12.600 (doze mil e seiscentos) sites e 4 (quatro) artigos acadêmicos. Se o mesmo termo for digitado sem as aspas, pode ser encontrado em cerca de 12.170.000 (doze milhões cento e setenta mil) sites e 1898 (mil e oitocentos e noventa e oito) textos acadêmicos.

Segundo Gohn (2005b, p.88), já existem diversos “trabalhos que resgatam o surgimento do fenômeno ONG no mundo moderno”. Entre tais trabalhos citados por Gohn, também vários sites expõem o assunto, entre eles o site da ABONG, que vale a pena ser consultado, pois trata da questão das origens das ONGs. Conforme a referida Associação, a expressão surgiu pela primeira vez, após a Segunda Guerra Mundial, na ONU - Organização das Nações Unidas, para “designar organizações supranacionais e internacionais que não foram estabelecidas por acordos governamentais”. A ABONG explica ainda a formação dessas organizações, que se dá mediante a união de pessoas com os mesmos objetivos e sem fins lucrativos. Ademais, relata que a legislação prevê apenas três tipos de constituições para ONGs: associações, fundações e organizações não religiosas. E que toda ONG é uma associação civil ou uma fundação privada, pelo fato de, juridicamente, não ter objetivos confessionais. Porém, nem toda associação ou fundação é uma ONG.

---

<sup>7</sup> ABONG. Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. *ONGs: pluralidades e identidades*. Disponível em: <[http://www2.abong.org.br/final/livre.php?cd\\_materia=18034](http://www2.abong.org.br/final/livre.php?cd_materia=18034)>. Acesso em: Junho de 2008.

<sup>8</sup> GOOGLE. Disponível em: <<http://www.google.com.br>>. Acesso em: Junho de 2008.

Ainda segundo a ABONG, a expressão surgiu no Brasil nas décadas de 70 e 80, “apoiando organizações populares, com objetivos de promoção da cidadania, defesa de direitos e luta pela democracia política e social”. Gohn (2005b, p.88) ratifica tal afirmação e a complementa ao asseverar que estes movimentos da população brasileira nestas décadas possibilitaram “a entrada de novos atores em cena e criaram novos sujeitos coletivos”, os quais, segundo a autora, fizeram parte da construção da democracia popular. Ainda de acordo com Gohn (2005b, p.89), estas ONGs eram “Cidadãs”, pois buscavam formas de resolução dos problemas e suprimento das necessidades das “demandas sociais”.

Diante disto, as ONGs também podem ser vistas e analisadas de acordo com as matrizes apresentadas nesta dissertação: a matriz cidadã e a matriz mercadológica. A primeira caracteriza as ONGs que buscam a melhoria das condições sociais e, de forma coletiva, incentivam as comunidades a conhecerem suas reais situações, lutando com elas pela diminuição das injustiças, das desigualdades e das exclusões sociais em todas as suas formas.

A ABONG, em seu site, apresenta a definição de ONG mencionada por Herbert de Souza, o Betinho, definição esta que reflete a matriz cidadã:

Uma ONG se define por sua vocação política, por sua positividade política: uma entidade sem fins de lucro cujo objetivo fundamental é desenvolver uma sociedade democrática, isto é, uma sociedade fundada nos valores da democracia – liberdade, igualdade, diversidade, participação e solidariedade. [...] As ONGs são comitês da cidadania e surgiram para ajudar a construir a sociedade democrática com que todos sonham.

Por sua vez, as ONGs que têm atuação de acordo com a matriz mercadológica são aquelas que trabalham com objetivos pontuais – como, por exemplo, a inserção do indivíduo no mundo do trabalho por meio de cursos com períodos determinados – e, em geral, não conduzem o cidadão à reflexão e à tomada de atitude frente às dificuldades cotidianas. Muitas vezes, estas ONGs recebem recursos para estes fins e funcionam como uma empresa, como é o caso das OSCIPs - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Elas contratam profissionais e seus diretores podem ser remunerados, mas geralmente trabalham de maneira assistencialista. Quando trabalham também de acordo com a matriz cidadã, podem se transformar em importantes alternativas da iniciativa privada para a intervenção organizada na sociedade, à medida que, de fato, promovam ações sociais, culturais e educativas. Vale observar ainda que a elas são oferecidos, de forma compensatória, alguns benefícios fiscais.

Conforme Gohn (2005b, p.89), “nos anos 90 o cenário [das ONGs] se amplia e diversifica-se”, como resultado da propagação do termo “responsabilidade social”. A partir de então, entraram em cena as empresas e fundações constituídas por meio de iniciativas privadas da sociedade civil, fazendo surgir as entidades “autodenominadas como terceiro setor”. Nesta década, segundo Soares (2006, p.59), “os processos de redemocratização ocuparam as ações das ONGs na América Latina e no Brasil”. A modificação do cenário vigente, ainda segundo Soares (2006), cedeu espaço às iniciativas destas empresas, intituladas pela autora também como “cidadãs”, abrindo-se, “assim, espaços públicos não estatais, as ONGs, num novo tipo de participação política e formação de associativismo” (SOARES, 2006, p.59).

De acordo com Gohn (2005b, p.89), as ONGs entraram em crise e se fragmentaram, e as ONGs cidadãs passaram a ter uma perspectiva de intervenção direta no meio popular, o que conferiu a elas “um novo protagonismo” (GOHN, 2005b, p.90), produzindo conhecimentos e democratizando informações. Também se especializaram em temas específicos, como criança e adolescente, ou políticas públicas, por exemplo.

Segundo Gohn (2005b, p.90), o enfraquecimento político das ONGs cidadãs se deu à proporção que cresceu e se fortaleceu o Terceiro Setor, que se caracteriza como:

[...] pouco ou nada politizado, com compromissos genéricos sobre o combate à exclusão social, com discurso diluidor dos conflitos sociais, preocupado apenas com a inclusão social em termos de integração social ao status quo vigente, sem questionar as bases do modelo de desenvolvimento vigente. (GOHN, 2005b, p.91)

Tais características retratam uma ONG sob a perspectiva da matriz mercadológica, a qual, segundo Gohn (2005b, p.91), também busca a “qualificação dos atores sociais, clientelas das políticas em parceria”. Também de acordo com a autora, esta ação faz parte de uma nova conjuntura econômica e das imposições das agências internacionais de apoio. O problema é que este tipo de qualificação nem sempre inclui os realmente necessitados e, quando o faz, em sua maioria, não integra os indivíduos ao mundo do trabalho.

Segundo Gohn (2005b, p.94), a grande dificuldade em se definir a natureza das ONGs está no imenso número de entidades que atuam sob a mesma nomenclatura, porém com histórias, estruturas e desejos muito distintos. E esta mesma nomenclatura ainda divide-se em várias outras, como demonstra a ABONG em seu site:

[...] instituto; ONG - organização não-governamental; organização da sociedade civil; organização sem fins lucrativos; entidade filantrópica; entidade assistencialista; mas é importante esclarecer que essas designações não correspondem a formas jurídicas.

Porém, todas se definem como não estatais e sem fins lucrativos, e, como diz Gohn (2005b, p.95), neste universo “cabem gatos e sapatos”.

Ao se abordar este tema, não se pode deixar de falar no Terceiro Setor, com o qual, segundo Gohn (2005b, p.95), muitas ONGs, principalmente as “cidadãs”, não gostam de ser confundidas, apesar de desempenharem atividades também exercidas pelas entidades do Terceiro Setor. Nesse sentido, vale conferir a explicação da ABONG sobre este termo:

A expressão “terceiro setor”, também constantemente utilizada para referir-se às organizações da sociedade civil sem fins lucrativos de uma forma geral, abriga, além das ONGs, outros segmentos com identidades diversas, como entidades filantrópicas e institutos empresariais.

Para Gohn (2005b, p.95), e também para esta dissertação, que trabalha com as duas matrizes já citadas, a cidadã e a mercadológica, vale a pena “diferenciar neste momento o universo das práticas do Terceiro Setor, organizado segundo diferentes lógicas que vão da ótica do mercado a entidades com projetos emancipatórios”.

Apesar do grande número de sites em que aparece a sigla ONG, ainda há poucos estudos que realmente indicam o que são as Organizações Não-Governamentais, “para se ter conhecimento de sua realidade, sobre sua natureza, comportamento e papel na sociedade; assim como um controle social sobre as mesmas” (GOHN, 2005b, p.100). Portanto, há a necessidade de se saber mais sobre elas, descobrindo-se, além de o que são, onde estão e como desempenham seus papéis na questão da inclusão social e na diminuição das injustiças sociais, de forma a não permanecerem num panorama generalizado que não explicita sua real multiplicidade e complexidade.

Algo mais é necessário, para que se contraponha ao modelo que está implantado no país; exige-se que as ações das ONGs tenham vínculos com a sociedade civil organizada, com movimentos sociais e populares, com as associações de moradores, com todos os grupos organizados que construíram a dura e difícil transição do regime militar à democracia, com todos aqueles que lutaram por direitos sociais no país. (GOHN, 2005b, p.106)

## CAPÍTULO II – O PROCESSO DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO DIGITAL

Percebe apenas que os tempos mudam, mas não percebe a significação dramática da passagem, se bem que a sofra. (FREIRE, 2005, p.53)

Da mesma forma que para se compreender a categoria inclusão é necessário que se fale de exclusão, para se alcançar o significado da inclusão digital torna-se indispensável entender o seu contrário, ou seja, a expressão “exclusão digital”. Esta categoria de exclusão também tem diferentes significados para diferentes épocas, sociedades e formas de relações sociais. Contudo, seu sentido mais específico e comum se refere ao não-acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, com ênfase na Internet.

Apesar de não haver uma vasta teoria da inclusão digital, pensar nela como tal é empreender uma pesquisa eminentemente prática em espaços de democratização. Nesse sentido, pretende-se, neste capítulo, refletir sobre ela de forma crítica, abordando-se sua história, sua trajetória e sua identidade.

### 2.1 – INCLUSÃO DIGITAL

Um dos aspectos da inclusão digital é a visão de que ao indivíduo devem-se proporcionar o acesso e a qualificação para o uso das ferramentas tecnológicas, criando a expectativa de que com isto o sujeito esteja apto para a competição no mercado de trabalho. Governos, ONGs e empresas privadas financiam projetos com este objetivo, mas apenas alguns sujeitos que passam pelos cursos e têm contato com estas ferramentas de fato ingressam no mercado por seu intermédio. A maior parte da população pobre não tem acesso nem sequer às informações sobre onde encontrar cursos, ou não é alfabetizada para ler os códigos da computadorização. Entretanto, os representantes políticos proclamam que todos devem ter condições de acessar as informações que estas ferramentas possibilitam.

Há diversas maneiras de focar a exclusão digital, seja pelo não-acesso às ferramentas ou às informações, seja pelo acesso à qualificação nas mídias digitais para inserção na competição do mercado de trabalho. Destarte, pode-se dizer que incluir digitalmente é viabilizar o acesso às práticas produtivas e, principalmente, às novas relações sociais. Contudo, para uma inclusão plena e cidadã na sociedade e com seus direitos

assegurados, não é o bastante alfabetizar tecnologicamente o indivíduo ou proporcionar formas de aquisição de computadores, pois somente algumas parcelas da população têm poder aquisitivo para tal.

Para Paulo Freire (2005), só o homem é capaz de modificar seu estado atual, desde que tenha uma visão crítica do que sofre. Logo, se faz necessária a compreensão de sua realidade e a determinação de objetivos concretos para seu percurso, não só em relação ao âmbito profissional, mas sobretudo no que se refere à própria vida. Assim, conforme afirma Paulo Freire (2005, p.48), “[...] nas relações que o homem estabelece com o mundo há, por isso mesmo, uma pluralidade na própria singularidade”.

Segundo Pierre Lévy (1999), estas relações do homem com o mundo só serão possíveis se houver o propósito de se colocar o espaço digital para o pleno desenvolvimento de regiões em que se encontrem os desfavorecidos socialmente, valorizando-os por meio de projetos, trocas de experiências e conhecimentos. Para tanto, é preciso que haja participação e ajuda de todos os segmentos da sociedade, além de uma atuação mais incisiva dos poderes públicos, com políticas afins, articulando-as às comunidades e empresas.

[...] na perspectiva da cibercultura assim como nas abordagens mais clássicas, as políticas voluntaristas de luta contra as desigualdades e a exclusão devem visar o ganho em autonomia das pessoas ou grupos envolvidos. (LÉVY, 1999, p.185)

Incluir digitalmente visa, primeiramente, ao acesso dos sujeitos de todas as classes e camadas sociais a variados tipos de informação. É necessário que todos tenham oportunidades de acesso para tornarem-se cidadãos plenos, autônomos e construtores de sua história e do grupo ao qual pertença. É primordial que cada ator utilize o poder das informações para a transformação da realidade do mundo em que vive, incluindo a escola, o bairro, a cidade, o estado, o país etc.

Para que haja uma inclusão digital de fato, não basta somente “inicializar” o sujeito no uso do computador com cursos e/ou acessos à rede em períodos determinados. Deve-se, primordialmente, democratizar a utilização das TICs, de maneira a oportunizar o acesso contínuo à rede de computadores. Isto poderá possibilitar a diminuição das diferenças sociais e, conseqüentemente, das injustiças delas advindas. A não-inserção ou até mesmo a inserção desigual do indivíduo no mundo digital, no uso das TICs, reforça ainda mais a segregação na



sociedade, uma vez que não é possibilitado a todos, principalmente aos pobres, o aprimoramento de habilidades tecnológicas que possam ser aplicadas para o desenvolvimento individual, local e social.

Isto reforça a idéia de como a exclusão digital pode agravar a exclusão social. Assim, pode-se entender que o movimento inverso também seja possível, ou seja, a inclusão digital pode reforçar a inclusão social. A inclusão digital pode ser também estruturada sob duas matrizes, tal como já foi mencionado no capítulo anterior, sobre inclusão social. Desse modo, é possível afirmar que a inclusão digital poderia vir a ser uma forma de inclusão social. Poderia também ser um meio para se atingirem outros fins, como a inserção dos sujeitos em setores essenciais para a vida.

Nesta dissertação indicar-se-ão diversas formas de inclusão digital, porém, para efeito de análise, serão consideradas duas delas: a forma mercadológica e a forma cidadã, sendo que a segunda será a base para as considerações finais. Estas formas constituem as duas matrizes básicas de sistematização dos dados e análises deste estudo.

### **2.1.1 – Matrizes para a análise do fenômeno de Inclusão Digital**

A primeira matriz, a “mercadológica”, tem como indicadores principais o mercado e o discurso sobre a mercadologia. Ela tem como “bandeira” o fato de se apresentar como uma ferramenta para a empregabilidade, especialmente para os setores mais pobres da população. Ela é vista sob a perspectiva de um ativo de valores que agrega possibilidades de ingresso no mercado de trabalho. A relação de mercado passa ser a mais importante finalidade do processo de inclusão do indivíduo na sociedade em que está inserido. Destarte, a inclusão digital passa a ser propriamente um fim, e não um meio, para a construção de uma sociedade mais justa.

É sabido que no atual sistema capitalista não há emprego para todos, especialmente nos países de terceiro mundo. Dessa forma, esta matriz vê o indivíduo como um dos elementos a ser equacionado nesta sociedade excluída. Como o foco é o mercado, ele – o indivíduo – é visto também como uma mercadoria, pois sua inserção e competição aquecem o sistema mercadológico. Nesta concepção, a intenção precípua não é garantir o direito à vida digna, e sim o lucro. A sensação é de que nada instiga o ser dominado, que age como um

“autômato”, a refletir para reverter esta realidade. A situação-limite que poderia desafiá-lo foi superada pelo individualismo em relação ao outro.

Segundo esta matriz, as ONGs que atuam sob seu enfoque têm um trabalho de caráter meramente assistencial, o que pode levar o indivíduo à submissão. Este sujeito não busca uma transformação local ou social. Neste prisma, o trabalho destas organizações reforça a criação de critérios seletivos, pressupondo que, muitas vezes, só alguns terão parte de seus legítimos direitos atendida. Elas não levam os sujeitos à clareza de sua real condição, já que não promovem o processo de formação ou o desenvolvimento de uma consciência, não motivando os indivíduos a buscarem mudanças efetivas em sua realidade. Tais pessoas são colocadas na situação de espera, supondo que com apenas um curso serão inseridas no mundo do trabalho e, por conseguinte, terão suas vidas melhoradas. Ou seja, na perspectiva individual, a melhora de suas vidas depende dos cursos. Assim, segundo Demo (2000), não se percebem incapazes de gestar suas próprias oportunidades. Não se localizam no mundo, com seus desafios, limites e reais possibilidades.

Nesta visão, as TICs intensificam as atuais formas de exclusão que tornam o homem submisso e “pensado” pelos outros. Não há a consciência de que é necessário transformar para melhorar a realidade do grupo ao qual pertence, para que cada um dos seus agentes também possa viver de forma, no mínimo, digna.

Vale destacar desde logo que as TICs não são neutras, já que é o contexto de seu uso que define seu caráter. A partir de determinadas perspectivas, elas podem ser definidas como “boas” ou como “más”. Dependendo das intenções, ou mesmo da questão cultural, elas podem aumentar e reforçar uma cultura de massa alienante, na qual os excluídos são marionetes nas mãos dos dominantes, ou, ao contrário, podem promover consideravelmente o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem em busca do conhecimento, por meio das informações acumuladas pelos seres humanos. Neste último sentido, elas possibilitam aos indivíduos se perceberem e se tornarem capazes de orientar suas vidas e transformar sua realidade local. Esta última forma configura o pensamento da segunda matriz, chamada de “cidadã”.

Na matriz cidadã a inclusão digital tem como princípio a participação e utilização das TICs para a construção de uma sociedade menos desigual, num ato coletivo. Nela o sujeito busca formas de utilização das TICs para a resolução dos problemas sociais, especialmente os locais. No entanto, para que isto ocorra é necessário que o cidadão tenha acesso a um computador e à Internet, além de saber como utilizá-los. Certamente, para que a inclusão

cidadã se viabilize é essencial, a princípio, disponibilizar computadores e linhas telefônicas e capacitar todos os cidadãos sem condições sociais e econômicas, o que não seria tão fácil, conforme comprovam as políticas públicas vigentes, que, muitas vezes, não têm como prioridades garantir o acesso à informação e construir conhecimento.

Contudo, a inclusão digital vai muito além neste pensamento. Ela proporciona meios para que o sujeito possa manter-se e para que seja capaz de perceber-se como participante de um grupo cujos membros têm o direito de viver bem. Este grupo, usualmente, tem base no local de moradia ou trabalho. Entretanto, este “localismo” também deve ser global, ou seja, deve-se partir do trabalho em determinado bairro ou território de ação, porém também buscar um mundo onde se possa viver com dignidade, com os mesmos direitos e com uma distribuição justa de riquezas. Por isso, a ação local não se encerra nela mesma, ela apenas inicia-se num ponto demarcado. Sua meta é mais ampla.

Assim, a inclusão digital pode ser uma das formas de inclusão social, desde que esteja inserida num cenário mais amplo e proporcione ao homem condições de autonomia e emancipação. Ela deve ser educativa, e não simplesmente assistencial; deve, ainda, ser o meio, e não o fim, tendo por finalidade construir uma sociedade justa e igualitária.

Segundo Demo (2000), a inclusão deve ser educativa, mas todo processo emancipatório necessita de apoio externo, ou seja, necessita de ajuda. Os atores, os órgãos e as entidades que têm como objetivo a inclusão digital atuando segundo a matriz cidadã não visam, portanto, somente à capacitação para o mundo do trabalho; eles atuam para educar para a cidadania. Nesta perspectiva, a inclusão digital tem como desígnio a inserção do sujeito na sociedade da informação, solidificando o desenvolvimento local. Visa, além disso, a promover a cidadania, ampliando-a como meio de luta contra as injustiças sociais. Deve ser ferramenta de combate à pobreza, à fome e à miséria, que, na perspectiva material<sup>9</sup>, são as piores formas de exclusão social. Significa melhorar o quadro social e as condições de vida de uma comunidade por meio do auxílio da tecnologia.

Nesta matriz abre-se a possibilidade de inserir os indivíduos pertencentes a um grupo em uma nova cultura digital, a qual pode proporcionar a construção coletiva de conhecimentos e o acesso aos acervos acumulados pela humanidade, que são necessários aos sujeitos de uma sociedade cidadã. Tais conhecimentos são capazes de aproximar diferentes

---

<sup>9</sup> O termo “perspectiva material”, utilizado aqui com base em Pedro Demo (2000), está sendo empregado para se fazer referência à carência material como indicador de uma forma exclusão, assim como a perspectiva política representa a carência de conscientização da realidade por meio da educação, também como indicador e outra forma de exclusão social.

culturas, que, com suas particularidades e histórias, mesclam-se e geram um transculturalismo digital.

## 2.2 – TRANSCULTURALISMO DIGITAL

Não há como tratar do transculturalismo digital sem primeiramente discorrer sobre o transculturalismo e, principalmente, o multiculturalismo. Contudo, a definição de cultura de massas antecede a discussão acerca destes termos.

Para Gohn (2005a), as teorias sobre a sociedade de massa correspondem a um dos primeiros momentos dos estudos sobre os meios de comunicação e a propaganda. A cultura de massa, decorrente da sociedade industrial, relaciona-se à mídia – jornal, rádio, televisão, publicidade, cinema etc. Inserida na sociedade de consumo, limita-se aos produtos da indústria cultural<sup>10</sup>, que, em geral, não respeita o ponto de vista de seus consumidores, nem os observa como ativos e capazes de tomar decisões referentes a tais produtos. Esta concepção tende, assim, “à reificação dos processos culturais embutidos na estática dos ‘produtos culturais’ que seriam consumidos homoganeamente pelas massas” (MACHADO, 2002).

Segundo Gohn (2005a), por conta da nova sociedade informacional e dos grandes avanços tecnológicos, a cultura, nos anos 80 e 90, ganhou lugar central nas abordagens sociais, em detrimento das análises econômicas e político-ideológicas. Dentro deste panorama, no plano dos povos e das nações, a palavra de ordem passava a ser o multiculturalismo. (GOHN, 2005a)

Nos séculos XVI, XVII e XVIII os europeus já sabiam da importância da cultura para cada grupo. Com as consecutivas conquistas dos países do Terceiro Mundo pelos europeus, a cultura europeia foi se impondo em todas as partes do planeta como cultura dominante para os povos conquistados, dirimindo as culturas locais. Começava, assim, a globalização, por meio da circulação de pessoas, de mercadorias e de mensagens, atravessando oceanos e exigindo o desenvolvimento contínuo dos meios tecnológicos de comunicação.

---

<sup>10</sup> Faz parte da indústria cultural tudo o que é produzido pelo sistema industrializado de produção cultural (TV, rádio, jornal, revistas etc) e elaborado de forma a influenciar, aumentar o consumo, transformar hábitos, educar, informar, pretendendo-se, ainda, em alguns casos, ser capaz de atingir a sociedade como um todo. (INDÚSTRIA CULTURAL, s/d)

O século XIX, por sua vez, foi marcado pelos aprimoramentos nesse campo com a aproximação das culturas e pela continuidade do processo de imposição da chamada cultura dominante, muitas vezes dizimando as culturas locais. Por conta do avanço das tecnologias de informação e comunicação, foram criadas as *sociedades informacionais* (GOHN, 2005a), que modificam as relações diretas dos grupos com o mundo, tornando-as intervindas por tecnologias e meios de informação e comunicação.

Um dos aspectos mais marcantes dessa nova modalidade de cultura é a possibilidade de relação dos seres humanos com os inúmeros ambientes de informação que os cercam, tais como videogames, terminais bancários, computador, tv, rádio e outros, que conseguem prender a atenção de seus usuários. Tais ambientes favorecem a interatividade entre o usuário e a tecnologia ou mídia informacional, sendo que este tipo de interação pode propiciar tomada de decisão ou escolha, bastando ao indivíduo saber interagir com o aparelho em questão e perceber, ou não, as intenções presentes.

O processo de globalização, por meio das TICs, vem interligando o mundo e construindo um multiculturalismo; ou seja, vem aproximando as culturas, fazendo com que uma influencie a outra e intensificando as relações sociais. Surge, assim, uma cultura do espaço global, a partir de cada espaço local. Se todas elas tivessem a mesma força social e política, não haveria tantos conflitos, causados pela desigualdade existente entre elas, do ponto de vista da origem socioeconômica de seus produtos.

Destarte, torna-se fundamental compreender a presença da televisão, do rádio, do jornal, da Internet, do computador e principalmente das TICs como espaços que modificam a cultura e por ela são modificados. Este fenômeno, nesta dissertação, será categorizado como transculturalismo: a ação que transcende ao multiculturalismo, pois abrange não apenas as interações entre as culturas humanas, mas também aquelas entre o homem e a máquina.

O transculturalismo digital constitui uma nova forma de prática social, na qual a tecnologia deixou de ser apenas um recurso para facilitar a vida do homem para ser um instrumento que assume um papel nunca antes desempenhado pelas antigas tecnologias. Torna-se uma ferramenta de poder, e não apenas um recurso tecnológico.

Com efeito, cabe à educação formar cidadãos capazes de transformar a sociedade e fazer de uma força de aprendizagem emancipatória sua cultura imanente, seja na forma global do multiculturalismo ou no transculturalismo, interconectado ou não. Ela cooperará com o processo de inclusão à medida que possibilitar o acesso e a disponibilidade de informações,

tendo em vista as mudanças das práticas culturais e das político-econômicas ligadas às diferentes formas de o homem experimentar o tempo e o espaço.

### 2.3 – O ACESSO

O acesso à informação pode significar um fator de emancipação do homem, considerando-se que os saberes acumulados pela humanidade podem ser aplicados em ações que beneficiem a sociedade como um todo e de forma igualitária.

Talvez o maior acesso à telemática<sup>11</sup> possa fazer com que as pessoas alcancem saberes de forma mais rápida e ampla do que na pesquisa em bibliotecas – principalmente no Brasil, onde muitos não têm o hábito ou a condição econômica para a leitura –, museus e até escolas. Porém, é quimérico pensar que todo conhecimento<sup>12</sup> humano possa ser organizado de forma segura no âmbito digital; ademais, sabe-se que a grande maioria da população não “está conectada” à rede mundial, conforme se comprovou em pesquisa que será apresentada mais adiante.

Segundo Lorieri (2005), a escola é uma instituição que se propõe a trabalhar com um bem, o conhecimento, além de outros. Sendo assim, deveria prover seu acesso a todos que por ela transitassem e em todos os tempos. Porém, a falta de consolidação desta cultura abriu espaço para o surgimento das ONGs, que fizeram do conhecimento seu instrumento de trabalho, tanto fora quanto dentro das instituições educacionais, inclusive se beneficiando do surgimento do ciberespaço, que veio com a promessa de cobrir a fenda deixada pela educação formal acerca do acesso à informação, para que, desta forma, o ser humano possa ser levado à reflexão crítica de sua realidade. A intenção não é, mediante a difusão de conhecimento, obter respostas definitivas, mas questionar sempre as condições dos indivíduos, de maneira que, “com o pensamento mais amadurecido” (LORIERI, 2005), não aceitem de forma passiva o que lhes impõe esta cultura globalizada, passando a (re)pensar suas posições humanas, sociais e políticas.

---

<sup>11</sup> Telemática: 1 - conjunto de serviços informáticos fornecidos através de uma rede de telecomunicações; 2 - ciência que trata da transmissão, a longa distância, de informação computadorizada. Neste ponto, está sendo feita referência ao primeiro significado do termo.

<sup>12</sup> “Conhecimento é um dos **bens simbólicos** que os seres humanos produzem e utilizam.” (LORIERI, 2005)

A questão do acesso está estritamente ligada à inclusão, visto que para se estar incluído em determinados setores é necessário que se tenha acesso a eles. Estar incluído digitalmente significa ter acesso ao ciberespaço, à tecnologia e à educação. Porém, é imprescindível que o sujeito disponha de renda para manter-se neste processo virtual. Não adianta ter acesso às TICs se antes não houver o acesso à uma educação que garanta, no mínimo, as competências de: leitura e seu entendimento; escrita e suas manifestações de idéias; representações matemáticas do mundo; e pensamento lógico. Não há condições materiais de se ter acesso ao mundo virtual se não houver renda para a sobrevivência no mundo real.

O acesso não é simplesmente vender um computador por meio de um programa social específico ou disponibilizá-lo em centros comunitários – o que não significa que tais ações não sejam necessárias. O acesso é um processo que também ensina a utilizar a tecnologia em uso próprio e do coletivo, pois ninguém se liberta ou se torna independente sem relacionar-se com o outro. Porém, emancipar-se é saber aprender a caminhar sozinho e “dispensar ajuda” (DEMO, 2000, p.26). É saber, antes de tudo, como pertencer a espaços desejados e necessários, sejam eles físicos ou virtuais. Nesse sentido, o espaço virtual ocupado de forma compartilhada pode ser uma possibilidade de melhoria do espaço físico no coletivo.

Na questão da limitação ou do acesso da população mais carente às TICs – mais especificamente às informações que elas provêm ou, ainda, à construção do conhecimento a partir delas –, pode-se perceber um ambiente cada vez mais desigual à medida que se examina o movimento do processo de exclusão digital. Neste aponta-se a exclusão da grande maioria da população acerca das informações e conhecimentos acumulados pela humanidade. Ademais, há uma sensação de que sempre se está correndo atrás do novo – característica do mundo pós-industrial –, pois, sempre que uma ferramenta é disponibilizada, ela não tem mais as mesmas condições de uso das mais modernas adquiridas pela classe dominante. Daí a importância de que estas ferramentas, por mais obsoletas que sejam, ajudem na transformação da realidade, pois esta quase sempre limita aos cidadãos o acesso às tecnologias. Todavia, primeiramente, há de se atentar para a falta de renda, a miséria, o analfabetismo e a precariedade da educação.

## 2.4 – O MOVIMENTO DO PROCESSO DE INCLUSÃO DIGITAL<sup>13</sup>

Segundo Gohn (2004), há um novo tipo de ser humano que vem sendo caracterizado pela mídia como tendo pré-disposição racionalista e utilitarista para o trabalho coletivo, porém com fins determinados, adaptando-se constantemente às mudanças tecnológicas. Este representa bem o homem ligado à primeira matriz mercadológica. Entretanto, assim como no estudo da referida autora, nesta dissertação prefere-se acreditar...

[...] na necessidade das utopias e esperando que as lições que os movimentos sociais democráticos e progressistas têm dado ao mundo venham a contribuir para a redefinição destas utopias, a reinstaurar a esperança e a crença de que vale a pena lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. (GOHN, 2004, p.342)

O movimento do processo de inclusão digital caminha paralelamente à história e ao aprimoramento da tecnologia, mais especificamente no que se refere à história dos computadores. Destarte, torna-se pertinente voltar mais na história, abordando-se os períodos em que poucos tinham acesso à informação, em tempos que nem se pensava em uma sociedade da informação ou do conhecimento.

No século V a.C., quando escribas redigiam cartas noticiosas, iniciou-se a era da informação, porém poucos podiam acessá-la. No século XV d.C., Gutemberg criou os tipos móveis para composição de textos, que até então eram escritos à mão e só havia tantas cópias quanto pudessem um ou mais escrever. No século seguinte foi lançado o periódico “*Flogli Dávvisi*”, em Veneza, na Itália, e em 1702, na Inglaterra, o primeiro jornal diário do mundo. Em 1768 tentava-se fazer com que o homem passasse a ter acesso ao saber, o que motivou o lançamento da “*Encyclopaedia Brittanica*”, que armazenava conhecimentos empíricos em forma de texto teórico. No entanto, passados séculos, não aumentou significativamente o número de pessoas que passaram a ter acesso à informação.

---

<sup>13</sup> Para a construção deste texto foram consultados os seguintes sites:

- <http://www.jlcarneiro.com/2006/09/breve-historia-do-computador> (Breve história do computador);  
- [http://www.inforquali.pt/pt/tutorials/informatives/computer\\_history.php](http://www.inforquali.pt/pt/tutorials/informatives/computer_history.php) (História e evolução dos Computadores);  
- <http://www.geocities.com/mmeios/hist/index.html> (História dos computadores); e  
- <http://www.cin.ufpe.br/~pab/arquivos/negocios/Linha%20do%20Tempo.doc> (Linha do tempo).



Em 1844 foi transmitida, por Samuel Morse, a primeira mensagem via telégrafo, e em 1848 Babbage inventou a máquina que podia calcular. Não obstante, nesta época também só uma minoria tinha a possibilidade de utilizar estes aparelhos. O mesmo se pode dizer a respeito: da máquina de escrever, lançada no século XVII; do telefone, criado por Graham Bell em 1876; das primeiras fotografias emitidas via telégrafo, em 1906; do primeiro protótipo de televisão, criado em 1911; das primeiras transmissões televisivas, em 1925, logo após a criação do rádio, em 1922. Todavia, não é necessário pensar em tempos tão distantes para se refletir sobre a inacessibilidade das tecnologias. Há poucas décadas a grande maioria da população não tinha acesso a uma máquina de escrever ou a uma televisão, e menos ainda a um telefone. Hoje, apesar do grande número de pessoas que desfrutam estes aparelhos, ainda há uma parcela considerável que não os possui ou que, mesmo podendo adquiri-los, não consegue mantê-los.

Foi a partir de 1944 que começou a surgir a sociedade da informação, concomitantemente ao aparecimento dos primeiros computadores: o Mark I, criado no referido ano, que demorava seis segundos para fazer uma multiplicação; o Eniac, criado em 1946, que foi o primeiro computador com vários empregos e usos, desenvolvido pelo exército para executar cálculos de bombardeios em guerra; e, em 1946, o Edvac, uma variação do anterior, que mudou o sistema de armazenamento de dados para o binário (0 ou 1), criando os *bits* de informação. Nessa época, no entanto, a utilização deste tipo de tecnologia era ainda mais restrita.

Em 1947, com a criação do transistor, os computadores diminuíram de tamanho, baratearam e passaram a consumir menos energia. Em 1951 surgiu o UNIVAC, primeiro computador a ser produzido em escala comercial, e em 1953 os computadores começaram a escrever. Mesmo assim, apenas algumas pessoas no mundo tinham acesso a eles. Ainda menos acessível era a ARPANET<sup>14</sup>, o embrião da Internet concebido em 1959. Neste mesmo ano começou a ser produzido o circuito integrado (também conhecido por chip), que pôs fim ao uso da válvula, aumentando a velocidade das máquinas, que, no entanto, nem assim passaram a ser utilizadas por um número maior de pessoas. Em 1965 foi lançado o PDP-5, o primeiro computador a caber em cima de uma mesa, façanha que lhe rendeu o apelido de minicomputador. Mais “barato” em relação aos computadores comercializados até o momento, o PDP-5 virou um sucesso comercial, com 300 mil unidades vendidas. Ou seja,

---

<sup>14</sup> Em 1959, o Departamento de Defesa dos EUA desenvolveu a ARPANET (*Advanced Research Projects Agency*).

nessa época cerca de 300 mil pessoas foram incluídas na sociedade da informação, porém todas fazendo parte de uma classe com maior poder aquisitivo.

Em 1968 o americano Douglas Engelbart lançou um aparelhinho que é conhecido hoje como *mouse*, e a Intel criou, neste mesmo ano, a memória RAM e, em 1971, o Microprocessador<sup>15</sup>. Já em 1973 foi realizada a primeira chamada de celular e surgiram as primeiras máquinas de fax. Torna-se difícil imaginar quantos milhões de excluídos surgiram destas criações.

Em 1975 foi fundada a empresa que mais tarde seria a mais poderosa do mundo e a que geraria o maior número de excluídos digitalmente de todos os tempos, a Microsoft, quando dois estudantes americanos, Bill Gates e Paul Allen, adaptaram a linguagem de computação existente, criando o primeiro programa (ou *software*) da empresa, que tinha o nome de Micro-soft.

Entre os anos de 1976 e 1977, a Apple lançou um computador para custar menos e ser fácil de usar nas escolas e nas casas. Foi o primeiro microcomputador feito como os que conhecemos hoje, com teclado e ligado a um monitor ou TV. Em 1981 a IBM liderava o mercado de microcomputadores, vendendo-os ao preço de 2.820 dólares. Em quatro meses a empresa comercializou 35 mil equipamentos, possibilitando, assim, que mais 35 mil indivíduos deixassem de fazer parte desta forma de exclusão.

Três anos depois, em 1984, a Apple lançou o primeiro computador com *mouse* e interface gráfica voltado para o uso pessoal, que começou a fazer parte da vida de uma pequena parcela da população. Até então a informática era um assunto que só dizia respeito a alguns chamados “iniciados”. Dessa forma, pensou-se que para expandir a sua utilização bastava ensinar as pessoas a digitarem ou a operarem os computadores. A partir desse momento, começaram a surgir muitas escolas de digitação e para programadores de computador. Havia inclusive cursos técnicos vinculados ao Ensino Médio, na época chamado Colegial, para formar programadores. No entanto, a linguagem era difícil e poucos se arriscavam a aprendê-la, e muitos daqueles que o faziam acabavam desistindo no meio do caminho.

---

<sup>15</sup> Com a diminuição dos circuitos integrados, a indústria conseguiu condensar milhares deles numa única peça, lançando o primeiro microprocessador, o Intel 4004.

Em 1985 a Microsoft lançou o Windows, que trouxe para o PC<sup>16</sup> as vantagens da interface gráfica “popularizada” pela Apple; em 1992 o programa já era bem parecido com o que conhecemos atualmente. Hoje, 90% dos computadores funcionam com uma versão desse *software*. Também em 1992 foi criado o *www (World Wide Web)*, a partir do *Hiper Text Markup Language (HTML)*, uma linguagem que permite organizar a informação na Internet por meio de hipertextos e hiperlinks. Nesse momento, a rede começava a deixar de ser decifrável só para alguns. Porém, aqueles que entendiam de Informática e Internet ainda eram minoria. Esta pequena parcela da população começava a ter uma vantagem no mercado de trabalho, sendo considerada mão-de-obra qualificada, uma vez que esta habilidade já era solicitada nos mais variados segmentos da empregabilidade.

Por conseguinte, a inclusão digital passava a ter como prioridade capacitar para o mundo do trabalho. Ou seja, ensinar habilidades ligadas à informática com a promessa de que o sujeito poderia, desta forma, ingressar no mercado mais “facilmente”. Este movimento continua até os dias de hoje, advindo, como já descrito anteriormente, da matriz mercadológica, que sustenta ainda a idéia de que “o saber é e será produzido para ser vendido, e ele é e será consumido para ser valorizado numa nova produção: nos dois casos, para ser trocado” (CARVALHO, KANISKI, 2000).

Em 1991 Linus Torvalds anunciou a versão 0.02 de um sistema operacional baseado no Minix<sup>17</sup>, depois chamado Linux, um sistema aberto que possibilita ao seu usuário desenvolvê-lo a seu modo – sistema este que atualmente vem dando “dores de cabeça” ao monopólio da Microsoft. Porém, para fazer isto seria necessário entender da linguagem de programação. Ainda que seu sistema gráfico seja fácil como o Windows, as pessoas não conseguem utilizá-lo porque não é compatível com este programa, que se encontra na maioria dos computadores existentes. Este monopólio da Microsoft ainda sustenta o preço inacessível dos equipamentos para a maioria da população.

Dessa forma, verifica-se que a inclusão digital implica não só a capacitação dos indivíduos, mas também a criação de maneiras de muitos poderem comprar um PC ou, no mínimo, ter acesso a eles e à Internet em telecentros ou laboratórios comunitários. Atuando nesse sentido, o MIT (*Massachusetts Institute of Technology*), em 2005, com o objetivo de

---

<sup>16</sup> PC - forma da língua inglesa de Computador Portátil

<sup>17</sup> Versão do Unix - um sistema operacional como o Windows, por exemplo, desenvolvido para fins educacionais.

democratizar o acesso às tecnologias da informação e comunicação, propôs o lançamento de um micro custando 100 dólares, o que, no entanto, não ocorreu até os dias de hoje.

Segundo o jornal “Folha de São Paulo” de 16 de setembro de 2006, mais de 120 milhões de pessoas no Brasil não utilizam a Internet, ou seja, 80% da população com mais de 10 anos até esta data não acessava a rede, isto reforçado nos domicílios mais pobres. O jornal alegava ainda que, num país de grandes desigualdades, a exclusão varia de acordo com a renda ou a escolaridade. Por esta e outras razões, o jornal “O Estado de S. Paulo”, um dia depois, publicou matéria intitulada “Inclusão digital vai além do acesso”. Destarte, o jornal corroborava a idéia de que o movimento de inclusão digital deve se basear menos na matriz mercadológica e no seu método de oferecer cursos que possibilitariam a empregabilidade e mais na matriz “cidadã”, que pressupõe que para os indivíduos terem acesso às TICs é necessário que aprendam a lidar com a máquina, mas primordialmente que aprendam a aplicar este conhecimento para o desenvolvimento local e a transformação da realidade em que vivem.

A educação é e sempre será responsável por dirimir as grandes disparidades da sociedade vigente, sendo sua função ensinar o educando a navegar com excelência nas redes, a ler, escrever, calcular e a entender um texto simples, o que uma grande parcela da humanidade não está apta a fazer. O sujeito deve ser efetivamente um cidadão crítico, sendo capaz de construir sua história e de se apossar do conhecimento acumulado pelo ser humano. E isto só será possível a partir da democratização da informação e principalmente da educação, seja ela formal ou não-formal, assunto que se pretende abordar no próximo capítulo.

### **CAPÍTULO III – AS NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O PROCESSO DE INCLUSÃO DIGITAL**

As TICs tornaram-se, em pouco tempo, ferramentas imprescindíveis para o desenvolvimento da sociedade industrial moderna. O processo de ensino-aprendizagem sente as influências das TICs e vem passando, nos últimos anos, por uma grande revolução devido à utilização dos computadores pessoais em casa, nas escolas e, principalmente, nos centros comunitários, onde o educador pode utilizá-los como ferramentas no processo educacional. Dessa maneira, para se tratar da inclusão no que se refere ao âmbito digital, se faz necessário destinar um capítulo para este tema tão discutido ao longo das últimas décadas.

#### **3.1 – A EVOLUÇÃO E SEUS IMPACTOS**

Apesar de já ter sido feito um histórico acerca do movimento de inclusão digital com relação à questão das tecnologias no capítulo anterior, este item tratará especificamente da evolução das TICs e seus impactos. Para isto, utilizar-se-ão os dados do I Congresso Qualidade em Educação<sup>18</sup>, realizado em Belo Horizonte, em 1991, durante o qual foi apresentada uma listagem da evolução do hardware e, especialmente, dos processadores<sup>19</sup> existentes até então.

O estudo aduzido no referido Congresso partia da década de 70 e constatava que, em pouco menos de duas décadas, o período que sucedeu ao aparecimento da escrita e do uso dos metais havia sido superado, o que se evidenciava, por exemplo, mediante o lançamento, em 1989, do “poderoso” processador 486, criado pela Intel. Este era duas vezes mais rápido e foi distribuído dois anos antes que seu antecessor, considerando-se o período entre a criação do produto e sua disponibilização para venda, tempo este que era considerado normal, haja vista que o mercado caminhava a passos muito mais lentos.

---

<sup>18</sup> Conf.: UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Informática. Disponível em: <[www.inf.ufrgs.br/~hgmcpad/diverio/cursos](http://www.inf.ufrgs.br/~hgmcpad/diverio/cursos)>. Acesso em: Julho de 2006.

<sup>19</sup> O processador é a parte mais fundamental para o funcionamento de um computador. Processadores são circuitos digitais que realizam operações como: cópia de dados, acesso a memórias e operações lógicas e matemáticas etc. Existem processadores simples, que realizam um número pequeno de tarefas, que podem ser utilizados em aplicações mais específicas, e também existem processadores mais sofisticados, que podem ser utilizados para os mais diferentes objetivos, desde que programados apropriadamente. Os processadores formam a classe mais elevada de circuitos digitais. Conf.: WIKIPÉDIA. A enciclopédia livre. *Processador*. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Processador>>. Acesso em: Julho de 2006.

Nas últimas décadas, os processadores quadruplicaram de potência em questão de meses, evoluindo do 486 ao Pentium Xeon duplo, também da Intel, e ao Athlon 64 X2, da AMD. Assim, a evolução se tornou mais vertiginosa pelos avanços tecnológicos e a corrida se tornou cada vez mais veloz, o que resultou em preços mais acessíveis.

Ao longo desta dissertação, poder-se-ia citar a evolução de softwares ou pormenorizar as mudanças que sofreu a educação formal, que inicialmente ensinava a lógica da informática pura, trabalhando com o “LOGO”<sup>20</sup>, e hoje privilegia, ao menos em tese, a comunicação entre educador e alunos mediante chats, e-mails, comunidades virtuais<sup>21</sup> e projetos colaborativos<sup>22</sup>, entre outros, mas isto tornaria esta discussão demasiadamente longa e a desviaria de seu foco principal. Todavia, não se pode deixar de mencionar as possíveis conseqüências do fenômeno das TICs, que tendem a aumentar ou acentuar um espaço econômico e social entre países, classes e gerações. Também não se podem olvidar os interesses dos dominantes que as controlam, que geram influências ideológicas que interferem no referido espaço.

Mesmo assim, na Educação atual, a preocupação preponderante, no que se refere à inserção tecnológica, está na preparação de indivíduos para uma sociedade em que as tecnologias existentes e futuras estarão em todo o mundo, no trabalho, no comércio e nas casas. Porém, tais tecnologias têm de ser muito bem pensadas em relação à sua utilização educativa com qualidade pedagógica e às conseqüências da expansão desta utilização para o futuro. O mundo mudou, a informática mudou, a educação mudou, o ser humano mudou. Contudo, não é justo deixar grandes camadas da sociedade fora deste processo devido aos interesses subjacentes de uma política social que na teoria é bem intencionada, mas na prática, algumas vezes, não favorece a inserção dos excluídos economicamente.

---

<sup>20</sup> LOGO é uma linguagem de programação voltada para o ambiente educacional. Ela se fundamenta na filosofia construtivista e em pesquisas na área de Inteligência Artificial. A linguagem é usada para comandar um cursor, normalmente representado por uma tartaruga, com o propósito de ensinar ao cursor novos procedimentos, além dos que ele já conhece, a fim de criar desenhos ou programas. Cf.: UFLA. Universidade Federal de Lavras. Departamento de Ciência da Computação. Disponível em: <<http://www.dcc.ufla.br>>. Acesso em: Agosto de 2006.

<sup>21</sup> Segundo definição de Pierre Levy (1999), comunidade virtual é “um grupo de pessoas que se correspondem mutuamente por meio de computadores interconectados” e que, geralmente, estão ligadas e são motivadas por um ou mais interesses em comum, sem necessariamente estarem empenhadas em alcançar algum objetivo. Cada comunidade virtual pode, potencialmente, formar redes de relacionamento e interesse comum, comunidades especializadas, formas de relações sociais construídas em torno de interesses específicos.

<sup>22</sup> Segundo Tânia Callegaro e Eliana Patero Ozores (s/d), projeto colaborativo tem como característica se “abrir - fechar”, “concluir e retomar”, redefinir a cada interação suas fronteiras e objetivos, “formar, deformar e transformar”, “caminhar sempre e deixando profundas marcas nos lugares que passa”. A função mediadora de projetos colaborativos deve ser exercida por meio de comunicação por meios verbais e não verbais, oferecendo, explicando, mostrando, reforçando e levantando questões.

Um dos resultados do uso das novas tecnologias é que o homem vem criando uma nova cultura globalizada, uma “Sociedade da Informação” ou “Sociedade do Conhecimento”, instrumentalizada pelas TICs. Conforme Barato (2001), vários períodos históricos foram rotulados tendo em vista suas características, como, por exemplo, “A Era do Gelo”, “Idade do Ferro” e “Sociedade Industrial”, e agora se vive a instauração da “Sociedade da Informação”, conforme defendem alguns, enquanto outros a chamam de “Sociedade do Conhecimento”. Ainda segundo Barato (2001), muitos declaram que os produtos ou mercadorias têm “valor agregado”, e este valor chama-se conhecimento. Vale notar ainda que a denominação dos tempos atuais como “Sociedade do Conhecimento”, entre outras causas, se deve ao advento da informática na educação.

Segundo Severino (2003), o conhecimento tem como papel principal conscientizar as pessoas. Sendo assim, uma vez que as informações, nesta nova era, podem ser obtidas mediante um simples clique no mouse de um computador, poder-se-ia pensar que a população deveria ser muito mais conscientizada de sua condição. Todavia, é sabido que a conscientização não se adquire via manual explicativo. É por meio da prática e da reflexão que se pode chegar à práxis; ou seja, é necessário que o indivíduo reflita sobre seus atos e suas condições por meio de informações que sejam significativas, que sejam esclarecidas por linguagens acessíveis.

No entanto, percebe-se que a situação de exclusão econômica da maioria da população faz com que a maior parte das pessoas só tenha tempo para cuidar de sua sobrevivência física. Por conseguinte, o acesso e o uso das tecnologias digitais estão nas mãos de quem já sabe como utilizar o universo de informações. Cabe verificar ainda que o simples domínio da técnica não é suficiente para formar um cidadão consciente de seu papel no mundo, consciente de seus direitos, ou que saiba fazer uma leitura do mundo. O domínio desta nova linguagem e o uso de suas ferramentas não bastam. É necessário ter o conhecimento das redes sociais que são indispensáveis para a criação de uma cultura cidadã, seja ela expressa por meios virtuais ou não.

De forma mais generalizada, as TICs podem transmitir, processar e difundir as informações de forma instantânea, constituindo, portanto, os alicerces da Sociedade da Informação. São meios que utilizam, ao mesmo tempo, as telecomunicações e a tecnologia informática. Elas podem ser definidas como tecnologias e ferramentas utilizadas para compartilhar, distribuir e reunir informação, como também para viabilizar a comunicação de

um grupo ou indivíduo com o outro. Para que isto aconteça, é preciso utilizar um computador em rede conectado à Internet.

Conforme Castells (s/d), as diferenças culturais, financeiras e de infra-estrutura hoje são tantas que apenas um terço do planeta encontra-se estruturado ao redor da Internet, enquanto dois terços estão excluídos. Em sua opinião, a Internet não é diferente de todas as tecnologias da história mundial, a não ser pelo fato de se espalhar numa velocidade nunca vista, devido às ferramentas utilizadas. No entanto, é um instrumento importante de práticas sociais somente quando a sociedade, em seu conjunto, a utiliza para avançar econômica e socialmente. O autor defende que o papel da Internet, como rede mundial, é primordial para a existência de intercâmbios de grupos ou indivíduos advindos de diversas culturas. As mídias, inclusive as digitais, são importantes à medida que seus atores influenciam as instituições políticas.

### 3.2 – AS TICs NA ATUALIDADE E O CONTEXTO EDUCACIONAL

Hoje as TICs estão provocando muitas transformações no mundo, criando novas relações culturais, estilos de vida e formas de consumo – de produtos e de informações. Essas transformações também atingem o mundo do trabalho e, conseqüentemente, tendem a modificar o papel da educação formal e não-formal.

Na sociedade atual cresce cada vez mais a tendência da utilização de novas tecnologias na substituição de ferramentas convencionais, o que torna inevitável que este fenômeno também ocorra na educação. Este processo se dá também porque o uso destas tecnologias começa a ter um custo “relativamente baixo”, possibilitando a utilização de recursos como softwares, Internet, hipermídia, vídeos-conferência, entre outros, por uma parcela maior da população – ainda muito longe de ser a maioria.

Com os computadores conectados em redes, a comunicação de idéias e informações se processa de uma forma cada vez mais interativa e coletiva, fazendo o mundo do trabalho e a sociedade exigirem um cidadão mais “antenado” e participativo. E isto tem proporcionado atender às necessidades de acesso à informação e ao conhecimento por parte daquele contingente cada vez maior de pessoas que hoje buscam o acesso à informação e a construção do conhecimento.



A partir disto, é fundamental que se atente para as novas relações com o saber que se constituem. As transações de conhecimento não param de crescer e as tecnologias amplificam, exteriorizam e modificam funções cognitivas. Há, dessa forma, a necessidade constante do aprendizado, do ensino, da produção de conhecimentos e da apropriação das tecnologias pelos mais diversos setores da cultura humana, principalmente pela educação. Diante disto, é na apropriação destas ferramentas que se pode despertar o interesse de comunidades pelo aprendizado, numa relação democrática, de forma que todos sejam aprendizes e possam explorar novas possibilidades.

É essencial que cada membro da sociedade possa adquirir competências para o mundo do trabalho e, primordialmente, para viver como cidadão. Está aí, então, o grande motivo pelo qual o educador, seja ele comunitário ou da escola formal, em parceria com a comunidade, necessita buscar a transformação de sua própria existência e, principalmente, da sociedade em que vive.

Segundo Andrade (2004), a proposta da escola é a de educar para a cidadania. Mas é preciso compreender que cidadania é essa, ou seja, faz-se necessário entender o conceito de cidadania que é apropriado pela educação nesse discurso. Seria aquele que passa pela conquista de direitos políticos, ou aquele que abrange o direito ao acesso aos bens e materiais simbólicos e culturais? Com inspiração em Paulo Freire, nesta dissertação partir-se-á do pressuposto de que não há como existir a conquista de nenhum tipo de direito, inclusive o direito à educação, se não forem conquistados os direitos políticos. Nesse sentido, antes de a educação formar cidadãos cognoscentes, ela deve formar cidadãos políticos.

Desse modo, uma das principais funções da educação em uma comunidade é provocar sentidos para a questão do conhecimento. Todas as instituições devem refletir sobre os projetos vigentes, identificando se estes atendem ou não às necessidades de formação de cidadãos participativos, criativos e transformadores da realidade social, conforme exige nosso universo social.

Um projeto social deve ser pensado de tal forma que seja incentivada a busca do novo, da transformação, da superação de limites. O cidadão que não se autoconscientiza não tem uma direção de olhares, de horizontes, de objetivos para a própria vida enquanto ser, ontológico ou social. Principalmente aquele que se fecha “em uma concha”, muitas vezes por timidez ou falta de informação. Cabe à educação (formal e não-formal), mediante projetos escritos no coletivo, mediar para que o aprendiz avalie sua condição real e pense em transformá-la.

Qualquer projeto social deve incentivar a autonomia, a liberdade de escolha, no que se refere à resolução de problemas, de forma que se, de repente, o cidadão ficar sem ninguém que lhe defina caminhos ou lhe determine atividades, não fique “sem chão” e se sentindo invalidado. O indivíduo necessita de instituições educacionais, pois sozinho talvez não tenha experiência para definir certas circunstâncias da vida; porém, é necessário também lhe dar asas, para que escolha, para que perceba a necessidade de tomar decisões acerca de que caminhos seguir. Cada sujeito é singular, com suas vivências, realidades e especificidades, e, conforme afirma Couto (1995, p.23), “o erro das pessoas é pensar que os silêncios são todos iguais [...] cada um é cada um, desbotado à sua maneira”.

A educação mediatizada pelas novas tecnologias está baseada na crença de que a vida está em movimento dialético e, portanto, sofre constantes transformações. A educação, seja ela formal ou não-formal, não está fora da vivência humana; dessa forma, também deve mudar a todo tempo. Todavia, para mudar é preciso negar o “existente”, superá-lo e criar o novo. Esta negação não está na exclusão do velho, mas na inclusão do novo.

A construção do conhecimento não é imediata, ela sempre é mediatizada, e as tecnologias sempre tiveram este papel. O que muda agora é a incorporação das novas tecnologias no dia-a-dia do cidadão. Portanto, todo projeto social de inclusão digital deve trabalhar para a não-exclusão destas tecnologias nos vários ambientes sociais, utilizando estratégias e trabalhando de forma a levar os sujeitos à autoconscientização no que se refere ao uso apropriado das TICs. No entanto, é preciso utilizá-las de forma que realmente incluam digitalmente cada ser humano, não só no mundo do trabalho, mas também no mundo em que cada um tem suas vivências sociais e coletivas.

Olhando para o Sistema de Ensino, percebe-se que ele está desequilibrado; o currículo não está sintonizado com as necessidades sociais reais. Ou seja, a educação, para contribuir para a inserção no mundo do trabalho, deveria formar primeiramente o cidadão crítico, com grande capacidade de criação e de integração. Deveria formar sujeitos com uma visão do global e da sociedade em que vivem.

Muito embora tenha ocorrido, nos últimos anos, uma melhoria relativa no sistema educacional, com a conseqüente diminuição do analfabetismo no país, a situação geral não é satisfatória, principalmente qualitativamente. O sistema de ensino continua desajustado e inadequado ao século XXI, já que não introduz e não recorre de forma real às TICs para melhorar a aprendizagem. É incapaz de apoiar o ensino com a Internet e Comunidades Virtuais ou o ensino à distância para os estudantes trabalhadores. O que existe é uma fraca

orientação em Tele-salas, que precisam urgentemente de reestruturação. O resultado deste Sistema é uma juventude que não busca o conhecimento que existe em sua própria cultura e que possui dificuldades de compreensão, de raciocínio, de resolução de problemas e de pensamento crítico.

A educação não pode se limitar à transmissão e disseminação de conteúdos. O envolvimento entre educadores, estudantes e comunidade é que fará a diferença. É preciso buscar, como aliados, os recursos tecnológicos, eletrônicos e digitais. Os espaços virtuais da Internet também podem ser aliados neste contexto da passagem gradual para a aprendizagem centrada no educando, com os educadores mediando a exploração de objetos de aquisição do conhecimento em laboratórios virtuais.

A educação não se esgota no espaço da escola; antes se complementa e aprofunda na interação com os agentes externos a ela. A educação da comunidade para a vida só se dará quando não estiver mais circunscrita aos mecanismos de difusões tradicionais do conhecimento, passando a contemplar a criação e aplicação de projetos com a comunidade visando à solução de seus problemas.

O processo educacional, aliado às TICs, terá a possibilidade de dinamizar o processo de aprendizagem, diminuindo o tempo gasto na aquisição do conhecimento, e de criar novas formas de aprender e ensinar, alterando as interações que se dão entre educador, educando e comunidade. Para isso, é importante que todos os profissionais da educação (formal e não-formal) compreendam e assumam o papel de educador. Eles precisam acreditar que mudanças nos ambientes educacionais trarão reflexos positivos sobre os processos de ensinar e aprender. Produzir o conhecimento por meio de atividades com situações-problema que atinjam diretamente os educandos é uma forma de desenvolver o trabalho crítico.

Alguns educadores insistem em perpetuar um método de ensino antigo, que afasta o educando do processo de construção do conhecimento e contribui para a preservação de uma sociedade incapaz de criar, agir, construir e reconstruir saberes. Desse modo, fazem da educação um processo que compartimentaliza os conhecimentos por disciplinas, séries (mesmo já sendo por meio de ciclos<sup>23</sup>) e assuntos, estando centrados na transmissão do conhecimento. Tal processo considera o educando uma “tabula rasa”, o que o faz submisso, castrando sua autonomia e criatividade.

---

<sup>23</sup> Ciclos: Período em que não há repetência no ano. A Secretaria Estadual de Educação de São Paulo adotou no ensino fundamental dois ciclos: o ciclo I, da primeira à quarta série; e o ciclo II, da quinta à oitava série.

Segundo Paulo Freire, esta é a Educação Bancária. E isto continua acontecendo mesmo com o advento das tecnologias na escola, “pois estes instrumentos passaram a ser vistos como um substituto do professor tradicional, detentor do conhecimento que repassava toda informação para um aluno receptor/passivo [...]” (SANTOS, 2005, p.287).

Por tudo isso, a educação não pode ser simplesmente transformada espontaneamente por esta sociedade contemporânea de dominação. Ela tem de ser recriada e ocupar um lugar de destaque na formação dos envolvidos. Uma educação passiva necessita ser transformada para vir a ser transformadora. Só assim poderá mudar a sociedade.

### 3.3 – O MUNDO DO TRABALHO E A REALIDADE ESCOLAR

Num mundo em constante mudança e em que a informação e o conhecimento, principalmente este último, têm fundamental valor, cabe analisar, antes de tudo, o papel que a educação vem desempenhando na formação do cidadão ao longo de sua trajetória. Cabe, ainda, ponderar que os projetos sociais e/ou pedagógicos tem de estar “linkados” com a realidade popular e seus problemas contingentes.

Tendo em vista o tema desta dissertação, este subcapítulo tem como foco o “desemprego” e a educação no que se refere ao seu papel de orientar para a vida, principalmente para o mundo do trabalho, examinando-se sua política educacional.

A abertura do leque aponta igualmente para o ritmo das transformações, pois somente o deslocamento radical do tradicional universo do trabalho permitiria que autores que desenham o futuro com pinceladas tão amplas sejam lidos como teóricos sérios. Os estudos empíricos ajudam, mas não resolvem. (DOWBOR, 2006, p.6)

Segundo Dowbor (2006), muitos vêm se preocupando com a questão do desemprego e as formas que este vem tomando no mundo atual. Por conseqüência, verifica-se o crescimento de pesquisas nesta área, que, no entanto, ainda não indicam soluções efetivas, apenas “abrem os olhos” para o caos que se instala. Hoje, com a mudança da conjuntura econômica, o desemprego se torna o ponto central da questão social, e suas discussões se expressam na miséria e na exclusão social, que aumentam a cada dia. A grande velocidade das mudanças desta nova era e a crise do mercado e da economia fazem com que a questão social

e, juntamente com ela, o processo de exclusão social, especialmente no que diz respeito à exclusão do mundo do trabalho, fiquem em evidência.

A população pobre do país expulsa ontem do campo e hoje excluída do emprego urbano, gera a situação explosiva que constatamos nas cidades e no campo neste início de século. (DOWBOR, 2006, p.17).

Outro aspecto para o qual há de se atentar é o processo de desqualificação social, que empurra o indivíduo para a esfera da inatividade e de dependência dos serviços sociais, e sua relação com a camada “excluída”. Tal processo faz com que suceda um fenômeno de acomodação por parte do indivíduo, entretanto, assim, um outro processo, o de mudança.

Novas formas de uso e remuneração parecem apontar para uma maior diferenciação no rendimento dos ocupados e para a ampliação da pobreza, implicando um processo de exclusão, muito mais do que de integração social. (POCHMANN, 1999, p.12, apud OLIVEIRA, D., 2004, p.1139)

Segundo Pochmann (1999, apud OLIVEIRA, D., 2004), há de se verificar que cada vez mais pessoas e segmentos da sociedade vêm sendo expulsos do mercado de trabalho. Tal movimento cria novas categorias de excluídos, desta vez no próprio acesso ao mercado de trabalho, em função de categorias trabalhistas simplesmente terem deixado de existir.

A mudança nas tecnologias muda as dimensões espaciais do trabalho, na medida em que as finanças, o comércio, os diversos serviços “intangíveis” que hoje assumem tanta importância, como publicidade, advocacia, gerenciamento a distância, circulam nas “ondas” do novo sistema de informações (TCI - Tecnologias de Comunicação e Informação) em segundos [...]. (DOWBOR, 2006, p.7)

Portanto, os indivíduos envolvidos neste cenário, muitas vezes, se vêm despreparados para enfrentar estas novas “dimensões espaciais do trabalho”. Surge, então, uma nova categoria, que é a dos “desqualificados profissionalmente”<sup>24</sup>, de acordo com um novo modelo empregatício no qual os empregos e as funções mudaram, fazendo determinadas

---

<sup>24</sup> Expressão adaptada a partir do termo “desqualificados socialmente”, de Serge Paugam (2001).

profissões serem suprimidas e outras surgirem em consonância com as novas solicitações do mercado atual.

O trabalho não se concretiza no individualismo, nem tão-somente na justaposição de indivíduos, e sim numa sociedade hierarquicamente assimétrica, ou seja, numa relação de poder em que uns dominam outros, fortalecendo todas as formas de diferenciação. Entretanto, na atual crise capitalista, as formas de produção apontam para uma competição individual, prevalecendo as máximas “cada um por si e Deus por todos” e “que vença o melhor”.

[...] é a própria inclusão elitista que gera a exclusão e formas precárias de sobrevivência. (DOWBOR, 2006, p.18)

Cabe notar ainda que a hierarquização não é exclusividade do mundo do trabalho, já que atinge as relações sociais como um todo, tornando o processo de interação muito mais vertical do que horizontal. Apesar dessa verticalização, há um grupo social que, de forma horizontal, luta para que se cumpra uma vontade coletiva e reivindica que a educação venha a ser um dos fatores de transformação dessa sociedade.

Pode-se observar que professores, diretores, supervisores, enfim, todos os profissionais da educação tiveram em seus segmentos um aumento do número de efetivos<sup>25</sup> por meio de concursos. Contudo, ao mesmo tempo, houve uma redução gradativa dos postos de trabalho à medida que as escolas foram reorganizadas a partir do discurso de que os alunos dos diferentes níveis de educação deviam ser separados, ou seja, deviam estudar em escolas distintas. O Governo do Estado de São Paulo, aproveitando-se desta ação, por meio do FUNDEF - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental, municipalizou várias Unidades Escolares, ou seja, passou a sua administração para os municípios, o que hoje começa a ocorrer até com o Ensino Médio, mediante o FUNDEB - Fundo de Desenvolvimento para o Ensino Básico. Como resultado, várias escolas ficaram ociosas no período noturno, enquanto outras não conseguem suprir a demanda neste horário, uma vez que não foram empreendidas as construções necessárias. Dessa forma, diminuiu o número de alunos atendidos e, por conseguinte, também o número de diretores, supervisores e professores ocupados, por não haver mais tantas escolas administradas pelo Governo do Estado.

---

<sup>25</sup> Efetivos: No serviço público são os funcionários que têm estabilidade empregatícia garantida, por ingressarem no trabalho por meio de concursos públicos.

Depois de algum tempo, percebeu-se a necessidade de contratação de funcionários nas escolas para questões de limpeza, secretaria, organização etc. Assim, como solução emergencial, foram iniciadas as contratações por meio da Associação de Pais e Mestres - APM, fixando-se que o funcionário deveria permanecer por um ano em sua função recebendo determinado salário, ou ainda por meio da Frente de Trabalho, o que não ocorre só na educação, mas em todos os setores, como saúde, segurança pública etc. A terceirização é implementada pelo poder público com a intenção de impor uma “qualidade” fictícia, que não considera os diferentes aspectos que permeiam as necessidades de uma comunidade e sua realidade.

Com a diminuição de postos de trabalho, um grande número de profissionais estão ficando sem emprego, principalmente aqueles que são formados há pouco tempo e não conseguiram aprovação nos últimos concursos. Estes só conseguem trabalhar como eventuais, mas acabam esmorecendo por não terem direito nenhum. Assim, as escolas ficam também sem estes profissionais, que substituiriam os professores efetivos em suas faltas, que, aliás, costumam ser muitas, devido ao grande número de problemas enfrentados. As condições de trabalho dos que conseguem ingressar e permanecer na escola pública são precárias, uma vez que a educação não tem acompanhado as mudanças paradigmáticas da sociedade.

A escola ainda tem perfil fordista e, apesar dos vários discursos inovadores, continua a valorizar o possível aprendizado por repetição de informações. Até hoje, não percebeu a crise deste regime, que, com a globalização neoliberal do capitalismo atual, busca formar profissionais para “esquentar” o mercado de trabalho, tendo em vista que este, além de ter como base o consumo, tem de sobreviver também da competitividade. Todavia, dever-se-ia inferir que não haverá competitividade se não forem formados profissionais para os novos postos de trabalho que vêm surgindo em consequência dos avanços tecnológicos.

Será que não há nada além da infundável competição, como ratos, nesta competição econômica global (global economic rat race). Será que os resultados continuarão a ir para os que jogam mais rápido, com a força de trabalho mais barata, os que se importam menos com direitos humanos, comunidade, e valores ambientais? (DOWBOR, 2006, p.31)

Segundo Dowbor, o sistema educacional vem difundindo estratégias empregatícias que fogem às leis de direitos dos trabalhadores. O sindicato, nesta área, também perdeu seu poder de negociação e principalmente retrocedeu no que se refere ao convencimento da classe sobre a necessidade de luta, uma vez que esta tem medo de “perder o pouco que tem”, mesmo em condições não condizentes de trabalho.

As mudanças no mercado de trabalho se refletem também no profissional da educação, pois as relações neste segmento se encontram numa grande crise de identidade sobre o real papel do educador na escola do século XXI, em contradição ao modelo da escola fordista. Será de suma importância que o educador encontre um caminho em meio às turbulentas mudanças e lute em conjunto para que os direitos adquiridos não sejam perdidos e para que os trabalhadores da educação tenham condições dignas de trabalho.

Vê-se, então, que estas políticas neoliberais só servem aos interesses das classes dominantes. Dessa forma, não incluem efetivamente o cidadão na sociedade e muito menos o faz problematizar esta realidade. Estas políticas somente reforçam a ideologia dominante e as propostas de políticas neoliberais, já que não têm a intenção de politizar o indivíduo, tendo em vista que apenas colocam os seres humanos em situação de competição no mercado de trabalho. Isto “devido à globalização da economia”, conforme explica Heloani (2005, p.57), que conclui ainda: “A nova divisão do trabalho criada pelo pós-fordismo mostrou-se muito competitiva e intensiva em tecnologia microeletrônica.”

O que falta à humanidade para que seja capaz de buscar mudanças efetivas e construir uma sociedade mais justa é sensibilidade afetiva e estética, pois a ausência de sentimento distancia o homem do pensamento filosófico principal, cuja questão é fazer com que o ser humano reflita e busque maneiras de viver bem em sociedade. O ser humano precisa ser mais poeta nas relações humanas, mesmo quando estas relações são intermediadas por máquinas, que, vale lembrar, foram pensadas e criadas por homens.

Não se pretende defender aqui que o mundo seja visto somente de forma poética, já que se entende que isto poderia provocar outra forma de alienação. Reforça-se apenas que à humanidade faltam valores que remetam ao plano da subjetividade, das emoções e dos sentimentos, elementos que, aliados ao uso da razão, diferenciam-na dos animais.



### 3.4 – O MUNDO DO TRABALHO E AS TICs

Há tempos a economia brasileira vem passando por constantes reestruturações, aliadas a um crescimento econômico insuficiente, o que ainda implica numa baixa capacidade de geração de postos de trabalho. É grave a atual situação do desemprego, que se expressa na alta elevação de suas taxas em praticamente todos os segmentos, atingindo principalmente mulheres, pessoas com mais de 40 anos e, sobretudo, aquelas sem experiência anterior ou com pouca experiência no mercado de trabalho.

Hoje o mundo do trabalho não quer saber simplesmente do diploma, que muitos passaram a ter, mas se o cidadão está dentro do novo perfil profissional, ou seja, se é crítico, flexível e com grande capacidade de criação e integração.

Desse modo, enfatiza-se a importância da educação, sob enfoque de um novo paradigma conceitual e prático, voltada para a formação de cidadãos capazes de integrarem-se à era digital, [...] na capacidade intelectual de transformar informações em conhecimento, com uma inovadora condição de aprendizado contínuo e crescente. (BELLUZZO, s/d, p.27)

As TICs e seus suportes por si só não determinarão nem esgotarão novas formas de educar e aprender. É necessário que o indivíduo as processe dentro de si, de forma a aproveitá-las de um modo novo. A tecnologia deve permitir um processo de aprendizagem baseado no paradigma da interação e facilitar a aquisição de conhecimento por processos abertos de procura.

O mundo do trabalho tem sido afetado, e continuará a ser daqui por diante, por uma profunda transformação, principalmente devido aos impactos das TICs. Este fato impõe, desde já, o modo como se deverá educar para a aprendizagem, para o universo do trabalho em geral e principalmente para a vida. Tendo em vista todo o potencial revolucionário das novas redes de informação e comunicação, deve-se também explorar a sua capacidade, para delas se tirar todo o proveito. Estas são tarefas prioritárias do educador, e não deixar que aconteça o contrário, como vem ocorrendo. Logo, é urgente que a educação assuma este papel, e que os cidadãos se encontrem preparados para enfrentar uma sociedade baseada na aquisição de conhecimentos, sociedade esta em que se aprende e se ensina ao longo da vida e para a vida.

Não se pode negar a importância das constantes transformações. Por isso, é dever de todos os educadores, como profissionais e como indivíduos, estarem inseridos nesse contexto de mudanças, pois todos têm a necessidade de refletir sobre tais inovações, tentando compreendê-las e incorporá-las, socializando experiências e introduzindo outros indivíduos nessa transformação.

A Internet, como toda a sua trajetória, trouxe até nós uma nova maneira de enxergar o mundo, através de uma avalanche de informações que nos chegam, em poucos instantes, por meio de uma conexão plugada ao computador [...]. (SANTOS, 2005, p.283)

O que se pode perceber é que a maioria das pessoas não nota as mudanças e transformações do mundo. Por exemplo, a televisão, sendo uma nova tecnologia, em vez de ser um instrumento de massificação, pode ser um veículo de cooperação entre os envolvidos, fazendo com que as pessoas compartilhem idéias e informações na resolução de problemas. É preciso apostar num ambiente de aprendizagem cooperativo, no qual se possa socializar o acesso à informação e ao conhecimento. Isto só será possível se os agentes envolvidos detectarem todas as intenções contidas na TV, no programa, no indivíduo que o produziu e naquele que o patrocina.

Assim o professor precisa potencializar a liberdade intelectual, estimular o pensamento crítico, a criatividade e a comunicação entre os alunos. Para romper a monotonia da aula, contribuindo assim para motivar os estudantes no processo de aprendizagem, a Educação Tecnológica pode proporcionar uma série de estratégias, mesmo que nenhuma seja exclusiva deste tipo de proposta. (SILVA, D., 2005, p.312)

Segundo Dirceu da Silva (2005), cabe ao educador aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem. Contudo, é preciso deixar claro que não é eficiente treinar professores e equipar escolas com computadores e acesso à Internet se não for rompido o paradigma de uma educação hegemônica. Esta abordagem, infelizmente, é a que prepondera na formação do processo educacional.

A utilização das TICs por si só não garante as mudanças desejadas, muitas menos assegura a inserção no mundo do trabalho ou nos diversos setores da sociedade. O que pode levar a estas mudanças é uma nova visão acerca do mundo, do ser humano e do processo educacional. Isto sim pode levar à construção e formação da Nova Sociedade do Conhecimento, certamente com muito mais caminhos e horizontes abertos se na...

[...] utilização da tecnologia no processo de ensino-aprendizagem for levada em conta que um dos objetivos básicos da Educação é preparar os alunos para serem cidadãos de uma sociedade plural, democrática e tecnologicamente avançada. (SILVA, D., 2005, p.322)

Para Castells (s/d), foi “assim que a Internet se transformou hoje em uma esfera política que não era antes”. Assim, pode-se dizer que o acesso de toda informação ao mundo “é uma possibilidade extraordinária”, que muda vidas e imaginários. Entretanto, isto só será possível de uma forma plausível se a educação proporcionar aos seres humanos a capacidade de “buscar, escolher e desfrutar este novo mundo”.

Neste cenário surgem as cidades globais, que, por sua vez, não são concretas, mas “uma rede interterritorial de espaços locais conectados em uma rede global de capital e informação, onde estão Wall Street, a City de Londres, Ginza de Tóquio e a Avenida Paulista, entre outros”. Nesse sentido, para o pesquisador Manuel Castells (s/d), é o grau de conexão de cada sociedade que indica hoje o seu nível de desenvolvimento, podendo-se acrescentar à fala do autor que é também essa conexão que viabiliza a criação de uma nova cultura na qual cresce o setor da educação não-formal.

### 3.5 – EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL

Gohn (2005a) apresenta algumas dimensões de abrangência da educação não-formal. Segundo a autora, este tipo de educação: gera conscientização crítica quanto aos interesses do indivíduo sobre o meio social e a natureza que o cerca; capacita os indivíduos para o trabalho; empreende uma educação para a civilidade; e possibilita a aprendizagem dos conteúdos da escolarização formal com metodologias e espaços diferenciados. Gohn ainda indica outras duas dimensões da educação não-formal: a educação pela mídia – valendo acrescentar a esta as mídias digitais; e, por último, a educação para a vida.

Ademais, a autora diferencia a educação não-formal da educação informal, argumentando que esta última decorre de processos espontâneos ou naturais, sendo transmitida pela família, pela leitura de jornais, pelo convívio com amigos etc, enquanto na educação não-formal existe a intenção de criar ou buscar determinados objetivos ou qualidades.

Dessa maneira, a educação não-formal tem como características a participação intencional, deliberada, e a ausência de cobrança formal. Além disso, a educação não-formal não compete com a educação formal, e nela não há relação hierárquica entre as pessoas. Para Gohn (2005a, p.100), “as possibilidades da educação não-formal estão nas ações e práticas coletivas organizadas em movimentos, organizações e associações sociais”. Destarte, verifica-se que nesta forma de educação os espaços, para seu pleno desenvolvimento, podem adquirir múltiplos cenários, sendo estes “criados e recriados segundo os modos de ação previstos nos objetivos maiores que dão sentido ao fato de determinado grupo social estar se reunindo” (GOHN, 2005a, p.101).

Ainda segundo a autora, a educação não-formal sofreu transformações em decorrência das mudanças econômicas, da sociedade e do mundo do trabalho. Neste cenário, também as agências e organismos de cooperação internacionais, as ONGs e os movimentos sociais da sociedade civil contribuíram para estas mudanças. Especialmente no que se refere às crianças e jovens com baixo poder aquisitivo, aos quais são oferecidos serviços e programas patrocinados por diferentes entidades – de forma autônoma, mista ou em parcerias –, visando a suprir suas carências.

No entanto, a educação não-formal pode trazer consigo também alguns problemas, como, por exemplo, figurar uma educação compensatória, visando apenas a “tapar buracos” do sistema escolar, e não ser uma educação emancipadora. Contudo, conforme verifica Gohn (2005a, p.102), ela deve ter como objetivo principal a cidadania, “pensada em termos coletivos”, tendo como foco a aprendizagem por meio da prática social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] a velocidade de difusão tecnológica é seletiva tanto social quanto funcionalmente. (CASTELLS, s/d)

Considerações finais, este é o termo mais adequado para esta parte da presente dissertação, pois seria por demais pretensioso dizer que se pode chegar a uma conclusão definitiva sobre a questão da inclusão digital. Tanto seus termos são novos, quanto o fato em si; há um movimento vivo e constante em ações que não têm visibilidade imediata, mas que se destacam na vida de cada membro desta sociedade. Seja por considerar fazer parte do grupo de incluídos ou de excluídos, ou, ainda pior, não se perceber fazendo parte de grupo nenhum, ou equivocando-se quanto a qual deles, assim como se pôde ver na pesquisa que a grande maioria considera estar incluída. Quadro este que sabemos não ser veraz, visto que pudemos observar, por meio dos dados levantados nesta pesquisa, a realidade desta comunidade e conhecemos a realidade desta sociedade contemporânea.

São diversos os desafios que se colocam quando se aborda um tema tão recente no campo teórico, motivo este de não haver uma densa literatura crítica a seu respeito. Outro é conseguir acompanhar as constantes mudanças acerca do tema e as suas inovações. Assim, parece que tudo que se debate já está ultrapassado, bem como que é necessário buscar cada vez mais rapidamente a enxurrada de informações que chega dia-a-dia de forma, a saber, se estas ainda têm validade. E um terceiro desafio é saber o que fazer com estas informações, visto que o uso das TICs auxilia, por exemplo, o cidadão a conhecer os problemas enfrentados em sua comunidade, porém não gera simplesmente uma renda para solucioná-los, ficando a cargo do coletivo buscar alternativas de resolução.

Há um movimento da inclusão digital no sentido de sua necessidade no mundo contemporâneo como forma de possibilitar a comunicação de uns com os outros, fazendo com que a matriz “mercadológica” seja vista como a adequada para estes tempos. Apesar disso, há a necessidade de mudar esta linha de idéias para uma matriz cidadã. Contudo, isto ainda é apenas um desejo, uma utopia. As duas ONGs pesquisadas, no mesmo universo de atuação, permitiram uma análise comparativa e qualitativa quanto às matrizes utilizadas, e o reconhecimento de que na primeira, *Plugados na Educação*, o caráter mercadológico é explícito. Na segunda, o *CDI*, este caráter é sutil, pois há mais discurso que o recobre com véus.

A educação formal não tem propiciado o acesso às Tecnologias de Comunicação e Informação à maioria da população, e sim dificultado em grandes proporções e até negado, uma vez que encontra muitos obstáculos, como: a falta de infra-estrutura, o não conhecimento, o avanço tecnológico desenfreado, os elevados preços de máquinas e conexões, entre outros. Entretanto, neste campo, a educação formal não vem cumprindo seu papel, como visto no capítulo III, porque este tema é novo e ela não está preparada para tal. Desse modo, percebe-se que as Organizações Não-Governamentais - ONGs vêm assumindo esta função, por meio da educação não-formal, com vistas a suprir o que o Estado não faz, e esta – a educação-não formal –, por sua vez, segundo Suely Galles Soares, é:

[...] caracterizada por ações sociais voltadas, na sua maioria, para a integração ou inclusão social, ultrapassa a formação escolar oficial, indo em direção a um patamar de emancipação e cidadania, buscando uma compreensão crítica dos processos sociais, suas múltiplas leituras e ideologias ocultadas. (SOARES, 2006, p.60)

Porém, apesar de as ONGs terem iniciativas louváveis no que diz respeito à idéia de inclusão social nos mais diferentes âmbitos, possuem uma estrutura baseada numa lógica diferente das entidades da população. Elas são instituições idealizadas e mantêm, em seu quadro de funcionários, trabalhadores assalariados, dependendo de investimentos de empresas privadas e estatais em seus projetos. A Inclusão digital feita por elas, em parceria com governos, assume, por vezes, posições neoliberais que devem ser analisadas criticamente. Assim como se deveria analisar a redução do papel do estado na esfera social e a transferência de responsabilidades para a comunidade, de forma a adotar políticas sociais de natureza assistencial.

De acordo com a primeira matriz aqui apresentada, com características individualistas e mercadológicas, a capacitação de indivíduos em TICs para o mundo do trabalho globalizado pode até abrir espaços de luta; entretanto, não proporciona as mesmas oportunidades de inclusão. É preciso buscar alternativas verdadeiras que proporcionem liberdade de busca de soluções aos problemas, sem a ingenuidade de que se pode modificar a realidade do mundo atual por meio de cursos pontuais para qualificações que não fomentam o processo de conscientização do indivíduo e sua relação com o coletivo, com o social. É preciso levar em conta a necessidade da formação continuada de verdadeiros cidadãos, capazes de responder aos constantes desafios impostos pela sociedade.

O processo de inclusão digital por si só não inclui socialmente o cidadão. Ele tem mais efeito quando trabalhado em conjunto com outros projetos de inclusão social e/ou culturais com este mesmo objetivo. O efeito é muito mais visível quando as pessoas têm em mente o trabalho em conjunto, o trabalho comunitário, isto visto a partir da observação do processo e de conversas com pessoas nele envolvidas. Contudo, de acordo com a matriz cidadã, o movimento de inclusão digital pode possibilitar a inclusão social se puder transformar a realidade pessoal, seu cenário, com vistas à melhoria da sociedade e, mais especificamente, do grupo ao qual pertença.

A inclusão digital passa a ser também social quando o órgão envolvido vê o indivíduo primeiramente como ser humano, buscando resgatar nele o humano social e cultural, de modo a fazer com que tenha um novo projeto de vida. Quando não configura apenas uma assistência social, propiciando realmente a mudança de vida.

Segundo Ladislau Dowbor (2008, p.34), “o acesso ao conhecimento técnico se tornou tão vital quanto o acesso aos recursos financeiros e aos circuitos comerciais”, e este ocorre quando os cidadãos têm o acesso às TICs garantido, sendo “capacitados para utilizá-las”. Porém, se para esta dissertação a inclusão digital também é uma forma de inclusão social, aquela, por sua vez, acontece, já que as ONGs até promovem o processo de inclusão digital, porém nem sempre é garantia de outras formas de inclusão social no que se refere ao desenvolvimento local, por exemplo.

Hoje as pessoas buscam se incluir digitalmente para viver neste mundo atual, porque tudo está ligado à tecnologia. Mas é importante lembrar que esta tem subsidiado guerras, e no passado fez parte até de torturas e massacres presentes nos campos de concentração. Todavia, a inclusão digital pode ocorrer a partir do momento em que haja transformação social. Assim, se para estes personagens a vida se transforma, pode-se dizer que é possível a inclusão social em uma de suas formas, mas, infelizmente, não totalmente.

Num cenário em que a grande maioria não tem emprego, passa fome ou está na miséria, fica difícil definir o que a inclusão digital – ainda que seja também uma forma de inclusão social – pode fazer. Nesse sentido, a partir da pesquisa realizada, pode-se dizer que a inclusão digital sozinha nada pode, e, por consequência, não pode excluir os indivíduos destes problemas sociais. Muitos já estão antecipadamente excluídos socialmente “pela falta de leitura, escrita e conseqüentemente pela falta da compreensão crítica da realidade” (SOARES, 2006, p.41). Dessa forma, pode-se argumentar que a inclusão social ocorre quando há inclusão digital, primordialmente sob a perspectiva da matriz cidadã. Porém, ainda segundo a

mesma autora, “não basta apenas indicar as necessidades, mas é preciso ir em busca do seu chamado” (SOARES, 2006, p.40). Aí sim a inclusão digital pode ser um **caminho** para outras formas de inclusão social, quando a primeira permite que o cidadão, por meio do conhecimento adquirido, reflita sobre as condições iminentes e possa buscar, no coletivo, soluções para os conflitos e que levem ao desenvolvimento local.

Esta pesquisa sobre a inclusão digital abordou um universo restrito de projetos e programas de inclusão social e não trouxe, nem poderia trazer, respostas definitivas. Entretanto, trouxe à tona a idéia das múltiplas intenções intrínsecas neste movimento e processo. Não como uma única forma de inclusão, mas como uma alternativa ao alcance se houver vontade política dos governos e da sociedade civil organizada, a fim de se buscar a inserção de todos os cidadãos de forma justa e igualitária na sociedade e no mundo.

Não é só deslumbramento dos mais entusiastas no que se refere ao uso das TICs, nem é à toa que, conforme a “Folha de São Paulo” de 21/11/2007, os participantes do segundo Fórum de Governança da Internet, que aconteceu na semana anterior à reportagem, disseram que é possível garantir o acesso universal e incluir os 5 bilhões de humanos que ainda estão fora da rede. Para eles e para a autora desta dissertação, todo mundo deve ter direito ao acesso às informações e às ferramentas que dão visibilidade a elas, como é o caso da Internet. Idéia que à primeira vista parece espalhafatosa e pretensiosa, até que se leve em conta quanto o governo gastou com projetos de inclusão digital. Segundo a “Folha de São Paulo” de 15/10/2007, cerca de R\$ 6,7 milhões, de um total de R\$ 82 milhões entre projetos governamentais e investimentos em ONGs, foram perdidos em superfaturamentos, e, ainda, a auditoria do Tribunal de Contas apontou um prejuízo potencial de R\$ 14 milhões. Se todo este dinheiro fosse investido de forma qualificada em projetos com princípios éticos e realmente cidadãos, não só se poderia investir muito no acesso à Internet para todos, mas também no acesso das classes menos privilegiadas a todos os setores da sociedade.

Para finalizar, a produção literária sobre o tema ainda é muito escassa e divergente, fato este que contribui para que não se possa definir o tema com precisão. Entretanto, por se tratar de um estudo de caso de cunho exploratório, esta dissertação perseguiu o que foi estabelecido, na medida em que buscou a compreensão sobre as categorias inclusão e exclusão e suas variantes de inclusão e exclusão social e digital. Foi relevante na busca da compreensão sobre a possibilidade de a inclusão digital promover a inclusão social sob o prisma de duas matrizes, a “mercadológica” e a “cidadã”, assim chamadas neste trabalho. Nesse sentido, verificou-se que há a possibilidade de “formas” de inclusão social a partir da



inclusão digital, uma vez que a segunda é uma “forma” da primeira que tem o sentido mais amplo. Ademais, com o propósito de enriquecer este estudo, foram analisadas e apresentadas as trajetórias de duas ONGs com olhares diferentes sobre a questão da inclusão digital e sua aplicabilidade e atuando no mesmo espaço, o que permitiu que se fizesse uma análise mais pontual sob as perspectivas das duas matrizes já apresentadas.

Assim sendo, espera-se que esta dissertação possa vir a contribuir no que se refere ao tema abordado, possibilitando a formulação de outras questões e hipóteses.

Objetiva-se ainda, numa possível continuação da pesquisa, investigar mais detalhadamente como se dá o movimento dos avanços tecnológicos e seus impactos na inclusão social, mais especificamente no que se refere à inclusão digital. Este é um dos temas que se manifestou ao longo do trabalho e, por motivos diversos, não pôde ser analisado, porém despertou interesse para estudos futuros. Também se poderia investigar, por exemplo, como os projetos sociais de inclusão digital se articulam com os reais movimentos sociais da sociedade civil. Poder-se-ia, ainda, qualificar melhor, na prática e na teoria, as ONGs que estão atuando no campo da inclusão digital. Mas tudo isso são tarefas para um novo trabalho de pesquisa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABONG. Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais. *ONGs: pluralidades e identidades*. Disponível em: <[http://www2.abong.org.br/final/livre.php?cd\\_materia=18034](http://www2.abong.org.br/final/livre.php?cd_materia=18034)>. Acesso em: Junho de 2008.

ALMEIDA, Fernando José de. *Educação e informática: os computadores na escola*. Coleção polêmicas do nosso tempo, n.19. São Paulo: Cortez, 1988.

ALVES, N.; OLIVEIRA, I. B. “Imagens de escola: espaços-tempos de diferenças no cotidiano”. *Revista Educação e Sociedade*. v.25, n.86, Campinas, Abril de 2004.

AMARAL JUNIOR, Aécio; BURITY, Joaílto de A. (Orgs.). *Inclusão social, identidade e diferença: Perspectivas pós-estruturalistas*. São Paulo: Annablume, 2006.

ANDRADE, Maria Celeste de Moura. *Cidadania, cultura e diferença na escola*. 26ª Reunião Anual da Anped, Caxambu, 2004.

ANTUNES, Ricardo. “Trabalho e precarização numa ordem neoliberal”. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). *A Cidadania Negada: Política de exclusão na educação e no trabalho*. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2002.

BAFFI, Maria Adelia Teixeira. “Projeto Pedagógico: um estudo introdutório”. In.: BELLO, José Luiz de Paiva. *Pedagogia em Foco*. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br>>. Acesso em: Novembro de 2006.

BARATO, Jarbas Novelino. *Visão interativa do saber*. Curso de Aperfeiçoamento/ Extensão Universitária em Utilização Inovadora das Tecnologias em Educação. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, Fundação Carlos Alberto Vanzolini - USP, 2001. Disponível em: <<http://www.vanzolini-ead.org.br/wwwescola>>. Acesso em: Junho de 2001.

BELLUZZO, Regina Célia Baptista. *Competências na era digital: Desafios tangíveis para bibliotecários e educadores*. s/d. Disponível em: <[http://cege.isateducacao.com.br/teleduc/cursos/aplic/index.php?cod\\_curso=54](http://cege.isateducacao.com.br/teleduc/cursos/aplic/index.php?cod_curso=54)>. Acesso em: Abril de 2006.

BIANCHINI, David. “Educação: solução tecnologia?” In: BITTENCOURT, Agueda Bernadete; OLIVEIRA JUNIOR, Wenceslao Machado de (Orgs.). *Estudo, pensamento e criação*. Livro I. Campinas: Unicamp, 2005.

CALLEGARO, Tânia; OZORES, Eliana Patero. *Estruturação e Implementação de Projetos de Ensino e de Aprendizagem*. s/d. Disponível em: <<http://www.vanzolini-ead.org.br/wwwescola/>>.

CARVALHO, D. B. B. de. “Exclusão social e situações de Risco”. *Revista Ser Social*. Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. n.3. Brasília, 1998.

CARVALHO, Isabel Cristina Louzada; KANISKI, Ana Lúcia. “A sociedade do conhecimento e o acesso à informação: para que e para quem?” *Ciência da Informação*. Brasília, v.29, n.3, p.33-39, Setembro/Dezembro de 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n3/a04v29n3.pdf>>. Acesso em: Janeiro de 2008.

CASTEL, Robert. *As metáforas da questão social: Uma crônica do salário*. Tradução de Iraci D. Poleti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CASTELLS, M. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. *Construímos a Internet conforme sua própria imagem*. s/d. Entrevista originalmente publicada no jornal francês *Le Monde*. Disponível em: <<http://www.icoletiva.com.br/icoletiva>>. Acesso em: Dezembro de 2005.

CASTRO, Edmilson. *A produção do registro do educador: decifrando sinais*. Disponível em: <<http://www.pedagogico.com.br/info8a1.html>>. Acesso em: Outubro de 2006.

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. “O Conceito de Avaliação de Políticas, Programas e Projetos”. In: BITTENCOURT, Agueda Bernadete; OLIVEIRA JUNIOR, Wenceslao Machado de (Orgs.). *Estudo, pensamento e criação*. Livro III. Campinas: Unicamp, 2005.

CENTRO DE INFORMÁTICA DA UFPE. *Linha do tempo*. Disponível em: <<http://www.cin.ufpe.br/~pab/arquivos/negocios/Linha%20do%20Tempo.doc>>.

CINEMA CAFRI. *Narradores de Javé*. Disponível em: <<http://www.cinemacafri.com/movie.jsp?movie=208>>. Acesso em: Abril de 2008.

COMITÊ PARA DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMÁTICA - CDI. Disponível em: <<http://www.cdi.org.br>>. Acesso em: 21 de junho de 2005.

COUTO, Mia. “O Cego Estrelinho”. In: *Histórias Abençoadas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. Disponível em: <[http://cege.isateducacao.com.br/teleduc/cursos/aplic/index.php?cod\\_curso=54](http://cege.isateducacao.com.br/teleduc/cursos/aplic/index.php?cod_curso=54)>. Acesso em: Abril de 2006.

CRUZ, Renato. “Inclusão digital vai além do acesso”. *O Estado de São Paulo*. Caderno “Economia”. São Paulo, 17 de Setembro de 2006.

DEL PINO, Mauro. “Política educacional, emprego e exclusão social”. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). *A Cidadania Negada: Política de exclusão na educação e no trabalho*. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2002.

DEMO, Pedro. *1941 – Charme da exclusão social*. Coleção polêmicas do nosso tempo. n.61. Campinas: Autores Associados, 1998.

\_\_\_\_\_. *Educação pelo avesso: Assistência como direito e como problema*. São Paulo: Cortez, 2000.

DOWBOR, Ladislau. *A reprodução social: Tecnologia, globalização e governabilidade*. Vol.I. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. *O que acontece com o trabalho?* São Paulo: ed. Senac, 2006. Disponível em: <<http://dowbor.org/artigos.asp>>. Acesso em: Janeiro de 2008.

\_\_\_\_\_. *Política nacional de apoio ao desenvolvimento local*. 2008. Disponível em: <<http://dowbor.org/artigos.asp>>. Acesso em: Maio de 2008

FREIRE, Madalena. “O papel do registro na formação do educador”. In: BITTENCOURT, Agueda Bernadete; OLIVEIRA JUNIOR, Wenceslao Machado de (Orgs.). *Estudo, pensamento e criação*. Livro III. Campinas: Unicamp, 2005.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

\_\_\_\_\_. *Educação como prática da liberdade*. 28ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Coleção Leitura. 33ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GALLO, Silvio; SOUZA, Regina. “Porque matamos o barbeiro? Reflexões preliminares sobre a paradoxal exclusão do outro”. *Educação e Sociedade*. n.79, v.23. São Paulo, 2002.

GOHN, Maria da Glória. *Mídia, Terceiro Setor e MST*. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. “Educação, trabalho e lutas sociais”. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). *A Cidadania Negada: Política de exclusão na educação e no trabalho*. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. *Teoria dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. 4ªed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. *Educação não-formal e cultura política*. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2005a.

\_\_\_\_\_. *O protagonismo da sociedade civil: Movimentos Sociais, ONGs e redes solidárias*. São Paulo: Cortez, 2005b.

GÓIS, A.; LAGE, J. “Internet”. *Folha de São de Paulo*. Caderno “Dinheiro”. São Paulo, 16 de Setembro de 2006.

GOOGLE. Disponível em: <<http://www.google.com.br>>. Acesso em: Junho de 2008.

GUARESCHI, Pedrinho A. “Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização”. In: SAWAIA, Bader (Org.). *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 3ªed. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. *O que é cultura?* s/d. Disponível em: <<http://www.portras.dasletras.com.br>>. Acesso em: Junho de 2006.

GUIMARÃES, A. M. “O cinema e a escola: formas imagéticas de violência”. *Caderno Cedes*. Campinas, vol.19, n.47, Dezembro de 1998.

HELOANI, Roberto. *Gestão e organização no capitalismo globalizado: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho*. São Paulo: Atlas, 2003.

\_\_\_\_\_. “O Ovo da Serpente”. In: BITTENCOURT, Agueda Bernadete; OLIVEIRA JUNIOR, Wenceslao Machado de (Orgs.). *Estudo, Pensamento e Criação*. Livro II. Campinas: Graf.FE, 2005.

HOBBSAWM, Eric. *O novo século*. 3ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

INDÚSTRIA CULTURAL. *Introdução*. s/d. Disponível em: <<http://www.indcultural.hpg.com.br/introducao.htm>>.

INFORQUALI. *História e evolução dos Computadores*. Disponível em: <[http://www.inforquali.pt/pt/tutorials/informatives/computer\\_history.php](http://www.inforquali.pt/pt/tutorials/informatives/computer_history.php)>.

INSTITUTO AYRTON SENNA. Disponível em: <[www.senna.org.br](http://www.senna.org.br)>. Acesso em: Maio de 2006.

JLCARNEIRO.COM. *Breve história do computador*. Disponível em: <<http://www.jlcarneiro.com/2006/09/breve-historia-do-computador>>.

LEHER, Roberto. “Tempo, autonomia, sociedade civil e esfera pública: uma introdução ao debate a propósito dos ‘novos’ movimentos sociais na educação”. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). *A Cidadania Negada: Política de exclusão na educação e no trabalho*. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2002.

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência: O futuro do pensamento na era da informática*. São Paulo, Ed. 34, 1993.

\_\_\_\_\_. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LOBATO, Elvira. “TCU apura perda de R\$ 14 mi em planos de inclusão digital”. *Folha de São Paulo*. Caderno “Brasil”. São Paulo, 15 de Dezembro de 2007.

LOMBARDI, José Claudinei. “A Importância da Abordagem Histórica da Gestão Educacional”. In: BITTENCOURT, Agueda Bernadete; OLIVEIRA JUNIOR, Wenceslao Machado de (Orgs.). *Estudo, pensamento e criação*. Livro II. Campinas: Unicamp, 2005.

LORIERI, Marcos Antônio. *Pensar, pensamento, conhecimento: Pontos para reflexão*. Apostila. São Paulo: UNINOVE, 2005.

MACHADO, Eliany Salvatierra. *A televisão como ampliação da esfera do ser ou do gosto*. Educom.TV - Curso de Aperfeiçoamento sobre a Linguagem Audiovisual na Escola. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, Núcleo de Comunicação e Educação do DCA -ECA/USP, 2002.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto comunista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

MATTELART, Armand. *A globalização da comunicação*. Bauru, SP: EDUSC, 2000. Disponível em: <<http://www.vanzolini-ead.org.br/wwwescola/index.html>>. Acesso em: Janeiro de 2006.

MINTO, Lalo Watanabe. “Administração Escolar no contexto da Nova República (1984...)”. *Revista HISTEDBR On-line*. Campinas, n. especial, Agosto de 2006. Disponível em: <[http://cege.isateducacao.com.br/teleduc/cursos/aplic/icod\\_curso=54](http://cege.isateducacao.com.br/teleduc/cursos/aplic/icod_curso=54)>. Acesso em: Junho de 2006.

MULTI MEIOS. *História do computador*. Disponível em: <<http://www.geocities.com/mmeios/hist/index.html>>.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. “A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização”. *Revista Educação & Sociedade*. Campinas, n.89, vol.25, Setembro/Dezembro de 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br> ou <http://www.cedes.unicamp.br>>.

OLIVEIRA, Ivanilde A. de. (Org.) *Caderno de atividades pedagógicas em educação popular*. nº1. Belém: CCSE - UEPA, 2004.

PADILHA, Paulo Roberto. *Planejamento Dialógico, Projeto Político-Pedagógico e Proposta Pedagógica da Escola: desfazendo nós, apontando caminhos*. Disponível em: <[http://www.paulofreire.org/Biblioteca/t\\_pad2.html](http://www.paulofreire.org/Biblioteca/t_pad2.html)>. Acesso em: Novembro de 2006.

PAIVA, Vanilda. “Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social”. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). *A Cidadania Negada: Política de exclusão na educação e no trabalho*. 3ªed. São Paulo: Cortez, 2002.

PAUGAM, Serge. “O enfraquecimento e ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social”. In: SAWAIA, Bader (Org.). *As artimanhas*

*da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 3ªed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PEREIRA, Beatriz R.; NASCIMENTO, Maria Letícia B. P. (Orgs.). *Inclusão e exclusão: Múltiplos contornos da educação brasileira*. São Paulo: Expressão & Arte, 2006.

PLUGADOS NA EDUCAÇÃO. Disponível em: <<http://www.plugadosnaeducacao.org.br>>. Acesso em: Janeiro de 2008.

PROGRAMA ESCOLA DA FAMÍLIA. Disponível em: <<http://www.escoladafamilia.sp.gov.br>>. Acesso em: 07 de maio de 2005.

PUBLIFOLHA. Nova Enciclopédia Ilustrada da Folha. Disponível em: <<http://www1.uol.com.br/bibliot/enciclop/>>. Acesso em: Junho de 2008.

RIOS, Terezinha Azerêdo. *Ética e competência*. 14ªed. São Paulo: Cortez, 2004.

RIVERA, Márcio A. P. “TV agente cultural”. In: BITTENCOURT, Agueda Bernadete; OLIVEIRA JUNIOR, Wenceslao Machado de (Orgs.). *Estudo, pensamento e criação*. Livro I. Campinas: Unicamp, 2005.

RUSSELL, Bertrand. “Liberdade e autoridade no Ensino”. In: BITTENCOURT, Agueda Bernadete; OLIVEIRA JUNIOR, Wenceslao Machado de (Orgs.). *Estudo, Pensamento e Criação*. Livro I. Campinas: Graf.FE, 2005.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANCHO, J. M.; HERNANDEZ, F. (Orgs.). *Tecnologias para transformar a educação*. Porto Alegre: Artemed, 2006.

SANTOS, Gildenir Carolino. “Mapeamento dos suportes de auxílio ao ensino tradicional: uma contextualização da biblioteca, do livro, do computador, da Internet e da tecnologia na educação”. In: BITTENCOURT, Agueda Bernadete; OLIVEIRA JUNIOR, Wenceslao Machado de (Orgs.). *Estudo, pensamento e criação*. Livro I. Campinas: Unicamp, 2005.



SAWAIA, Bader. “Introdução: Exclusão ou inclusão perversa”. In: SAWAIA, Bader (Org.). *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 3ªed. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. “O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão”. In: SAWAIA, Bader (Org.). *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 3ªed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SEGNINI, L. R. P. “CBO - Classificação Brasileira de Ocupações: Por quê? Para quê?” *Revista eletrônica ComCiência*. LABJOR/UNICAMP, UNICAMP/Campinas, vol.54, 2004. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/200405/reportagens/17.shtml>> .

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Educação, sujeito e história*. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

SILVA, Dirceu da. “Tecnologia no ensino fundamental: uma proposta metodológica”. In: BITTENCOURT, Agueda Bernadete; OLIVEIRA JUNIOR, Wenceslao Machado de (Orgs.). *Estudo, pensamento e criação*. Livro I. Campinas: Unicamp, 2005.

SILVA, Vanda. “Resenha: Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil – SPOSITO M.”. In: BITTENCOURT, Agueda Bernadete; OLIVEIRA JUNIOR, Wenceslao Machado de (Orgs.). *Estudo, pensamento e criação*. Livro I. Campinas: Unicamp, 2005.

SOARES, Suely Galli. *Educação e comunicação: o ideal de inclusão pelas tecnologias de informação - otimismo exacerbado e lucidez pedagógica*. São Paulo: Cortez, 2006.

SOUZA, Aparecida Neri. “A política educacional do Banco Mundial”. In: BITTENCOURT, Agueda Bernadete; OLIVEIRA JUNIOR, Wenceslao Machado de. *Estudo, Pensamento e Criação*. Livro II. Campinas: Graf.FE, 2005.

SUPERAÇÃO JOVEM. Disponível em: <<http://www.superacaojovem.org.br>>. Acesso em: Fevereiro de 2006.

UFLA. Universidade Federal de Lavras. Departamento de Ciência da Computação. Disponível em: <<http://www.dcc.ufla.br>>. Acesso em: Agosto de 2006.

UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Informática. Disponível em: <[www.inf.ufrgs.br/~hgmcpad/diverio/cursos](http://www.inf.ufrgs.br/~hgmcpad/diverio/cursos)>. Acesso em: Julho de 2006.

VARANI, Adriana. et. al. “Avaliação na e da escola: algumas questões para começo de conversa”. In: BITTENCOURT, Agueda Bernadete; OLIVEIRA JUNIOR, Wenceslao Machado de (Orgs.). *Estudo, pensamento e criação*. Livro III. Campinas: Unicamp, 2005.

VERÁS, Maura. *Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam*. São Paulo: EDUC, 1999.

\_\_\_\_\_. “Exclusão social: um problema brasileiro de 500 anos”. In: SAWAIA, Bader (Org.). *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 3ªed. Petrópolis: Vozes, 2001.

VERASZTO, Estéfano Vizconde; SILVA, Dirceu da; SIMON, Fernanda de Oliveira. *Tecnologia: buscando uma definição*. Disponível em: <[http://cege.isateducacao.com.br/teleduc/cursos/aplic/index.php?cod\\_curso=54](http://cege.isateducacao.com.br/teleduc/cursos/aplic/index.php?cod_curso=54)>. Acesso em: Abril de 2006.

VIEIRA, Vera. *O que tem a ver gêneros com TICs*. Disponível em: <<http://www.redemulher.org.br/Vera02.htm>>. Acesso em: Dezembro de 2005.

VILLAS BOAS, Gustavo. “Diversidade e acesso são os focos dos debates sobre o futuro da rede”. *Folha de São Paulo*. Caderno “Informática”. São Paulo, 21 de Novembro de 2007.

WANDERLEY, Mariângela B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.). *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 3ªed. Petrópolis: Vozes, 2001.

WIKIPEDIA, A enciclopédia livre. A enciclopédia livre. *BBS*. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/BBS>>. Acesso em: Março de 2006.

\_\_\_\_\_. *Processador*. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Processador>>. Acesso em: Janeiro de 2007.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. 2ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

## ANEXOS

### **ANEXO I – Entrevista realizada com o psicólogo César Sousa Reis, idealizador da ONG Plugados na Educação, no dia 29/05/2006, na Escola Estadual Major Cosme de Faria, situada no bairro de Guaianases - São Paulo.**

**Andréia** Então César é... eu queria te perguntar, qual é o seu nome?

**César** Meu nome é César Souza Filho.

**Andréia** César, e assim depois eu vou perguntar um pouquinho de você mas antes eu vou falar, eu vou perguntar sobre a ONG. Qual é a proposta básica da ong pra inclusão digital?

**César** A proposta básica começou... tá no estatuto criar ... laboratório de informática, e quando nós começamos em Minas Gerais, lá não tinha computador na cidade, então nós fomos captar recursos em São Paulo através de uma voluntária aqui do Banco Itaú, ela é funcionária e voluntária da plugados, e o banco tem, o banco Itaú tem um programa que chama V2V que é o Voluntário como a Ong, Então nós fomos montando lá... e foi dando certo, muitas pessoas aprenderam, conseguimos voluntários, professores, superintendência de ensino ajudou capacitar... e aí começou lá há dezesseis horas, num lugar chamado Bicuíba, depois foi se estendendo pras outras regiões, mais 4, 5 escolas que a gente foi montando e aí... começou dessa idéia, aí eu vim convidado pra vim conhecer essa escola Major Cosme, e uma das deficiências aqui era também a informática, porquê? Muita gente... a tecnologia hoje permite a cultura de paz, né?, se você tá conectado ao mundo todo, abre a porta para o mundo, então não medi esforços junto... pra trazer parceiros, nós não tínhamos dinheiro, todo laboratório nosso foi montado sem dinheiro, foi montado com parcerias, essa de São Paulo especificamente é com CDI, primeiro momento trouxe 10 máquinas a Ong doou as cadeiras a escola a sala, aqui tinha o Speed o Estado tirou, era da Escola, você deve saber também disso. Nós vamos montar o Speed de novo até o INTRAGOV sair. Então, aí depois eu fiz parceria com o banco Real, com uma voluntária do

banco Real também e o banco Real doou 20 computadores onde deu esse salão todo.

**Andréia** É... tem... quantos computadores aqui?

**César** Agora deu trinta.

**Andréia** Trinta computadores.. né?

**César** Então a proposta foi essa... Inicial, tecnologia abrir portas para o mundo...através da Internet os alunos aprenderem, a comunidade, até... com o intuito lícito da cultura de paz...

**Andréia** A cultura de paz, então...assim, esse intuito de abrir as portas para o mundo é... pro mundo mesmo, é empregatício...

**César** É porque a pessoa vai aprender mexer no computador... hoje quem trava... tem muita gente que sabe o computador de cor e salteado e não tem emprego, né?... mas também se não tem... piorou... E então a pessoa aprendeu o Word, aprendeu o Excel, aprende o PowerPoint, já ... a Internet já é o básico que agente oferece, né?...não é bom?

**Andréia** Quantos alunos são atendidos?

**César** Aqui tá sendo atendido... vinte alunos por vez... não é isso?...

**Flávia** Humhum

**César** É vinte por vez, porque tem algumas máquinas que estão em manutenção.

**Andréia** E quantas turmas são?

**César** Então, essas são as turmas (aponta para o quadro afixado próximo a porta), segunda, terça, quarta e quinta e sexta é livre, são 05 (cinco) turmas, né? Das 9:00 às 10:30 uma...

**Andréia** E estes são os alunos da escola ou da comunidade?

**César** Eles são alunos da escola, funcionários e da comunidade também, porque o educador é da comunidade então.. e ele é muito influente...

**Andréia** E aos finais de semana.. também... funciona?

**César** Agora... a Flávia é responsável...

- Flávia** 08 (oito) turmas nos finais de semana e eu...é os bolsistas que dão aula juntamente com o Luami ...
- Andréia** Você é educadora da escola da família?
- Flávia** Sou...sou... aí eu tenho 08(oito) turmas, eu dei uma paradinha por causa do festival que estamos fazendo mas sempre tem...
- Andréia** Então são 08(oito) turmas durante a semana e 08(oito) durante o final de semana?
- Flávia** É...
- Andréia** É isso?...
- Flávia** Isso.
- Andréia** É... há quanto tempo a ONG atua neste segmento e... nesta escola?
- César** Olha...Nesta escola nós estamos desde....estou aqui desde 2000, mas... estamos atuando aqui na parte da informática de dois mil e ... final de 2003, 2004.. não 2004, 2005 e agora 2006.... teve....tem problemas, por exemplo, agente tinha voluntários, os voluntários roubaram as máquinas... o interior das máquinas ficamos sem máquinas...aí fizemos tudo de novo... quando agente teve dinheiro, gastamos cinco mil reais aqui dentro e eles levaram tudo....na cara da gente...
- Andréia** É... quantos profissionais trabalham com o projeto?
- César** Olha... com a Plugados na Educação é 1(um), mais 1(um) voluntário, a coordenadora pedagógica da escola que me ajuda, e eu também ajudo. Aqui na escola que você fala, educador, né?
- Andréia** Não... quantos trabalham com o projeto da equipe de informática...
- César** Ahaaaa!
- Andréia** .... com a capacitação de informática, da inclusão digital...
- César** Ahaaa... Tem o CDI que dá o apoio, né...que faz as reuniões e tudo...
- Andréia** E tem funcionários deles que vem pra cá?
- César** Vem aqui... é tem o coordenador do CDI é tudo interligado...
- Andréia** E aqui na escola, quantos trabalham?
- César** Dando aula?

- Andréia** Não, em tudo, na organização... dando aula....
- César** O educador é o Luami, agora o da Flávia tem o final de semana...
- Flávia** Tem as duas meninas e o Luami que ajuda....
- César** Três
- Flávia** São três
- Andréia** São três, quatro, cinco...
- Flávia** É porque como que é do CDI, eu preciso ter alguém do CDI no final de semana pra... né...
- Andréia** O Luami é do CDI?
- Flávia** Ele foi capacitado pelo CDI, não foi?
- César** Foi.
- Andréia** Então, quantos professores ou multiplicadores a ONG possui? Então são... três
- César** Três
- Andréia** Que é esse moço e...
- Flávia** As duas....
- Andréia** Qual a duração do projeto?
- César** Olha, no fim nós tínhamos bolado o seguinte. Três meses essa turma, depois três meses outra turma né, pra dá oportunidade, mas eles funciona... o ano todo, porque junto, o ano todo tem Escola da Família. Da Plugados na Educação na escola é de segunda a sexta e da Escola da Família é sábado e domingo.
- Andréia** Então funciona direto, seria um período... pra cada turma seria três meses, mas não fica só nisso, então? É isso que você ta dizendo?
- César** Pois é
- Andréia** Renovam-se as turmas ou...
- César** Renova-se
- Andréia** as pessoas continuam
- César** Renova-se ... tem renovação de turmas e alguns gostam de continuar também.

- Andréia** Qual a forma de avaliação das atividades desenvolvidas? Por exemplo... vocês estão dando o.... estão trabalhando no projeto, e depois como é que vocês avaliam pra ver se tá dando resultado ou não, como é que vocês fazem?
- César** Olha, na verdade quem sabe falar isso bem é o educador, você me fez uma pergunta também que eu preciso... me afinar. Mas a avaliação.... que como trabalha a cidadania eles fazem questões da comunidade pra ta atendendo no.. na informática e no método Paulo Freire. Então a avaliação é pelo o desempenho da pessoa, se ela aprendeu...não tem uma prova.
- Andréia** Não mas ... uma avaliação que eu digo no geral assim, como é que vocês estão vendo... os resultados do projeto?
- César** Ah, sim! Acompanhando com listas de presença. Presença do aluno. Não pode ter mais que três faltas, senão ele sai do projeto e entra outra pessoa no lugar, porque tem muita gente e a continuidade dele aqui dentro do desempenho mesmo.
- Andréia** Eles voltam, dizendo... olha deu certo, eu aprendi...
- César** Ah, sim...
- Andréia** ... tô aprendendo, eu consegui um emprego, ou eu consegui alguma coisa por conta de ...
- César** A filhinha da D. Neusa da quinta série.... eu chego e já foi logo dizendo: Ah César, obrigado... a minha filha chega todo dia feliz que aprendeu algo novo no computador. Então é avaliado desta maneira. Subjetivo né... mas as pessoas falam... Quando tinha Internet, ah, solucionava muitos problemas de aposentadoria, procura de emprego, tudo aqui...
- Andréia** Ah, então o projeto também serve para as pessoas utilizarem a Internet aqui para poderem estar desenvolvendo...
- Flávia** Como se fosse assim.... Trabalhar o que aprendeu, em coisas assim...concurso público, deixa eu fazer uma inscrição, fazer disso não uma lan house, criar uma lan house construtiva.
- César** E vai ter a rádio aqui da escola vai ser ligada aqui com os computadores junto a com Internet, vai trabalhar...

- Andréia** Eu sei que você já falou um pouco disso no início, mas eu vou só pra tá acompanhado as questões, né?
- Como é que os projetos foram conquistados pela ONG? Pensaram este projeto e isso veio com da Família... e ela falou... vamos fazer este projeto...
- César** Foi assim, tudo aconteceu quando fizemos um projeto grande com a escola inteira, todos os professores, fizemos uma pesquisa com os alunos, qual era a necessidade que eles tinham era isso. Tinha uma sala de informática que estava com computadores que já não funcionavam, que tinham sido roubados mas que tinha uma tarifa muito grande de ter as coisas funcionando, foi assim.
- Andréia** E como é que a Plugados chegou até aqui, então?
- César** Ah, então. Quando a Plugados chegou nos fizemos esta pesquisa, tudo isso. Foi convite de uma professora pra vir conhecer aqui a escola, que ela conhecia nosso trabalho lá em minas, ela chama Cristina, e aí com isso chegamos aqui, e aí no primeiro dia eu gostei da diretora ela de mim, da Plugados, aquela confusão toda, tinha muita cena de violência no dia, um aluno deu um chute no outro, o outro desmaiou, foi tudo assim. Mesmo assim... deu uma tempestade muito grande, choveu aqui dentro, choveu ali, e mesmo assim eu quis ficar.
- Andréia** Você percebeu a necessidade, né... É... quais as parcerias que você possui, a ONG possui e como que esta parcerias forma obtidas?
- César** Em São Paulo é no CDI, Banco Real, que trouxe as máquinas, que montou e ficou, o Banco Real montou a rede, montou tudo, o CDI também. Lá em Minas nós temos em Granada na escola Estadual Professor Ernesto de Melo Brandão, o telecentro, que foi feito junto com o Banco do Brasil de Belo Horizonte. E os demais foram feitos com as doações do Banco Itaú doando os computadores através da voluntária.
- Andréia** Aqui em São Paulo você tem uma parceria com a Escola da Família, então também...
- César** E tem o [...] que é uma empresa de diversão que doa dinheiro pra gente anualmente pra que agente possa estar investindo também nisso.
- Andréia** Ganha?



- César** É... E da Escola da Família é isso. Escola da Família então, agente tem sempre um entrosamento, né?
- Flávia** É..
- Andréia** A Escola da Família é... como se fala... abre espaços, é isso, pra Plugados vir e trabalhar, e trabalha junto com o educador?
- Flávia** Trabalha junto...
- Andréia** Que acaba sendo a parte da Plugados com o Governo Estadual também através Escola da Família?
- César** Escola da Família...
- Flávia** É
- César** Você vê agora, nós estamos ajudando a Escola da Família desde o mês de Janeiro, né. Compramos a máquina de algodão doce, quanta coisa já ...
- Flávia** Nossa...
- Andréia** Quer dizer... a Plugados ela trabalha num geral, mas ela também um projeto de inclusão digital.
- César** É
- Andréia** Agora as questões acabam sendo um pouco repetitivas. Como foi a escolha das escolas e porque esta escola foi a escolhida. Você acabou de falar...
- César** É... o porque das escolas, as escolas que tinham mais carência, violência. Você chega no lugar, a escola era muita feia, não era uma escola feliz, era uma escola muito triste, tinha muitos problemas graves, né. Aí eu vim, era longe, longe pra mim vim aqui também, mas mesmo assim eu aceitei o desafio. A Cristina me incentivou muito, os professores, a coordenadora, a diretora... ela disse pra mim a primeira vez... “César aqui todo mundo que começa alguma coisa desiste, eu quero alguém que fica”. E aí toda vez que tava difícil eu lembrava dessa voz dela, eu ganhava mais força ainda, e as barreiras e as dificuldades são muitas que a gente enfrenta, mas a gente conquista tudo é muito difícil...
- Andréia** Vou fazer uma pergunta que nem ta no meu roteiro aqui, mas tem então, mais escolas que procuram você querendo levá-lo?

- César** Ta, direto, mas a ONG ainda não tem dinheiro suficiente pra isto. Por exemplo, se eu trabalhasse do lado da República, ali na Santa Cecília, tem escolas que precisam. Nossa!... eu teria muitas empresas e voluntários, acho que seria uma ONG hoje...acho que eu teria até mais de quatrocentos voluntários, muita gente trabalhando e muita coisa funcionando. Você vê... em Guaianases é um milagre você ta aqui, vim de Caieiras aqui, ninguém quer vim pra cá.
- Andréia** Vocês trabalham só com voluntários, então? Vocês não trabalham com pessoas assalariadas....
- César** Não.
- Andréia** Não?
- César** Não. O único que é assalariado aqui, que vai ser empregado pela cooperativa é o Educador, que é o Luami.
- Andréia** Educador Universitário?
- Flávia** Não.
- César** Educador da sala de informática.
- Andréia** Ah! Educador da sala de... mas não é nenhum educador da Escola da Família?
- Flávia** Não.
- César** Não. E ele também...
- Andréia** Que vai trabalhar junto.
- Flávia** Ele trabalha...
- César** E ele também vai fazer parte da Escola da Família porque ele vai fazer faculdade...
- Andréia** Também você já respondeu César, quais outras escolas que estão no programa...
- César** Ah! É tudo em Minas. Em São Paulo só temos esta, as outras ninguém...(?)
- Andréia** Você acabou de dizer também né.... Ah! Entidades que a ONG participa?
- César** Entidades?
- Andréia** É

- César** Centro de voluntariado de São Paulo a gente tem parceria. Tem parceria com banco...com a escola da... Toda hora eu esqueço o nome do projeto do Banco Real ... Brasil é uma escola?
- Flávia** É. Brasil é uma escola.
- César** Ah! É... com o Banco Real, tem Pátio Game tem...
- Andréia** São Paulo é uma escola, não é?
- César** É. Acho que sim.
- Andréia** Não é o projeto municipal lá da Prefeitura de São Paulo também.
- César** Não.
- Andréia** Não?
- César** Esse não. É também o pessoal da Prefeitura procura a gente pra trabalhar com projetos, possivelmente a gente vá fazer alguma coisa.
- Andréia** Entidades que a ONG tem redes, públicas e privadas. Também você já falou.
- César** Ah, sim! Você falou. Agora que eu entendi. É a escola pública, né, municipal e estadual.
- Andréia** Tanto aqui em São Paulo quanto em Minas?
- César** É, em São Paulo só estadual, em Minas tem municipal e estadual.
- Andréia** A ONG tem produções? É... textos, artigos...
- César** Agente faz... Tem jornal que é feito aqui na escola... mensalmente, três mil tiragens, feito pelos alunos e a coordenadora da escola...
- Andréia** Mas a ONG não tem...
- César** Falar nisso, a escola da família ta em falta com a gente. (se dirigindo a Educadora Profissional da Escola da Família – Flávia).
- Flávia** É tem que ...(?) mandar alguma coisa.
- César** Isso é muito ruim isso pra gente...
- Andréia** Mas a ONG tem uma produção... pra distribuir... ela trabalha...
- César** É três mil, então ele é distribuído entre os alunos e a comunidade e eu mando pros parceiros também.

- Andréia** Vocês fazem artigos para colocar em jornal, outros jornais...
- César** Tem também, faz, sai em jornal... em geral sai em jornal, às vezes sai na rádio, outro em... televisão, eles procuram a gente pra conversar.
- Andréia** Depois se você puder...
- César** Outras instituições procuram a gente.
- Andréia** Se você puder estar indicando algum, pra gente poder tá... trabalhando com eles, de preferência ligado à inclusão digital, que é o tema do meu trabalho..
- César** Ah! É só você procurar o Telecentro do Banco do Brasil que você tem em mãos..
- Andréia** Que vai ta ligados a Plugados, então?
- César** Não, nós temos uma, mas ele tem ... mil, dois mil projetos... entra no.... “coisa” deles que você vai ver...
- Andréia** Participação da ONG em...congressos, simpósios...
- César** Já fomos em fóruns, congressos (...?) também. Também na Leste 2, num fórum, né? E já tivemos também congressos na Universidade Holística, Internacional da Paz também. E eu também fiz a minha conclusão de curso na... na Universidade Internacional da Paz, porque eu sou da cultura de paz, então... tudo o que a gente fez na escola, inclusive aqui e numa escola em Minas.
- Andréia** Essa ONG foi pensada por você?
- César** É...Começou da minha idéia porque eu comecei... ter gratidão por onde eu estudei, onde eu nasci é muito pobre, né... eu vim conhecer telefone, televisão com 15 anos. E aí eu falei... “Nossa, agora já conheci tanta coisa”, essa escola nem banheiro tem, eu vou começar a mexer, aí eu fui levando palhaço, festinha, diversão e foi indo.
- Andréia** É porque agora eu vou perguntar.... eu vou fazer um pouco do histórico da sua vida... a vida da pessoa entrevistada, tá?... O local que você começou falar um pouquinho que o lugar onde você nasceu.
- César** Eu nasci em Bicuíba, Minas Gerais, fina na zona da mata, fica há dezesseis horas daqui praticamente. Nasci numa fazenda, de maneira então, que a gente vai... não tinha televisão, não tinha rádio.... rádio tinha, mas não tinha telefone, como até hoje não tem telefone... até hoje já pode ter telefone, até celular, é que a gente não

põe mesmo. E aí depois com quinze anos fui estudar em Ouro Preto. Passei na Federal para estudar tecno-metalúrgico. Estudei, aí fui chamado para trabalhar em (?) Preto, mas eu não quis. Aí um primo meu me chamou para vim pra São Paulo. Então eu vim pra São Paulo, trabalhei no Banco Itaú, dois anos e meio, à noite trabalhava num hotel e fazia faculdade na Cásper Líbero, fiz Relações Públicas até o quarto ano, desisti, (já começou, não? –se referindo ao evento que haveria no dia na escola) E aí... e aí... desisti depois fui para psicologia.

**Andréia** Você acabou respondendo as minhas duas outras perguntas, que é... o local onde você estudou... e trabalhos anteriores...

**César** Já estudei, também lá na Universidade da Califórnia, nos Estados Unidos, fiz especialização na USP, psicologia da Educação Escolar, tenho NBA em Administração em Referência Gerencial pela Pública e Privada pela CAPE, faço curso de Coordenador de Grupo Operativo, no... Pichon-Rivière Instituto e tenho especialização em.... pós graduação em Psicologia tanto pessoal e Cultura de Paz e também tenho cursos e seminários internacionais de Cultura de Paz pelo Palas Athenas e a UNESCO.

**Andréia** E seus pais...

**César** E tem o curso de especialização em... em... Saúde Chinesa, né.... que eu estudei sha shiats u, doim todas essas coisas.... Meus pais, você...

**Andréia** Quem eram seus pais?

**César** Meus pais estão vivos, moram na fazenda ainda, trabalham lá e vivem do campo.

**Andréia** Vivem do campo.... Você possui alguma religião?

**César** Olha! No momento não tenho religião, não. Sou espiritualista, mas já tive.

**Andréia** Qual que era?

**César** Ah, já tive muita religião!

**Andréia** Já?..

**César** Acho que já tive todas. A última foi a budista.

**Andréia** Locais de moradia. Na anterior você já falou que morou...

**César** Morei, morei em Bicuíba, Ouro Preto, São Paulo e Los Angeles.

**Andréia** Hoje você mora...

**César** Em São Paulo, na rua Santa Izabel, ali no Arouche.

**Andréia** Cursos de aperfeiçoamento você já acabou falando o que você fez, né?

Porque trabalhar com ONGs e porque trabalhar neste projeto? Você já acabou dizendo um pouco, mas acho que vale a pena...

**César** É mas foi isso mesmo, foi um sentimento de gratidão, de ver que a gente pode ajudar as pessoas, e é tantos problemas.... se dedicar, ter paciência, ter mais interesse pelo bem coletivo do que por mim mesmo e... basta ver hoje, eu poderia estar fazendo outras coisas, mas eu estou aqui, né... deixando minha casa para depois, minha casa [...] e ter interesse pelas pessoas, tanto é que aqui estou e faço questão de te dar atenção.

**Andréia** Você tem um consultório hoje?

**César** Tenho também, atendo pessoas.

**Andréia** E atende em quê?

**César** Eu tem, tenho muitas coisas que eu faço. Atendo as pessoas em psicoterapia e também leio cartas. [pausa] Enfim, ajudo as pessoas a se aliviarem do seu sofrimento...

**Andréia** Aí...

**César** A encontrar luz na vida delas...

**Andréia** Aí...

**César** A encontrar um sentido na vida delas.

**Andréia** Então, assim, você...

**César** Esse é meu talento...

**Andréia** Então, com todo esse sentimento....você foi... e descobriu o terceiro setor? Como que você o descobriu?

**César** Ah! Eu sempre queria... desde criança... minha mãe sempre fez a gente ser voluntário. Era eu que levava alface pro pobre, leite pro velho, pra criança que tá passando fome, era eu que tinha que ir na igreja rezar. Então minha mãe e meu pai sempre me pois na condição de voluntário e eu cresci assim... Não sei viver... Se

você falar assim pra mim: “César você tá fazendo algo que é só pra você?”... eu... num tá certo pra mim. Se falar que é para várias pessoas aí tudo dá certo pra mim. Então, isso ficou impregnado, cê viu só, o que nós já alfabetizamos em Minas, até na cadeia... junto com o.... fiz parceria com o BB Educar, hoje todos os prefeitos pegaram os nossos projetos e... e tocaram e ficaram felizes...

**Andréia** Mas quando que você passou a conhecer o terceiro setor pra poder tá...

**César** Pois então, foi em 94 eu comecei assim, você sabe que o Terceiro Setor é recente...

**Andréia** Hum hum...

**César** Foi indo, foi indo, foi indo. Quando chegou dois mi... 99, os advogados de umas pessoas que nos disseram: “César, nos temos que constituir essa ONG, não dá mais”. E eu queria constituir ela lá em Minas, fazendo uma creche, mas envolvia gente religiosa da igreja católica, e o padre um dia... nós íamos fazer uma festa pra 70 crianças, e ele falou: “olha não vai ter mais a festa, não quero mais envolvimento” porque eu leio cartas, né?! “e teu dinheiro não é de Deus.”. Enfim, eu falei “ah, então”, eu liguei pra diretora e falei “olha eu já trabalhei na escola” e tinha uma dire..., a escola tinha nas mãos, bom... a diretora não quis continuar, então eu dei um tempo. Nesse quebra, eu falei então, eu passo [...] da creche pras mães poder trabalhar. Aí o padre brecou, aí a diretora falou: “Não, eu tenho mil reais pra gente fazer uma festa pras crianças. Cachorro quente, tudo, mas eu só posso dá presente pra 70”. E aí foi a escola inteira, encheu, e as crianças choravam que não ganhavam, o resto. E aí eu fui embora pra São Paulo muito triste. E aí uma cliente, era chilena, falou: “olha eu quero te ajudar na ONG, eu sei que você trabalha com ONG.”. Então eu falei: “eu tenho que vestir 370 crianças e dar um presente junto”, pois ela me arrumou tudo. E aí eu fui muito ousado, eu pedi para as crianças dizer que sonho elas tinham. Elas tinham sonho de ganhar travesseiro, cobertor, colchão, lençol, toalha, pasta de dente, o brinquedo... cueca. E aí eu fiz um por um e entreguei, eu limpei... minha alma. E daí o advogado, todo mundo se reuniu, usando os advogados se constituiu a ONG, aí... aí... constituíram tudo, CNPJ registrado, tudo, eu fui procurar o Centro de Voluntariado de São Paulo. Fiz os cursos, como ser voluntário, como se trabalhar com voluntário. Ah! Eu tenho curso de Coordenador de Agenciamento de Voluntário, por isso que eu sei trabalhar, né!

- Andréia** Hum hum!
- César** Tem um programa que segue... com base no Centro de Voluntariado de São Paulo, ali, olha ali, (aponta para a parede) nos...basta você ver aquela plaquinha ali, recebemos o prêmio da Milú Vilela. De uma organização clara e transparente no sistema de voluntário. Hoje nós temos... Nós já chegamos a ter até 280 voluntários.
- Andréia** É... Você participa da ABONG?
- César** Eu não participa, não.
- Andréia** Não?... Participa de entidade de organização do Terceiro Setor?
- César** Centro de Voluntariado de São Paulo, (???) do Terceiro Setor, (???) do Banco Itaú. Desse lugares assim...
- Andréia** É... na família, tem outras pessoas que trabalham na ONG ou com ONGs?
- César** Na família? Ah! Eu tenho um primo que vive fazendo essas coisas mas o dele é eventos, mais é fazendo concurso de miss, de rainha, ajudando a (???). A minha família toda é caridosa. Então, minha mãe, não sei há quantos que ajuda crianças, a comer, beber e...
- Andréia** Agora, eu vou perguntar sua opinião sobre quatro assuntos.
- César** Pode perguntar
- Andréia** O primeiro é sobre a política atual brasileira nos planos: municipal, estadual e federal.
- César** Mas esse plano é do quê?
- Andréia** Não, não. Qual é a sua opinião sobre a política brasileira, a política estadual, a política municipal...
- César** Ah! Eu acho que (???) pra nós que somos da ONG, mesmo em São Paulo e Minas, eles têm interesse em trabalhar com a gente. Mas em Minas por exemplo, eles querem que a gente faz o projeto e ainda banca, eles não querem dá dinheiro pra ajudar a fazer. Em São Paulo eu fui convidado pelo Pinotti e tudo, pra gente trabalhar nesses planos na prefeitura, e eu não prossegui...



**Andréia** Mas o que você acha das políticas deles?

**César** Então, quando... eu acho que quando eles estão lá dentro sozinho eles não dão conta de tudo, que precisam da gente que é de ONGs pra ajudar as pessoas. E acho que ainda é muito deficiente no campo da educação porque.... eles agora tão falando até de educação integral! Aonde vai por tanta gente? Aqui... e foi isso que eu respondi outro dia, pra... um pessoal... de quem? (se reporta à Flávia) (???). Eu falei, olha então é até bom o tempo integral, porque assim eles são obrigados a construir novos prédios..

**Andréia** Muitos, não?!.... Qual sua opinião sobre sindicatos?

**César** Olha! Eu sou a favor de sindicatos, porque... o sindicato... você vê, eles já conseguiram muitas coisas importantes no mundo, é uma luta, né! Surgem políticos, pessoas inteligentes, em geral, eu vejo, que as pessoas que estão no sindicato, são pessoas que já foram abandonadas, já sofreram muito, enfeitadas, mas que têm uma idéia na cabeça, né?! E que querem fazer dar certo, então elas se utilizam do sindicato. Sindicato de todo jeito é bom... Mas eu não gosto de sindicato, faz muito barulho perto da minha casa. Eu quase não reclamo deles.

**Andréia** E sobre partidos políticos?

**César** Ah! Eu não sei, eu nunca (???) partido político.

**Andréia** Mas o que que você pensa sobre eles?

**César** Eu acho que o político tinha que ser assim, ter uma conduta única, né... Eles falam uma coisa, na vida faz outra. Eu por exemplo, acho muito difícil isso. Se tem uma coisa dentro de você e praticar aquilo, e fazer não é fácil, viu. Mas os políticos tem bons corações, eles sempre fazem alguma coisa de bem pelas pessoas, né.... Cobra muito imposto mas...

**Andréia** E essa política partidária deles de que....

**César** Eu acho isso horrível porque....eles que têm que se entender, não é o povo porque eles... as pessoas existem mas os partidos políticos eu acho muito complicado... Você vê... quantos partidos já surgiram no Brasil...

- Andréia** É um pouco do que você falou, né, a vida é uma coisa e eles falam outra.
- César** E no partido é outra. Então aí não bate. Por isso que tá tendo muito problema partidário, esbarra nos valores do político. Um político tem um valor, o outro outro, aí dá essa queda, essa ruptura...
- Andréia** Pelo o que eu entendi você quer dizer também que eles fazem coisas para ganhar as eleições simplesmente, não é...
- César** Ah! O marketing é grande...
- Andréia** Não é...
- César** Ah! Gostam de política! A pessoa para lidar com política tem que gostar e ter marketing, né... e magnetismo, se não, não vai...
- Andréia** E sobre igreja e religião?
- César** Ah, olha! Eu parei de ter religião.
- Andréia** O quê que você pensa sobre religiões?
- César** Parei de ter religião porque eu passei a entender o quê que é Deus o quê que é a minha vida, que sentido tem, que experiência tem, então eu não preciso mais de religião. Mas eu sou uma pessoa que faço muita meditação, faço orações, faço relaxamento diário. Sempre nos meus (???) de Cultura de Paz eu dou dez minutos de meditação. Sua mãe fez outro dia, ela contou?
- Flávia** Humhum.
- César** Os alunos. Então eu sou a favor que nós tamos nessa abundância harmônica da natureza, do sol, das estrelas, do ar, da vida, em tudo isso tá constituído a nossa própria vida, né. E a gente pode viver em harmonia com tudo isto...
- Andréia** Então, César como...
- César** Talvez é essa presença mesmo de... misteriosa dentro da gente. Igual o amor, não tem que explicar, tem que sentir, né. E... e de religião é isso, mas eu vejo que as religiões ainda são importantes na vida das pessoas porque muita gente não consegue ter um pensamento livre como eu tenho hoje, autonomia sobre a minha vida. Pouca gente sabe entrar num problema e sair dele. Então a religião ajuda muito... o sofrimento das pessoas e a gente precisa sempre de um amuleto.

- Andréia** Então, como é que você vê assim a...
- César** Mas essa coisa de gritar que sangue de Jesus tem poder, eu não acredito. Como é que sangue vai ter poder na vida do outro, já morreu, não tem. Mas isso é simbólico, né. Você pode fazer arquétipo, a relação de Jesus que fez a bondade, você também ser bondoso né, na vida.
- Andréia** Então, como é que você vê essa relação...
- César** Eu não quero mais ter religião.
- Andréia** É minha curiosidade....
- César** Eu não quero mais ter religião porque eu era muito fervoroso no budismo, adorava ser budista e eles por saber que eu leio cartas começou implicar, implicar, implicar... e eu peguei e desisti. Mas eu faço reuniões espiritualistas nos meus consultórios, todo mês... E se eu tivesse espaço, acho que se eu fosse uma pessoa que praticasse religião, eu seria uma das pessoas mais importantes no Brasil de religião, eu tenho o dom... pra fazer reunião... espiritual e eu faço.
- Andréia** Então. Essa questão espiritual. Que você fala bastante sobre a questão da meditação. Como que você vê essa relação com essa tecnologia nova, com essa coisa ligada ao capitalismo, essa coisa da...
- César** Ah! Isso até facilita a vida da gente, você pode comunicar mais com as pessoas e tudo né.... através da tecnologia. Conversar com quem tá nos Estados Unidos.. (???) acho bom. Hoje o mundo não é ... pra você fazer meditação, você não deve tá lá mundo da caverna, você tem que tá no meio da bagunça, das maldades, das coisas que estão acontecendo, que é nisso é que você vai comprovar a força de sua luz interior. No momento que você traz a luz pro lugar, você movimenta a treva. Agora se você vai ficar aí nas trevas, você tem que se cuidar. Eu... sempre tá passando uma treva perto de mim, é uma luta pra gente num ficar tentado né. Então é isto. Então a gente precisa tar presente no mundo.... Outra coisa que eu também exercito é a presença. Se eu tô aqui dando entrevista com você, eu estou com você eu num tô lá em baixo, na hora que eu for pra lá, eu vou tar lá. Então com isso eu aprendi num me (?) mais. Aprenda isso pra sua vida, exercitar o aqui e o agora, a presença. Agora você está aqui comigo, então é como se o mundo não estivesse existindo...

- Andréia** Estou pensando em mil coisas que eu tenho que fazer, né! Acho que você já percebeu, né! Que eu estou aqui e tô pensando em mil coisas....
- César** Então... isso, já acabou com sua energia espiritual, então eu tô em paz falando com você, por quê? Porque eu tô me doando a você. Então hoje de manhã, você vê que horas que você comunicou comigo, você comunicou comigo, não sei se foi 7:30 da manhã ou 8:30 da manhã, um desses dois horários.
- Andréia** Na segunda Feira?
- César** Hoje!!!
- Andréia** Hoje?!
- César** No seu pensamento.
- Andréia** Foi umas 8:30.
- César** Eu fiquei meio assim por causa de horário, acho que foi 8:30, tava no Parque da Água Branca. Lembrei, a Andréia falou comigo, isso e isso. Mas eu não sabia que você vinha aqui hoje!
- Andréia** Mas eu ainda perguntei pra você. Posso estar indo lá? Aí você falou, “pode, eu vou estar lá o dia inteiro”...
- César** É a presença, é isso.... Querida foi um prazer. Agora eu vou dar atenção aos alunos...
- Andréia** Tá, tudo bem. Você quer falar mais alguma coisa, você falou que queria falar sobre a Microsoft.
- César** Ah! A Microsoft, tá vendo (apontando para o certificado na parede) doou os programas pra gente, então não é pirata, né!
- Andréia** Obrigada, César
- César** A Flávia vai ficar aí.
- Andréia** Eu vou aproveitar e fazer umas perguntinhas para a Flávia. Então, você pode falar seu nome, falar o que você faz.
- Flávia** Meu nome é Ana Flávia Vieira de Souza Silva, sou Educadora Profissional aqui do Major.

- Andréia** Eu vou fazer apenas uma pergunta e você pode falar no geral. Como é que você vê este projeto de inclusão digital aqui na escola? Como aconteceu, como começou, como está acontecendo e que resultados você está percebendo?
- Flávia** Então, eu assim, o projeto só acontecia na semana. E assim, na semana atende muito assim, o pessoal da escola e o pessoal aqui de baixo, aqui da favela e tudo mais não tem essa oportunidade. Então eu falei, “se eu trabalho com a comunidade, não só com os alunos de sábado e domingo, então eu vou pedir autorização pros parceiros que é o Plugados e vou começar a fazer a inclusão no final de semana também”. Foi aí que surgiu a idéia, eu montei o projeto, peguei alguém do CDI, peguei dois bolsistas meus e comecei a dar as aulas pros... pra senhores. Então eu fiz uma turma só pra senhores que nunca viu o computador, que não sabe nem o quê que é teclado, né. Então fiz uma turma de dez alunos de senhores, de criancinhas, educação infantil tem. E aí comecei a trabalhar, e formou já 8 turmas.
- Andréia** E como é que você vê o resultado?
- Flávia** O resultado é assim... Eu ainda não tenho o resultado porque eu comecei agora, vamos vê, assim, eles têm interesse. Resultado assim, porque o curso que nós fizemos não é como o que a gente fez antes, eu queria um de seis meses, né... Então ainda num, num, assim.... Não teve muito progresso, teve progresso...
- Andréia** Você não trabalha em parceria com ele? (me referindo ao César)
- Flávia** Trabalho!!! Entendeu?! Mas assim, o meu... o dele... é somente um (???) cidadania, tal. Eu ainda dou três meses a mais de digitação, porque a gente fica mais tempo aqui, né. Então eu dou digitação, vai instalar o speedy eu vou fazer coisas sobre concursos, tal. E juntei também, auxiliar administrativo junto, entendeu? Então por isso que dá seis meses. Três meses eu dou de computação e os outros três meses de digitação, de currículo. Então, o resultado mesmo, eu vou ver nos outros três meses onde vai ter a prática do que eles aprenderam.
- Andréia** Então, obrigada.

**ANEXO II – Entrevista com Rodrigo Baggio, idealizador e fundador do Comitê para Democratização de Informática - CDI, realizada no dia 09/07/2007.**

**Andréia** Qual é o seu nome? É... Rodrigo...

**Rodrigo** Exatamente... Rodrigo Baggio, b-a-g-g-i-o. Eu sou diretor e fundador, sou diretor executivo e fundador do CDI.

**Andréia** Meu nome é Andréia, sou diretora de uma escola estadual de São Paulo e leciono em uma faculdade para o curso de pedagogia e estou fazendo mestrado em educação pela UNINOVE. Minha pesquisa tem como título: A inclusão digital para inclusão social? A pergunta é: há inclusão social quando se faz para inclusão digital?E como ela é feita? Tanto que a pesquisa que estou fazendo e onde eu fiz um questionário, fica numa escola que fez uma parceria com uma ONG chamada *Plugados na Educação* que por sua vez, fez uma parceria com o CDI. Inclusive tem uma coordenadora de vocês que vai até lá.

**Rodrigo** Ah, muito bom. Fico feliz em saber...

**Andréia** Eu queria que você falasse qual é a proposta básica do CDI para inclusão digital e nesta mesma linha, qual é a proposta para inclusão social. Porque nos documentos que eu li, vi que é a linha de vocês, né....

**Rodrigo** Exatamente, nós entendemos a inclusão digital como um meio de promoção social. Nosso lema este ano é "CDI, mais do que computadores, conhecimento que transforma". Então para cumprir a missão do CDI, que é usar a tecnologia da informação como uma ferramenta cidadã para transformação de vida e de desenvolvimento comunitário, nós criamos as nossas escolas de informática e cidadania. As escolas de informática e cidadania são ambientes informais em que cada escola de informática e cidadania tem que ser sustentável, autogerido e aplicar uma proposta pedagógica baseada e inspirada no educador brasileiro Paulo Freire. Então, nas escolas do CDI, o que acontece é todo um processo de mergulho na comunidade, na realidade da comunidade em que os educandos irão aprender mais sobre a sua própria realidade e identificar desafios naquela realidade, naquela comunidade e usar a tecnologia da informação como uma ferramenta de impacto e transformação destes desafios. Né, então pra gente é muito claro a... o poder da inclusão digital para promover uma rápida inclusão social. Né, hoje a tecnologia

seduz de uma forma impressionante esta população de baixa renda. E utilizar este entusiasmo, este desejo desta população de aprender a tecnologia pra refletir e discutir sobre os temas deles, gerando soluções, isto é o que o CDI quer fazer, este é o trabalho desenvolvido pelo CDI.

**Andréia** Inclusive eu fiquei uma semana lá com a Fátima, no CDI daqui de São Paulo, quando ela estava capacitando coordenadores...

**Rodrigo** Ah, é...

**Andréia** Das comunidades, e ela falavam muito mesmo sobre a questão do mergulho mesmo...

**Rodrigo** Hamham...

**Andréia** Também sobre a proposta pedagógica...

Você tem idéia, eu já vi que o CDI é bem grande, bem abrangente, inclusive vocês tem até fora do Brasil. Mas... você tem idéia de quantas pessoas são atendidas neste processo?

**Rodrigo** Ano passado, em 2006, nós atendemos a mais de 62.000, ah... jovens, adultos ah... de baixa renda e mais de 6000 crianças, então são mais, é... são cerca de 69.000 pessoas de baixa renda diretamente capacitadas em informática e cidadania no ano passado em 19 estados brasileiros e 9 países. Nós temos mais de 1500 educadores de informática e cidadania, que são pessoas, jovens de baixa renda em situação de risco social, moradores dessa comunidade,... dessas comunidades que o CDI trabalha. Então são mais de 1500 educadores de informática cidadania, um coordenador por escola, então são mais de 800. Então assim, o público beneficiário direto do CDI, são mais 70.000 pessoas, ano de 2006.

**Andréia** Você acabou respondendo a próxima questão, eu ia perguntar sobre os profissionais que trabalham neste projeto.

**Rodrigo** Então, são cerca de 150 funcionários que trabalham nos 35 escritórios da rede CDI. Mais de 1500 educadores de informática e cidadania, 1 coordenador por escola, então 840 e 1079 voluntários.

**Andréia** Este educador, é o educador comunitário, como chamamos...

**Rodrigo** É... São jovens de baixa renda, moradores de comunidade, identificados pela nossa organização parceira, pelo entusiasmo, pelo compromisso, pelo trabalho voluntário

já desenvolvido na comunidade, e nós com o qual o capacitarmos eles em tecnologia, pedagogia e em conteúdos cidadãos.

**Andréia** Então, professores... Você já falou que são os educadores.  
Qual é a duração do projeto?

**Rodrigo** É... Indeterminada a partir da criação, mas temos módulos de duração de cerca de quatro meses. Então, a pessoa de baixa renda, ou a pessoa que vai numa escola de informática e cidadania, ela durante quatro meses, modularmente, duas vezes por semana, 1 hora e meia cada encontro, ela vai tá aprendendo aquele software associado a um processo de reflexão sobre a sua realidade, então, por exemplo, um curso inicial de sistema operacional, um editor de texto, um editor de apresentações e é toda uma reflexão e prática sobre cidadania naquela comunidade...

**Andréia** Vocês têm um trabalho ligado ao desenvolvimento local...

**Rodrigo** Isso, isso, exatamente, e aí depois o educando pode fazer um novo curso de mais quatro meses, e depois mais, e aí seguir fazendo, parar ou voltar no ano seguinte. Mas aí o trabalho é contínuo na medida em que... continuamente a escola de informática e cidadania funciona atendendo cada vez mais pessoas... não só para capacitação,... mas também para utilizar aquele computador em horários livres pra a consolidação da aprendizagem, geração de renda, fazer deveres e tarefas escolares, né...

**Andréia** Qual é a forma que vocês têm para fazer a avaliação das atividades desenvolvidas?  
Como é que vocês fazem essa avaliação, do andamento, dos resultados?

**Rodrigo** A nível de... humm... Bom, nós temos na rede CDI um sistema de informações gerenciais que é um conjunto de 17 indicadores de qualidade e resultados de processo, é um banco de dados na Internet. Então, cada CDI regional dos 35 colhe estas informações nas escolas que alimentam estes indicadores. O que nos permite ter uma visão do CDI como um todo, por região, por exemplo, os CDIs da região nordeste, o norte, o sul, sudeste e de cada CDI regional, então esta é uma forma, uma estratégia de avaliação. Nós fazemos avaliação de impacto externa, em que anualmente contratamos uma organização externa ao CDI que faz uma avaliação do trabalho desenvolvido pelo CDI. Cada escola de informática e cidadania tem a aplicação da sua avaliação para verificar o rendimento e o desenvolvimento dos



educandos. Quer dizer, fazemos isto com os coordenadores, educadores e com os educandos. Então existe dentro do nosso material, da proposta político pedagógica, é... avaliações ao final e periodicamente ao longo de cada módulo...

**Andréia** Então além da avaliação do processo, vocês possuem uma avaliação institucional?

**Rodrigo** Isso...

**Andréia** É... como... como foram e como são conquistados... os projetos ?

**Rodrigo** As escolas de informática e cidadania?

**Andréia** É ...

**Rodrigo** Pra gente é muito importante que as lideranças de uma comunidade ou de uma ONG representativa da comunidade nos procure, para a gente este entusiasmo, esta... este empreendedorismo... Veja é muito importante, quer dizer, se a gente tem uma organização numa favela que tá nos procurando, querendo ter uma escola de informática e cidadania nós temos meio caminho andado, a gente tem ali pessoas fortemente motivadas...

**Andréia** Isso já tem a ver com a próxima pergunta...

**Rodrigo** Maravilha...

**Andréia** Quais são as parcerias e como são obtidas...

**Rodrigo** Ah! legal...

**Andréia** Eu percebo, não sei se você pode me confirmar... Que hoje vocês são mais procurados do que procuram?

**Rodrigo** É...

**Andréia** É verdade?

**Rodrigo** É... Estados ou países que nós já estamos atuando. É claro que um país do estado que a gente entre temos que criar pró ativamente uma ou duas escolas para ser disseminado essas idéias do CDI, o trabalho do CDI. Mas, então, a organização comunitária tem que ser uma... a organização de base comunitária tem que ter CNPJ que nos procure, seja ela um centro comunitário, uma associação, uma pequena ONG, uma igreja, uma organização, enfim, de base comunitária...

**Andréia** Uma escola?...

**Rodrigo** Uma escola... Nós temos até algumas escolas que funcionam dentro de escolas... públicas. Então nos procuram, e aí começa o projeto, um processo em que nós temos um formulário que se chama "diretrizes para implantação de escolas de informática e cidadania", que nada mais é como um roteiro para elaboração de um projeto em que a organização comunitária vai falar, primeiro do que ela já faz, do impacto, da realização de quanto tempo o projeto vem se desenvolvendo naquela comunidade. Segundo, vamos pensar, a criação, o funcionamento um uma escola do CDI, antes de ter esta escola. Então pensar quem vai ser os educadores, nas horas, na turma, como vai funcionar,... é uma forma de planejamento, é como um plano de trabalho. Né... então, a partir daí nós recebemos este projeto, ajudamos no preenchimento, recebemos o projeto, e em função da quantidade de computadores temos disponível e da capacidade da nossa equipe em acompanhar continuamente, nós aprovamos projetos, que... começamos, então, o funcionamento. A organização local cede uma sala, meia dúzia de cadeiras, nós começamos todo o processo de interação... dizemos , ah a que precisa de uma instalação,... uma tomada trifásica ou grade. E aí esse processo em que a organização comunitária procura estes recursos pra construir a sala é importante porque eles estão mostrando ali o empreendedorismo, a partir daí o CDI doa computadores, softwares, computadores usados, softwares, capacitamos continuamente àquelas pessoas daquela comunidade e, acompanhamos continuamente fazendo avaliações internas impactos e resultados e criamos networks e criamos redes entre estas escolas do CDI naquela região, possibilitando um ambiente muito rico de troca de experiências e de interação

**Andréia** Você já respondeu outra pergunta outra vez, como é a escolha das comunidades.

**Rodrigo** Ótimo!

**Andréia** Eu sei que é difícil para você. Mas assim,... você não conhece a EIC montada dentro da escola pública Major Cosme e o trabalho que eles fazem lá?

**Rodrigo** Esta especificamente não. Eu conheço centenas de EICs do CDI pelas visitas... né que eu faço...

**Andréia** Eu sei, mas é que eu faço a pesquisa lá, é por isso que eu tô te perguntando. Eu sei que a abrangência é muito grande, então para você fica difícil... Eu sei que o pessoal de São Paulo conhece...

**Rodrigo** Conhecem, que acompanham...

**Andréia** Isso eu sei, eu só perguntei porque de repente, algum dia... você tenha dado uma passada lá...

Quais são os outros segmentos do programa? Tem outros segmentos?

**Rodrigo** O CDI é muito focado em inclusão digital... para promover a inclusão social através da inclusão digital, criando, acompanhando, fortalecendo as escolas de informática e cidadania. Então é isso que nós desenvolvemos e o foco é fundamental não só em qualquer empresa, mas em qualquer projeto social. Porque as necessidades e os desafios são sempre muito grandes, e sempre dá aquela vontade de fazer várias coisas, né... que muitas vezes são feitas sem a qualidade ou a atenção necessária, então nós optamos já desde o início focar naquilo que nós fazemos de melhor...

**Andréia** ... e muitas vezes outras coisas podem ser consequência também, né...

**Rodrigo** É...

**Andréia** Pelo foco...

**Rodrigo** Exatamente... Agora... aí trabalhamos... eu acho que assim... eu posso dizer também que a maioria das nossas escolas estão em comunidades de baixa renda. Mas nós temos EICs junto a comunidades indígenas, ao hospital psiquiátrico, a penitenciária de máxima segurança, as penitenciárias para menores infratores, ah... temos escolas de informática e cidadania junto a afro descendentes, é... enfim temos... portadores de necessidades especiais... e cegos, surdos, síndrome de Down, quer dizer... cadeirantes, então, nós temos também uma diversidade de... vamos dizer assim nesse sentido, entendendo como outros segmentos apoiados, mas focados na inclusão digital.

**Andréia** É... O CDI participa de outras entidades?

**Rodrigo** Participa várias entidades como, por exemplo, a Associação Brasileira de ONGs a ABONG, a ASHOKA, a Fundação Schwab, a Fundação Scholl que é uma fundação do criador da IBEI nos Estados Unidos, que não tem nada a ver com a cerveja skol [risos], da vale do Rio Doce, enfim gente tem assim, uma série de redes que nós... fundo de infância e adolescência, Conselho Nacional de Ação Social, então nós temos assim, participação em... é... eu pessoalmente participo

diretamente do conselho de outras cinco ONGs, né, então temos participação em outras entidades, é importante esta organização, né...

**Andréia** Você já respondeu também as entidades que o CDI tem redes...

**Rodrigo** Hamham...

**Andréia** Públicas ou privadas você acabou dizendo...

O CDI tem produção? Textos, livros, alguma coisa... artigos...

**Rodrigo** Internamente... artigos... artigos sim, por exemplo, eu escrevo artigos para jornais, revistas, lideranças da rede CDI em outros estados ou países também... é, livros... a gente tem dois livros editados, mas a princípio para um público interno né, ou para captação de recursos...

**Andréia** Para quem está participando do projeto?...

**Rodrigo** ...Para quem está participando do projeto né,... é... e aí nós temos esse material que é produzido para a rede CDI. E externamente nós temos a nossa presença é... na mídia através de reportagens... de jornal, de televisão, de rádio, e aí, assim disseminamos né, é... conhecimento, compartilhamos conhecimento, e a nossa participação em workshops, eventos, seminários, palestras e encontros em que nós sempre temos um prazer muito grande em estar compartilhando a nossa experiência.

**Andréia** Agora, vou fazer umas perguntas sobre você....

**Rodrigo** Tá...

**Andréia** É legal porque o você é o que idealizador do CDI...

**Rodrigo** Tá...

**Andréia** Local que você nasceu?

**Rodrigo** No Rio de Janeiro

**Andréia** Rio de Janeiro... Estudou?...

**Rodrigo** Eu estudei é... na Faculdade de Ciências sociais e depois eu recebi um título de doutor Honoris Causa de uma universidade americana em ciências sociais

**Andréia** Seus pais... Quem eram seus pais? Qual a profissão deles? Quem são seus pais, quer dizer desculpe!

**Rodrigo** Ah! meus pais é... meu pai é uma pessoa que atua há muito tempo na área de tecnologia e... minha mãe na área de educação, em escolas particulares, né.... Então eu uni a competência dos dois e caminhei nesta área de inclusão digital...

**Andréia** Legal...Ligada à inclusão social?...

**Rodrigo** (Balança a cabeça que sim...)

**Andréia** Você possui religião?

**Rodrigo** Eu sou cristão, gosto muito das religiões, também, orientais ou indígenas e me considero uma pessoa, assim, profundamente religiosa. Mas... pra mim a religião é uma forma de tá fortalecendo e afirmando cada vez mais a minha missão, o meu trabalho que é de impactar a sociedade, ajudar a fazer a minha parte pra... ajudar na construção de um mundo melhor. Minha família é de origem da... igreja metodista, que é uma igreja protestante histórica.

**Andréia** Quais os trabalhos que você teve antes de começar este projeto? Trabalhava em quê?

**Rodrigo** Eu trabalhava em... desde os 12 anos... 12 anos eu comecei a trabalhar com informática, ganhei meu primeiro computador pessoal, me apaixonei pela tecnologia e com 12 anos comecei a trabalhar com meninos de rua. Então ah...foram duas paixões que encontrei cedo na minha vida e aí depois, assim... eu fui trabalhar na IBM, na Accentury, tinha minha própria empresa Baggio informática passei também por escolas particulares do Rio de Janeiro, né... então, sempre assim nessas áreas empresarial ou educacional...

**Andréia** Locais de moradia, anterior, atual...

**Rodrigo** No Rio de Janeiro...

**Andréia** Nunca morou fora?...

**Rodrigo** Não, eu viajo muito. Viagem é parte do meu trabalho. Eu posso semanas viajando mas... então temos... enfim... é parte do meu trabalho.

**Andréia** Cursos de aperfeiçoamento? Tem?

**Rodrigo** Vários também, cursos menores, maiores, é... em lugares diferentes, na FGV também, em Haward, em lugares assim diferentes... mas normalmente rápidos, para executivos, assim de uma semana

- Andréia** Assim bem rapidinho, você pode responder tudo rapidamente...  
Porque trabalhar com o terceiro setor? E porque trabalhar neste projeto especificamente?
- Rodrigo** Para mim, ah... o que faz sentido na minha vida é o trabalho social, o trabalho de contribuir para a melhoria da nossa sociedade, para ajudar na construção de uma sociedade melhor. Isso para mim é o importante, a minha experiência em empresas anteriores, ah... fez com que eu sentisse falta de um significado maior para aquele meu trabalho, quer dizer, é o fim do meu trabalho... é... em... ah... fazer com que os acionistas ganhem mais dinheiro? Então, ah... ah... para mim, é muito importante, estando no terceiro setor saber que o fruto, o resultado do meu trabalho é a construção de uma sociedade melhor. E isso me motiva, e isso me entusiasma e isso me faz sentir um homem realizado.
- Andréia** Então, como você descobriu o terceiro setor?
- Rodrigo** De... ah... com 12 anos de idade comecei a trabalhar com meninos de rua, né... e durante toda a minha adolescência participei de uma série de movimentos sociais, ambientais, estudantis. Então foi parte da minha história, né... de vida, esta interação com o movimento, com o terceiro setor.
- Andréia** E já falou que já participou da ABONG, mas você participa de entidades que ajudam a organizar o terceiro setor, com informações? A RITS, por exemplo?
- Rodrigo** Participa...
- Andréia** Na família tem outras pessoas que trabalham no CDI ou com ONGs? Com outras a ONGs?
- Rodrigo** Eu tenho, meu pai trabalha, e minha irmã também...
- Andréia** No CDI ?
- Rodrigo** Não, com outras ONGs ...
- Andréia** Outras ONGs?
- Rodrigo** Exatamente... E isso... e isso é muito legal ver esse...! Eh! Minha família, ou parte de minha família fazendo este tipo de trabalho...
- Andréia** Tudo voltado para o trabalho social?
- Rodrigo** É... Na verdade meu pai e minha irmã...

**Andréia** Tá acabando... Agora são opiniões suas sobre umas questões. O que você pode responder bem rapidamente.

Qual sua opinião sobre a política brasileira nos planos municipal, estadual e federal? Pode falar no geral...

**Rodrigo** Eu vejo que nós temos um desafio muito grande com a política brasileira, né. Nós precisamos, eh... repensar essa política, os políticos, criar mecanismos de fazer com ... de moralização dessa... da classe dos políticos no Brasil. Eu no... conhecendo muito a Europa a... uma questão assim muito importante... o jovem que é altruísta, ele na Europa, ele vai ser candidato e ele entra na política, porque a política funciona. Quantos jovens éticos, altruístas que nós conhecemos querem ser políticos, né? Infelizmente é... é, muito poucos! Então, é importante a moralização, é importante que pessoas éticas, idôneas possam estar concorrendo a cargos eletivos para que eles possam estar moralizando, tendo uma política, nos três níveis, mais eficiente, né. E é fundamental, não vai ser um governo, uma ONG, uma empresa que vão mudar a sociedade. Só a integração e a sinergia entre os três setores da sociedade farão possível uma transformação qualitativa da nossa realidade. E por isso, políticas assistencialistas, eh... devem ceder lugar para políticas e estruturantes e em que você ajuda pessoas de baixa renda a ajudarem a si mesmas.

**Andréia** Sobre sindicatos... O que você pensa?

**Rodrigo** São importantes para representarem setores da sociedade, mas não podem se acomodar na contribuição sindical. É importante estarem ativamente é... é... colaborando, para junto com sua categoria, construírem uma sociedade melhor. Então, ter uma visão macro também, ambiental, setorial, né... pensando não de uma forma corporativista, ah, mas de uma forma mais abrangente também.

**Andréia** Sobre partidos políticos...

**Rodrigo** Eu acho que já falei um pouco quando eu falo... quando eu falei anteriormente...

**Andréia** É... Igreja e religião?

**Rodrigo** É fundamental pra construção da personalidade, dos valores do ser humano. É fundamental que cada ser humano possa ter uma fé, acreditar que é possível construir um mundo melhor. Ah... aonde... neste momento em que estamos vivendo

**Andréia** Rodrigo... Ainda se tem muita divergência sobre o que é inclusão digital. E nós podemos ver também que ela passou por fases sobre o que se pensava de inclusão. Houve uma fase em que se pensou que era ensinar a digitar. Outra em que se pensou na capacitação para arrumar emprego. E assim foi até a questão do desenvolvimento local.

Então, para você, o que é incluir socialmente e incluir digitalmente?

**Rodrigo** Pra mim e pro CDI, incluir digitalmente, é tá formando cidadãos que exerçam sua cidadania de forma ativa, ética e empreendedora e que sejam muito mais do que operadores de computador, sejam pessoas, cidadãos que possam estar produzindo e publicando conteúdo e conhecimento.



**ANEXO III – Questionário para os alunos participantes do projeto de inclusão digital da parceria Escola da Família, Plugados na Educação e CDI, e respectivo percentual de escolha das respostas**

**Sobre informática:**

**1. Você possui computador em casa?**

22% sim

78% não

**2. Você faz uso de computador?**

91% sim

9% não

**3. Se sim, onde o utiliza?**

13% em casa

0% no trabalho

35% na escola onde estuda

74% neste projeto

39% lan-house

4% outros

**4. Com que frequência?**

26% diariamente

52% semanalmente

4% mensalmente

13% raramente

5% não respondeu

**5. Quantas horas aproximadamente você passa em frente ao computador?**

57% de 1 a 2 horas

43% de 3 a 4 horas

0% mais que 4 horas

**6. Qual a finalidade deste tempo em frente ao computador?**

- 43% estudo
- 9% trabalho
- 74% lazer
- 8% outros (pesquisa, orkut)

**7. Quem te ensinou a lidar com computadores?**

- 13% escola
- 61% projeto
- 9% família
- 22% sozinho
- 8% outros (amigos, outros cursos)

**8. Qual seu nível de conhecimento sobre a informática?**

- 0% Excelente
- 48% bom
- 39% regular
- 0% ruim
- 4% nada
- 9% não respondeu

**9. Com quem adquiriu este conhecimento?**

- 74% neste projeto
- 7% curso pago
- 0% curso com bolsa
- 17% amigos/colegas
- 4% professores da escola
- 22% sozinho

**10. Você faz uso da Internet?**

- 95% sim
- 0% não
- 5% não respondeu

**11. Qual seu nível de conhecimento para utilização da Internet?**

13%	Excelente
65%	bom
17%	regular
5%	ruim
0%	nada

**12. Com quem adquiriu este conhecimento?**

69%	neste projeto
0%	outro curso
17 %	amigos/colegas
4%	professores da escola
30%	sozinho

**13. Para qual finalidade você utiliza a Internet?**

43%	estudo/pesquisa
17%	trabalho
74%	lazer
0%	serviços sociais e trabalhos comunitários
5%	não respondeu

**14. Quais são os principais usos que você faz da Internet/informática?**

5%	trabalho/emprego
0%	compras ou pesquisa de preços
53%	bate-papo on-line (salas de Chat, fóruns, Messenger etc.)
52%	trabalhos e pesquisas escolares
4%	cursos on-line ou softwares educacionais
21%	busca de emprego
22%	processador de texto (ex. Word)
0%	consulta ou uso de serviços de governo eletrônico
26%	multimídia (som, imagem, filmes etc)
25%	navegação na Internet ou pesquisas em sites
22%	correio eletrônico (uso de email)
3%	planilha eletrônica (ex.Excel)

0%	banco de dados (ex. Access)
35%	jogos on-line ou off-line
5%	outros

**15. Outras pessoas de sua casa utilizam o computador/Internet?**

18%	não
82%	sim – quem?
	53% pai
	21% mãe
	63% irmão(ã)
	10% padrasto/madrasta
	15% filho(a)
	11% tios

**Sobre o projeto:**

**16. Como tomou conhecimento deste projeto?**

40%	escola
47%	amigos/colegas
13%	cartazes

**17. Há quanto tempo participa deste projeto? (não havia alternativas)**

48%	1 a 5 meses
17%	6 meses a 1 ano
13%	mais de 1 ano
22%	não respondeu

**18. Com que frequência:**

91%	semanalmente
0%	quinzenalmente
0%	mensalmente
9%	não respondeu

**19. Você participa:**

- 78% do curso
- 30% utilizo a sala para uso do computador
- 5% não respondeu

**20. Com qual finalidade começou a participar deste projeto?**

- 18% adquirir emprego
- 5% emprego solicitou
- 25% melhorar de posição no trabalho
- 8% adquirir um emprego melhor
- 30% realizar trabalhos escolares
- 21% fazer pesquisas na Internet
- 44% conhecer pessoas pela Internet
- 12% poder desenvolver atividades sociais e comunitárias

**21. O que você aprendeu? (não havia alternativas)**

- 53% digitação
- 35% Word
- 21% Internet
- 3% pesquisa
- 12% Excel
- 4% jogos
- 3% orkut
- 17% não respondeu

**22. Participar deste projeto te ajudou ou está te ajudando?**

- 100% sim
- 0% não

**23. Em quê?**

- 26% melhorar de vida
- 21% adquirir emprego
- 8% melhorar de posição no trabalho
- 9% adquirir um emprego melhor
- 48% realizar trabalhos escolares
- 43% fazer pesquisas na Internet
- 40% conhecer pessoas pela Internet
- 8% poder desenvolver atividades sociais e comunitárias
- 17% outros (jogos)

**24. Hoje, como você se sente em relação à Informática?**

- 74% Estou entusiasmado(a) e quero saber muito mais
- 26% Reconheço que é necessário aprender a usar
- 0% Sou obrigado(a) a aprender para poder estudar e/ou trabalhar
- 0% Todo mundo sabe então tenho que saber também
- 5% Acho tudo muito difícil e complicado
- 4% não respondeu

**25. O que o computador representa para você?**

- 78% É um avanço da tecnologia que está melhorando a vida das pessoas
- 22% Um jeito mais rápido e eficiente para me comunicar com as pessoas
- 0% Ajuda em algumas coisas e complica em outras
- 0% Só atrapalha a vida das pessoas que agora têm que aprender muito mais para poder fazer as mesmas coisas
- 0% Não tenho opinião a respeito

**26. Para você o que seria estar incluído digitalmente?**

- 57% saber digitar
- 53% saber utilizar os programas do computador
- 4% saber consertar um computador
- 35% saber navegar na Internet
- 18% poder se comunicar com outras pessoas pela Internet
- 9% poder solucionar problemas individuais com o uso da Internet
- 5% poder solucionar problemas comunitários através da Internet

**27. Você se sente incluído neste mundo digital?**

35%	totalmente
43%	parcialmente
17%	muito pouco
0%	nada
5%	não respondeu

**28. O que você já pode fazer depois de estar neste projeto?**

87%	saber digitar saber utilizar os programas do computador (erro na questão, ficaram duas em uma)
0%	saber consertar um computador
30%	saber navegar na Internet
21%	poder se comunicar com outras pessoas pela Internet
0%	poder solucionar problemas individuais com o uso da Internet
0%	poder solucionar problemas comunitários através da Internet
4%	não respondeu

**Dados adicionais sobre você:****29. Idade:**

42%	10 a 14 anos
26%	15 a 20 anos
15%	21 a 29 anos
13%	30 a 40 anos
4%	não respondeu

**Sexo:**

44%	masculino
47%	feminino
9%	não respondeu

**Cor:**

26%	negra
26%	branca
4%	amarela
39%	parda
5%	não respondeu

**30. Estado civil:**

78%	solteiro(a)
5%	casamento civil e religioso
0%	casamento só no civil
0%	casamento só no religioso
5%	união consensual (mora com companheira(o) sem estar casado no papel)
0%	separado(a) (ainda está casado(a) no papel)
0%	desquitado(a)
0%	divorciado(a)
0%	viúvo(a)
12%	não respondeu

**31. Qual sua religião?**

40% sem religião	26% católica	30% evangélica	0% espiritualista
0% afro-brasileiras	0% orientais	4% não respondeu	

**32. Onde você nasceu?**

78%	na cidade de São Paulo
17%	outro local – (norte e nordeste)

**33. Escolaridade:**

10%	4ª série incompleta
0%	4ª série completa
30%	8ª série incompleta
0%	8ª série completa
35%	Ensino Médio incompleto
13%	Ensino Médio Completo
12%	não respondeu



**34. Qual é a sua situação profissional?**

9%	Trabalho fixo
70%	estudante
13%	desempregado
0%	aposentado/pensionista
9%	procurando emprego
5%	dona de casa
8%	faço bicos
8%	não respondeu

**35. Em média qual a renda mensal da família com quem mora (incluindo você)**

8%	menos ou até um salário mínimo
9%	de um a dois salários mínimos
13%	de dois a quatro salários mínimos
17%	até R\$ 2.000
0%	mais que R\$ 2.000
40%	não sei dizer ou prefiro não dizer
5%	não tem renda
8%	não respondeu

**36. Na sua família, há algum tipo de bolsa ou ajuda de programas do governo?**

61%	não
26%	sim (bolsa família – projevem – renda mínima)
13%	não respondeu

**37. Com quem você mora?**

48% pai	70% mãe	43% irmãos	13% padrasto/madrasta	
17% filhos	9% esposa/marido	4% tios	9% avós	5% não respondeu

**38. Quantas pessoas moram em sua casa (incluindo você)?**

- 13% de 1 a 3 pessoas
- 52% de 4 a 6 pessoas
- 30% de 7 a 10 pessoas
- 5% não respondeu

**39. Qual é o seu papel na família (com a qual mora)?**

- 35% Pessoa de referência
- 5% esposa ou marido
- 70% filho(a)
- 12% não respondeu

**40. Você tem filhos?**

- 4% não respondeu
- 78% não
- 18% sim (2 a 4) - mora(m) com você? 100% sim 0% não

**41. Você mora:**

- 56% casa própria
- 26% casa alugada
- 5% casa cedida
- 8% junto com outra família
- 5% não respondeu

**42. n° de cômodos de sua casa:(não havia alternativas)**

- 35% de 1 a 3 cômodos
- 40% de 4 a 6 cômodos
- 20% de 7 a 10 cômodos
- 5% não respondeu

Ela é de:

- 90% alvenaria (tijolos, blocos)
- 0% madeira
- 5% outros (não especificou)
- 5% não respondeu

**43. Você possui em casa:**

22%	computador
100%	televisão
79%	aparelho de som
70%	aparelho de DVD
8%	vídeo-cassete
87%	geladeira

**44. Você possui celular?**

5%	não respondeu
30%	sim
65%	não

Alguém de sua família possui celular?

5%	não respondeu
22%	não
73%	sim - quantas pessoas:
70%	de 1 a 2 pessoas
30%	de 3 a 5 pessoas

**45. Você possui carro?**

4%	não respondeu
5%	sim
91%	não – como você se locomove?
57%	ônibus
62%	metrô
38%	lotação
67%	trem
19%	bicicleta
57%	a pé
5%	outros (não especificou)
4%	não respondeu

**46. Alguém de sua casa possui carro?**

4% não respondeu

83% não

13% sim (pai)